AGÁLIA

REVISTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

N.º 27

OUTONO 1991

DIRECÇOM:

Presidência da AGAL

CONSELHO DE REDACÇOM:

José Ramom Chantada Acosta
Pedro Fernández-Velho
António P. Gil Hernández
José António L. Taboada
Jenaro Marinhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo
Jurjo Torres Santomé
In memoriam:
Ricardo Carvalho Calero

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.

2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.

3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.

4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego),* ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.

5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a Revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s, a.
Corunha - Dep. Legal: C- 250 - 1985
ISSN 1130-3557

CONSELHO ASSESSOR

GALIZA

José Agrelo Ermo
Isaac Alonso Estravis
Mário Alonso Nozeda
Maria Luísa Andrade
Maria das Dores Arribe Dopico
Carlos Campoy
Denis Conles
Júlio Garcia Santiago
Alberto Garcia Vessada
Luís Gonçález Blasco
Marcial Gondar Portasany
Ernesto Guerra da Cal
Maria do Carmo Henríquez Salido
Aracéli Herrero
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
Pilar Palharès Garcia
José Posada
Domingos Prieto
Maria das Dores Rei Teixeiro
Ramom Reimunde Norenha
Felisindo Rodríguez
Antom Santamarinha
Xavier Seoane
Joám Trilho Pêrez
Amália Vilhar Calvo
Xavier Vilhar Trilho

BRASIL

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Sílvio Elia
Reynaldo Valinho

MOÇAMBIQUE

Fátima Mendonça

PORTUGAL

Maria Luísa Baptista
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Nogueira Gil
José Luís Pires Laranjeira
In memoriam:
Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS: Apartado dos Correios 560. 15080-Corunha (Galiza)
Apartado dos Correios 289. 15780-Santiago de Compostela (Galiza)
ASSINATURAS: Apartado dos Correios 453. 32080-Ourense (Galiza)

AGÁLIA
Revista da Associaçom Galega da Língua

Núm. 27
Outono 1991

SUMÁRIO

PÁGS.

ESTUDOS

O ensino de elite em Ourense - Primeiros anos de vida do Liceu Provincial (1845-1857), por Maria do Carmo Benso Calvo 275-296

Apontamentos sobre os direitos lingüísticos na Galiza espanhola, por António Gil Hernández 297-319

As formas narrativas de literatura popular de tradiçom oral: bases para um estudo dos contos populares, por J. António Fidalgo Santamarinha 321-361

NOTAS

Bases para um espaço comunicativo comum Galiza-Norte de Portugal, por Pedro Fernández-Velho 363-371

Lugris Freire: «Umha pátria, um idioma», por Manuela Rivera Cascudo 373-377

ANTOLOGIA

Eternidades, por Rita Carvalho de Dios 379-381

«Castelao», por José Jorge Letria 382

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

A guerra da língua 383-384

Para o Grupo Local da AGAL em Ourense o galego nos meios de comunicaçom ou nom existe ou existe com graves erros 384

O desencontro de escritores galegos e portugueses 385-390

I Seminário Internacional de Planificaçom Lingüística 391-394

3.º Congresso de Estudos Galegos 394-395

Simpósio Internacional «Mulher e Cultura» 395

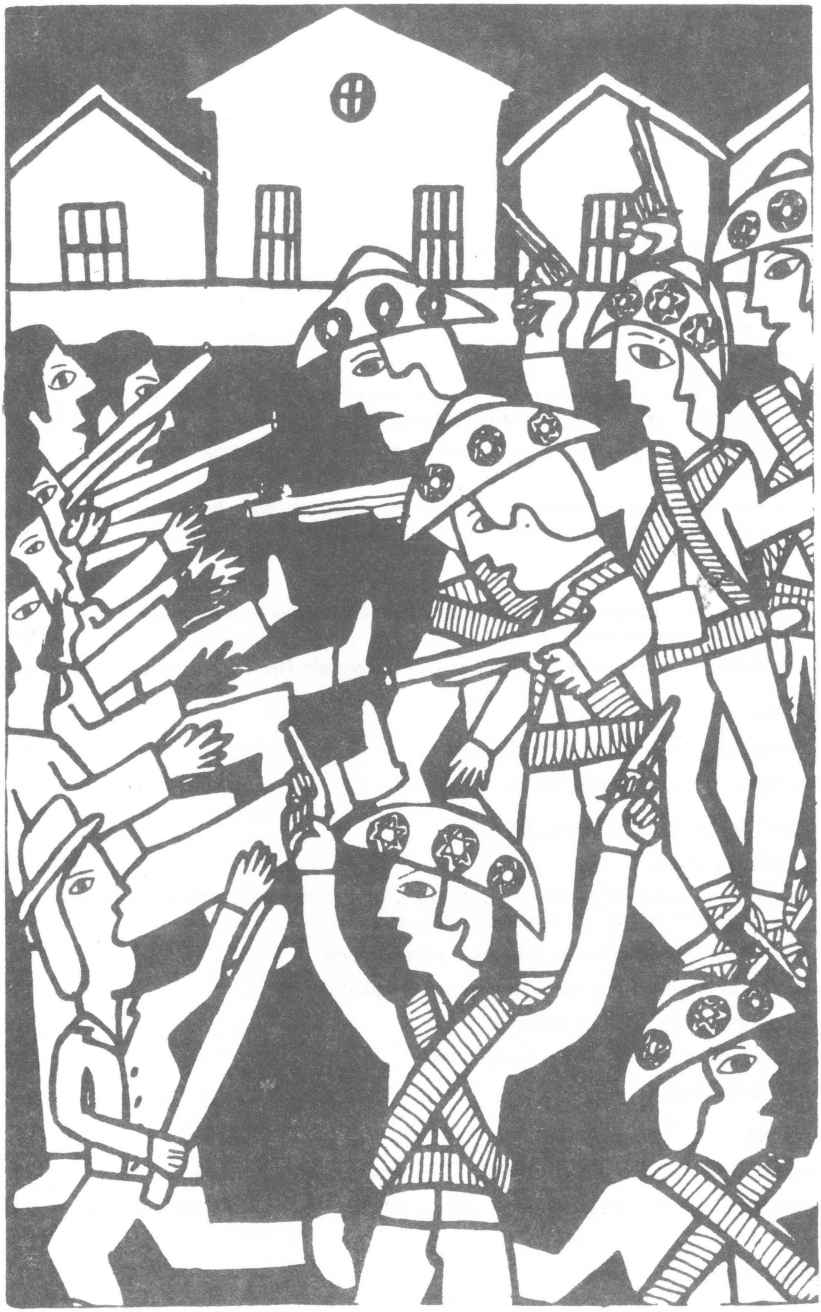
Memória da História 396

RECENSONS

Carballo Calero: política e cultura, de C. Blanco, por Zivegna d'Ascoli 397-399

O poema «Castelao» de José Jorge Letria, nótula, por Ernesto Guerra da Cal. 399-400

CAPA: Júlio Gaioso
Gravuras: Walmir Chagas (para o Balé Popular do Recife - Brasil)



ESTUDOS

O ensino de elite em Ourense. Primeiros anos de vida do Liceu Provincial (1845-1857)

Maria do Carmo Benso Calvo
(Universidade de Vigo)

I. *INTRODUÇOM*

A meados do século passado, Ourense vai assistir a um acontecimento sem comparaçom no ámbito cultural nom isento de claras resonáncias políticas e sociais polo seu especial significado na formaçom da elite provincial: a criaçom do «velho» Liceu.

Entre as condiçons que presidem o nascimento do nosso ensino médio público em Ourense figura, em primeiro lugar, a decidida vontade do governo liberal, entre 1884 e 1845, de implantar definitivamente o novo sistema de educaçom secundária, próprio das classes médias, por toda a geografia espanhola. Isto deveria de se fazer em centros especiais criados com tal motivo, os chamados Liceus segundo o modelo francês, o que originou que um importante número de províncias, incluída a de Ourense, agilizassem nesses anos trámites para a sua implantaçom habilitando os recursos necessários para a sua instalaçom e funcionamento.

Nem a ideia que, como se sabe, data já dos primeiros planos liberais, nem a sua translaçom à prática, eram originais do momento. Desde 1837 vinha-se assistindo a um processo contínuo, ainda que isolado, de criaçom de liceus nalgumhas províncias respondendo a iniciativas isoladas dos respectivos organismos provinciais e locais que tinham resolto o problema do seu financiamento. Segundo Viñao Frago, autor que tem estudado em profundidade o processo, a dinámica da implantaçom na nova rede de centros escolares para o nível médio respondia ao desejo do Governo de controlar o ensino secundário e imprimir-lhe umha orientaçom ideológica mais a tom com o momento, diferente à das cadeiras de latinidade às que considerava focos do reaccionarismo clerical-carlista e só úteis para manter cheios os seminários e con-

ventos (1). É por isto que a apariçom dos Liceus provinciais tem de entender-se, em princípio, dentro da actuaçom centralizadora e secularizante do liberalismo decimonónico a respeito do ensino.

Na realidade, já durante esta etapa —em concreto desde o Plano Duque de Rivas de 1836 até o Plano Pidal de 1845— assistimos à definitiva fixaçom das bases económicas e legislativas do recente Bacharelato. Os fracassos do Projecto de 1838 —Projecto Someruelos— e do de 1841, forçárom umha série de reformas parciais que os sucessivos governos fôrom introduzindo por via regulamentar, perfilando deste modo todo um esquema organizativo e de funcionamento que finalmente seria sistematizado e ordenado no Plano de 1845 (Plano Pidal ou de Gil e Zárate) durante o período moderado que seguiu à Regência de Espartero, período conhecido como Década Moderada (1844-1854). Assim é como num momento político adequado, presidido por umha fase de estabilidade governamental com Pedro José Pidal no Ministério da Governaçom, se aprovou o citado Plano de 1845 cujo principal artífice foi Gil de Zárate. Vinha a dar o apoio decisivo ao incipiente ensino secundário, impulsando com mais força a criaçom de Liceus. Nesse ano, 1845, pugérom-se em funcionamento 26 Liceus entre eles o de Ourense (2). Três anos mais tarde, em 1848, praticamente todas as províncias contavam com o seu.

De 1845 a 1857 em que se aprova a Lei Moyano, a umha primeira fase de aplicaçom e desenvolvimento do Plano Pidal caracterizada polo vigor e impulso para lograr a sua posta em prática, seguirá umha segunda fase de modificaçom e reforma de dito plano por umha série de planos ou projectos (1847, 1850, 1852 e 1855) que gradualmente provocarám o giro definitivo do Bacharelato desde umha concepçom mais científica e utilitária das suas ensinanças cara a umha focagem clássica-humanística das mesmas, preparatória para a Universidade e sem mais sentido e objectivo próprio que a sua conexom posterior com o ensino superior; terminará numha terceira fase que compreende todo o processo de preparaçom, discussom e aprovaçom da citada Lei com a qual definitivamente fica estruturado até os nossos dias toda a armaçom escolar (3). O nível médio, intimamente vinculado à Universidade, constituirá um sistema independente do primário —na realidade trata-se de

---

(1) O estudo mais completo sobre todo o processo de criaçom dos liceus, assim como das condiçons nas quais se gesta o ensino secundário no século XIX, é o de VIÑAO FRAGO, A. (1982) *Política y educación en los orígenes de la España contemporánea. Examen especial de sus relaciones en la enseñanza secundaria,* Madrid, Siglo XXI. Também se pode consultar: SANZ DÍAZ, F. (1985) *La Segunda Enseñanza Oficial en el siglo XIX,* Madrid, M.E.C. Para um período posterior: DIÁZ DE LA GUARDIA, E. (1988) *Evolución y desarrollo de la enseñanza media en España de 1875 a 1930. Un conflicto político-pedagógico,* Madrid, C.I.D.E.

(2) Previamente vinha funcionando um em Lugo desde 1842. A sua trajectória pode ver-se numha obra de FERNÁNDEZ PENEDO, L. (1987) *Historia viva del Instituto de Lugo,* Lugo Diputación Provincial. Com anterioridade ao de Ourense também se tinha criado um Liceu em Tui.

(3) Vid. LERENA, C. (1986) *Escuela, ideología y clases sociales en España,* Barcelona, Ariel, pp. 190—91. Está claro que para este autor «la enseñanza secundaria constituye una instancia diferenciadora que privilegia las maneras y los hábitos de clase». F. ORTEGA, num recente trabalho sobre «La configuración histórica de la profesión de maestro en España. Algunos factores determinantes» (Studia Paedagogica, 1987, 11-29) considera que a incidência da instruçom primária como instrumento de controlo e integraçom é irrelevante, já que «el diseño político ideado por los conservadores va a destacar sobre todo los mecanismos coactivos antes que los disciplinarios, para el mantenimiento de una rígida dominación social», p. 13.

umha dupla via educativa sem conexom nengumha— com clientelas e funçons diferenciadas. Enquanto o estrato docente inferior tem como missom lograr cidadaos submissos e disciplinados no campo e na cidade e vai dirigido às classes baixas, ao secundário —Liceus e Universidade— encomenda-se-lhe a formaçom de umha minoria de privilegiados pertencentes às classes médias e altas que em razom da sua origem estám destinados a formar parte da classe dirigente no campo da política, da economia e da cultura. É por isto que, deixando atrás projectos mais progressistas, se vai perfilando para estas últimas um modelo de educaçom fundamentalmente diferenciador, elitista e aristocrático que nom trata tanto de transmitir e inculcar conhecimentos susceptíveis de ser aplicados em práticas concretas, como de modelar um determinado tipo de sujeitos impondo-lhes um modo de vida conforme a um sistema de valores e a umha ideologia próprios da elite social dominante mais conservadora (4).

II. *CARA UMHA NOVA FORMAÇOM DAS ELITES OURENSANAS: A CRIAÇOM DO LICEU PROVINCIAL.*

II.1. *Os velhos estudos de Humanidades.*

Nos anos prévios à criaçom do Liceu, os estudos secundários estavam representados em Ourense por umha Escola de Latim que era mantida com fundos das temporalidades suprimidas dos jesuítas e com a ajuda do cabido da cidade «que se encargaba de completar las dotaciones percibidas por los Propios» (5). Estava situada numha parte do edifício da Rua Nova que tinha sido Colégio dos Jesuítas antes da sua expulsom em 1777. Nom conhecemos o número de alunos de latinidade nessa altura; si temos notícias de alguns latinistas que exercérom. Assim, por exemplo, sabemos que um tal D. António Gómez ensinava alá polos anos vinte; Domingos António Farinhas na seguinte década e D. José Rodríguez Noguerol na época em que fôrom incorporadas ao novo Liceu passando dito preceptor da latinidade a formar parte do quadro de professores do centro.

De como funcionava este ensino dá conta o que se di destes preceptores. Do primeiro Otero Pedraio comenta que «daba a los alumnos tales azotainas que el pasante mayor de aquella enseñanza, D. Manuel Rañoy, acudió en queja por medio de oficio al Jefe Político» (6). Ao segundo refere-se um documento da época nos seguintes termos: «Alto, delgado y ya prematuramente envejecido en sus mejores tiempos, veíasele muy poco, siempre envuelto en su azulado y estrecho montecristo, semejando cumplido paraguas de labriego, aprisionado groseramente en su funda. Gran latinista y avezado en la enseñanza, desempeñó con rara austeridad y plena vocación su penosa labor durante nueve lustros» (7). Chama-nos poderosamente a atençom o retrato que o autor fai

(4) LERENA, C. Op. cit., p. 190.

(5) OTERO PEDRAIO, R. (1968) «Formas y expresiones de la cultura de Orense durante el s. XIX», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, T. XXIII, pp. 91-92.

(6) Ib. p. 90.

(7) ADRIO MENÉNDEZ, J. (1935) *Del Orense antiguo (1830-1900)*, Ourense, Imp. La Popular, p. 32.

deste professor e a sua opiniom sobre o ensino —polo demais muito generalizado— apontando a um ofício pouco gratificante que mesmo fai estragos na sáude de quem o exerce, ofício que, dadas as condiçons materiais em que se realiza, incluídas as pecuniárias, só o salva a grande entrega e «vocaçom» —como se do sacerdócio se tratasse— dos professores.

O outro centro provincial que a teor das informaçons que temos obtido atraía um considerável volume de estudantes, era o Seminário Conciliar de Sam Fernando. Ocupava também outra parte do antigo edifício dos jesuítas. Embora as gestons se remontem ao século XVIII, a sua criaçom data de 1804 e foi obra do bispo Quevedo. Após o paréntese da ocupaçom francesa, o seu sucessor, Iglésias Lago, ajudado por Bedoia, reorganizou o Seminário na direcçom de formar um clero que pudesse apresentar batalha à ideologia liberal (8). Essa mesma formaçom também a recebérom outros muitos jovens que nom tinham intençom de se ordenar.

Nom conhecemos nengum trabalho sobre a condiçom social dos seminaristas desta província galega. Algum estudo elaborado até o momento, como o relativo ao Seminário de Santiago, indica que a maior parte do alunado dos seminários galegos do século XIX procediam do sector camponês (9). Nom obstante há indícios que nos fam pensar que cara à metade do século, umha parte importante, ainda sem determinar, de estudantes do Seminário auriense pertencia à classe acomodada local e provincial, formando em boa medida um grupo de alunos socialmente diferenciado do resto que nom tinha prevista a carreira eclesiástica e para quem os estudos do centro constituíam a plataforma normal de acesso aos estudos universitário ou simplesmente o modo mais idóneo de completar o período da sua formaçom alcançando esse verniz de distinçom tam desejado que proporcionava a chamada «cultura geral» de talante eclesiástico. Otero Pedraio, falando da época, indica que «el tipo de hidalgo o de burgués, de vida pacífica y familiar sin otra formación y recompensas intelectuales que las derivadas de sus primeros estudios de Súmulas y Artes en el Seminario, es muy frecuente» (10).

Mesmo após ser criado o Liceu, apesar do clima disciplinado e de controlo moral e ideológico exercido neste centro —sobretodo apartir do Concordato de 1851 que vinha a legalizar o direito e poder eclesial para inspeccionar todo o ensino num empenho nítido por reforçar a presença de ideais e pautas católicas no ámbito escolar—, umha parte da classe dominante ourensana mais conservadora e reácia a incorporar as inovaçons do pensamento liberal espanhol, optará polo Seminário como o centro mais adequado para que os seus filhos cursem os estudos secundários. A isto também colabora

---

(8) Vid. BARREIRO FERNÁNDEZ, J. R. (1983) *Historia contemporánea de Galicia*, T. III. Historia de la cultura gallega, A Corunha, Gamma, pp. 89-90.

(9) O próprio Barreiro atribui este facto a que a hierarquia eclesiástica dá preferência aos filhos dos camponeses no reparto de bolsas por estimar que estes som mais imunes às novas ideias e porque estám habituados ao sacrifício, ademais de que para muitos filhos de camponeses é a única saída possível de ascenso social. Vid. Op. cit., p. 90.

(10) OTERO PEDRAIO, R. Op. cit., p. 90. Também pode consultar-se do mesmo autor: «La Iglesia y la vida religiosa en Orense durante el siglo XIX», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, V.V. 1970, pp. 191-203.

a enorme influência da Igreja provincial decimonónica —embora curiosamente seja o seu máximo expoente destes anos, o Deám Bedoia, um dos vultos que mais trabalhou para a abertura do Liceu—, sem esquecer as vantages que oferecia o seu internado para os residentes fora da cidade. Todo o anterior leva a pensar que a falta de colégios religiosos em Ourense —só os escolápios abrirám mais tarde um colégio em Cela-Nova que durante o sexénio passará a ser Liceu local— e apesar de carecer de umha autêntica burguesia comercial até fim de século, o Seminário constitui ao longo de todo o XIX umha autêntica alternativa ao ensino público ourensano impartido no Liceu provincial.

Nom há que esquecer que, junto aos dous centros citados, funcionavam, igual que na actualidade, academias, «passantias» e aulas particulares —umha boa saída para o clero exclaustrado— como testemunha o volume da matrícula do chamado ensino doméstico nos primeiros cursos do novo Bacharelato. Também sabemos que entre 1840 e 1845 estava em funcionamento umha escola de debuxo a cargo de D. Pedro Gonçálex Cid que logo se agregará ao Liceu (11).

II.2. *A criaçom do Liceu Provincial de Ensino Secundário.*

No empobrecido e clericalizado clima escolar do Ourense decimonónico, a criaçom do Liceu veu a revolucionar em certo modo, o panorama do ensino secundário na província e da vida cultural na capital (12). Sem lugar a dúvidas foi todo um acontecimento para umha cidade de pequenas proporçons que por entom, se nos atemos ao padrom de 1848, contava com 4.260 habitantes (13). Otero Pedraio qualifica este feito como o fito mais interessante da história do ensino ourensano do século XIX polo que se refere às mudanças e processos de conceitos e vivências da cultura nesta província galega (14). Com el ficavam atrás, em princípio, velhas fórmulas de ensino secundário —as cadeiras de latim— pouco úteis para os interesses liberais e aposta-se por umha formaçom dos estratos altos da sociedade ourensana, como do resto da Espanha, mais acorde com os novos tempos, ou o que é igual, por um sistema formativo uniformado das elites provinciais mais eficaz ao serviço do novo estado burguês.

O processo que levou a abrir as portas do Liceu foi laborioso e nom isento de dificuldades financeiras e materiais. Se é certo que significava um empurrom cultural importante para Ourense, como assim o consideravam alguns representantes das mais altas instáncias políticas e culturais da província, nom é menos certo que implicava também novos esforços económicos para umha sociedade basicamente rural, envolta num sistema de produçom

---

(11) Arquivo do Liceu Otero Pedraio.

(12) Esse mesmo ano criou-se outro em Ponte-Vedra (R.O. de 17 de Novembro de 1845) se bem antes já funcionava um Liceu em Tui. Em Compostela cria-se um Liceu agregado à Universidade, polo qual até 1862 a cidade de Corunha nom conta com um próprio, o qual adquiriu rango de provincial por R.O. de 8 de Agosto de 1876. O de Lugo, pouco depois da sua criaçom, em 1848, seria trasladado a Monforte, voltando definitivamente à capital em 1856.

(13) Boletim Oficial da Província de Ourense (B.O.P.O.) de 27 de Junho de 1848.

(14) OTERO PEDRAIO, R. «Formas y expresiones...», p. 99.

ıse feudal, muito empobrecida e sangrada já até a exasperaçom por numeos pagamentos: contribuiçons ao Estado, à Igreja, impostos territoriais, consumo..., sem contar com as rendas forais, as hipotecas, os empréstiɔs e outras cargas que gravavam a economia familiar do camponês ourenno (15). Lembremos que por estas datas o orçamento do ensino secundário ıblico recaía na província como demarcaçom administrativa e que eram es-s através das Deputaçons as que tinham que buscar os meios para o seu fianciamento. Assim o reconhece a Lei de Deputaçons Provinciais de 1845 (16). á temos assinalado que com anterioridade outras províncias, entre elas a das izinhas Lugo e Ponte-Vedra, tinham aberto o caminho e avançado as fórnulas económicas necessárias para fundar e suster estes estabelecimentos.

Em Ourense, a nova Deputaçom constituída em Janeiro de 1844 é a que vai levar adiante o projecto, secundada polas personalidades mais representativas do ámbito político e cultural ourensano entre as que cabe salientar o Chefe Político, D. Manuel Feijó e Rio, e ao Deám Bedoia.

O impulso, como em tantas outras localidades que criárom polo mesmo ano Liceus, partiu do Governo Central. Por O.M. de 3 de Novembro de 1844, o Ministério da Governaçom solicitava ao citado Chefe Político a criaçom de um Liceu provincial, para o qual necessitava propor ao Governo os arbítrios necessários ao efeito. Pouco depois, segundo consta na Acta da Deputaçom de 3 de Dezembro do mesmo ano, reunidos o Chefe Político (Feijó e Rio) e os senhores Sandiás, Míguez, Quinhones e Árias «tras un maduro examen se acordó contestar a S.S. manifestando la satisfacción que ha cabido a la misma Corporación al ver se acerca el día en que los arbitrios que conceptúa más adecuados son los siguientes: diez y seis maravedís por cada cabeza de ganado vacuno mayor que se venda en todas las ferias y mercados de la provincia; ocho maravedís por cabeza de ganado vacuno menor; treinta y dos mrs. por cada cabeza da ganado mular y diez y seis por las muletas; otros diez y seis por cada cabeza de ganado caballar y ocho por cada cría, entendiéndose todo ello con ventas en las ferias según dicho respecto al ganado vacuno, pero no en otro concepto». Umha R.O. de 16 de Janeiro de 1845 (B.O.P.O. de 29 de Janeiro do mesmo mês) aprovava os arbítrios destinados ao sustentamento do Liceu e outra R.O. de 14 de Fevereiro de dito ano criava o mencionado centro (B.O.P.O. de 22 de Fevereiro de 1845).

O de Ourense nascia como um Liceu de segunda classe conforme à classificaçom que estabelecia o entom vigente Plano de 1845 por impartir só o ensino secundário elementar —de cinco anos de duraçom com a obtençom final de título de Bacharel em filosofia— e corresponde ao modelo de Liceu que se vai perpetuar já que neles se cursavam os cinco anos do que em rigor

(15) Vid. SUÁREZ PAZOS, M. (1982) *La educación en Galicia de 1868 a 1876,* Madrid, Tese de doutoramento inédita, p. 9.

(16) Entre as atribuiçons que dita Lei dá às Deputaçons figura a de incluir nos seus orçamentos «los gastos que sean necesarios para los establecimientos de beneficiencia e instrucción pública de toda clase» e faculta-as para «proponer a la aprobación del Gobierno los arbitrios necesarios (...) y deliberar sobre los establecimientos provinciales que convenga crear o suprimir» (art. 57.4).

constitui o ensino secundário (17). De acordo com o plano de estudos desenhado para este nível elementar que incluía aqueles conteúdos que se consideravam «indispensables a toda persona bien educada— daí a sua funçom como símbolo de distinçom social ou de classe— (18), para o estabelecimento ourensano criárom-se «dos cátedras de lengua latina y castellano y elementos de literatura principalmente española; dos cátedras de matemáticas y dibujo lineal; una cátedra de geografía e historia, especialmente de España; otra de ideología moral y religión; otra de física experimental y nociones de química y una cátedra de historia natural en sus aplicaciones más usuales» (R.O. de criaçom do centro). A sua dotaçom ia desde os 4.000 reais das de línguas até os 8.000 da de religión e moral, física e química, passando polos 6.000 e 7.000 das de matemáticas, geografia e história natural.

Nomearia-se como Director um dos catedráticos do Liceu «quien disfrutará sobre el sueldo de su cátedra, 2.000 reales anuales de aumento y habitación gratuita en el establecimiento por razón del cargo» (art. 3 da R.O. de 14 de Fevereiro), com competências, ao parecer, só académicas, já que a vigilância e direcçom económica do centro ficavam submetidas a umha Junta Inspectora composta polo Chefe Político, um representante da Deputaçom, outro do Concelho e duas pessoas de conhecida ilustraçom e enraizamento, vizinhos da capital a eleiçom do referido Chefe Político (19). Completava o quadro de pessoal um funcionário ou bedel encarregado da custódia do edifício e um bedel dotados respectivamente com 3.000 e 2.000 reais anuais.

O Liceu susteria-se, segundo a fórmula habitual em que o fazem estes centros, com o produto dos arbítrios sobre feiras aprovados polo Governo e arrecadados e administrados pola Deputaçom, com douscentos ducados que o Concelho de Ourense vinha destinando a suster umha cadeira de latinidade —que desde agora fica agregada ao Liceu— e com o produto dos direitos que teriam de satisfazer os alunos por matrícula e prova de curso (20).

II.3. *Primeiras contradiçons.*

O Liceu ourensano e com ele o novo ensino do Bacharelato, nascia, a nosso entender, com sérios defeitos que nom som mais que um reflexo na nossa

---

(17) Vid. SANZ DÍAZ, F. Op. cit., p. 110. Os liceus podiam ser de três classes: a) de primeira ou superiores, nos quais se dava o ensino secundário completo, que segundo este Plano, compreendia os estudos propriamente secundários mais os de licencitura e doutoramento; b) de segunda, em que se dava o ensino secundário elementar; e c) de terceira, em que só se impartiam os primeiros cursos deste.

(18) Ainda que alguns autores quigérom ver no Plano de Pedro José Pidal um carácter de modernidade e utilidade em base às disciplinas científico-experimentais que contempla assim como ao ensino do francês. Viñao sublinha o carácter basicamente humanístico-clássico que cabe atribuir ao nível elementar atendendo à distribuiçom por cursos das suas matérias: Enquanto a gramática castelhana e latina estám presentes nos cinco cursos, a arimética e a geografia estám em dous, e a física, química e história natural se circunscrevem ao último curso. Op. cit., pp. 338-340 e 444.

(19) Ademais, à Junta compete-lhe «denunciar al Gobierno cualquier abuso o desorden que advirtiese en el Instituto, así en la parte moral y literaria como en la económica...» (art. 9). Com data de 24 de Dezembro de 1848 publica-se umha R.O. (B.O.P.O.) de 15 de Janeiro de 1849 que especifica as atribuiçons de ditas Juntas deslindando-as das dos Directores de Liceus.

(20) Os arbítrios especiais sobre feiras fôrom suprimidos em 1850, polo qual cremos que a sua efectividade, ao igual que acontecera noutras províncias, deveu ser muito baixa. Vid. VIÑAO, A. Op. cit., pp. 430-431.

província das deficiências e contradiçons —mais acusadas aqui talvez polas particulares circunstáncias da economia e sociedade ourensana decimonónica— deste nível educativo a nível nacional.

1. Enquanto os arbítrios especiais que se aprovam para financiar os estudos de Bacharelato tendem a gravar fundamentalmente a precária economia de subsistência dos camponeses ourensanos já sangrada por um elevado número de impostos, o ensino secundário cria-se na capital e nasce por e para a elite provincial (21). Já temos dito que o liberalismo conservador —fielmente reflectido no Plano Pidal sob o qual se organizam a prática totalidade dos Liceus— acunha o tipo de ensino secundário que prevalecerá quase intacto até os nossos dias, um ensino dirigido às classes médias e altas com a dupla funçom de preparar o acesso à Universidade —ao qual vai mais dirigido o nível superior— e de proporcionar a cultura geral e inculcar os valores que toda pessoa «bien educada» necessita como insígnia e privilégio de classe, objectivo prioritário do ciclo elementar. Para este fim elege-se um curriculum cheio de elementos clássicos —gramaticais e moralizantes— timidamente tingidos de modernidade com a mínima presença de conteúdos científicos ou de línguas vivas.

2. O professorado dos Liceus, que irá adquirindo a condiçom funcionarial como o resto dos empregados públicos —questom pola qual se emprende aginha todo o labor de formaçom da carreira docente funcionarial prevista no Plano Pidal: formaçom de quadros, convocatória de oposiçons, fixaçom do quadro de pessoal, etc. vê-se submetido desde o início a um regime retributivo injusto e discriminatório que em nada favorecia ao ensino pois que o salário do catedrático era o resultado de conjugar dous aspectos, o lugar que ocupava no quadro —a antigüidade— e a categoria do centro em que prestasse os seus serviços ao qual se podia somar os complementos que voluntariamente podia conceder a Deputaçom que é o organismo em última instáncia responsável da economia e bom funcionamento destes estabelecimentos (22). Esta divisiom dos Liceus —provinciais e locais, e de primeira e segunda classe, segundo o Plano 1850— provocaria um profundo malestar entre o professorado que se sente lesionado nos seus direitos e submetido a lamentáveis agrávios comparativos (23). No nosso caso nom deixa de ser também signifi-

---

(21) Nom é de estranhar o pouco efeito real que este imposto teria na província ao ser suprimido só cinco anos depois, o qual se pode explicar se temos em conta as dificuldades já existentes no meio rural para manter umha escola de primeiras letras. Nom esqueçamos o retrasso da escolarizaçom em toda a zona galega a respeito da escolarizaçom pública do resto da Espanha sobre o período que tratamos. Vid. GILABERT, J. E. (1987) «Niveux d'alphabetization en Galicia (1635-1900)» em: *De l'alphabetization aux circuits du livre en Espagne. XVI—XIX siècles*, Centre Regional de Publication de Toulouse, Ed. du C.N.R.S., pp. 45-71.

(22) Vid. SAND DÍAZ, I. Op. cit. pp. 116 e 139. Dá-se o caso que enquanto uns centros mantinham boas relaçons com a Deputaçom e esta cumpria à perfeiçom com as suas obrigas económicas, outros emitem contínuas queixas polas demoras nas percepçons do professorado ou pola intromissom de aquela na vida do próprio estabelecimento, ainda que polo geral as relaçons entre os Liceus e a Deputaçom foi melhor que a da Escola Primária e muitos dos municípios a causa do maior nível cultural dos Deputados e a maior consideraçom social dos Catedráticos. No caso de Ourense nom é difícil pensar que o bom clima que vinha presidindo as relaçons Deputaçom-Liceu alteraria-se quando em 1856 lhe foi entregado ao Seminário parte do local que até entom vinha ocupando o Liceu com o grave detrimento que isto supujo para o ensino do Bacharelato.

(23) DÍAZ DE LA GUARDIA, E. Op. cit., pp. 16 e 17.

cativo as diferentes dotaçons que se fixam para os catedráticos ourensanos ao se criar o Liceu, o qual talvez nos adverte do peso real que se quer dar a cada matéria no Bacharelato em cujo caso parece como se, respondendo ao eclecticismo do plano de estudos em vigor, se lhe outorgasse um reconhecimento similar à matéria de religiom e moral —controlo ideológico e moral deste ensino— e à de física e química —aspecto científico e utilitário da mesma— num intento de salientar a sua vertente inovadora sem diminuir por isto a missom moralizante e adoutrinadora que tradicionalmente tivera o ensino secundário.

3. É evidente o agudo centralismo que se imprime ao ensino secundário —questom já entom mui criticada polo sector mais clerical e conservador— num esforço por ordenar os estudos médios de acordo a um sistema uniforme, organizado e com uns objectivos precisos: formar as classes rectoras do novo estado liberal, tirando-os da indefiniçom, clericalismo e localismos anteriores. Nas províncias o controlo central exerce-se através das Juntas Inspectoras presididas polo Chefe Político respectivo, se bem é verdade que após o Concordato de 1851 o clero afiançará o controlo ideológico tanto neste nível como no primeiro.

Agora bem, este sistema, excessivamente apertado pola na sua estrutura uniformizante e burocrática, é incapaz de oferecer umha alternativa de ensino válido por si própria e com aplicaçom directa à realidade concreta de cada zona. Em Ourense, lugar tam necessitado de um sopro revitalizante que o ajudasse a sair do profundo estancamento social e económico que padecia, ancorado em fórmulas de vida e produçom próprias de antigo regime, o centro cultural que agora se cria perdeu toda oportunidade de constituir-se num efectivo impulso renovador económico-social para a província.

III. *A POSTA EM MARCHA DOS NOVOS ESTUDOS DE BACHARELATO.*

III.1. *O «velho» Liceu.*

A desamortizaçom jogou um papel notável no nascimento do novo sistema educativo liberal nomeadamente no nível médio, porque muitos liceus utilizárom locais e meios materiais procedentes dos centros religiosos: mosteiros, conventos, colégios... Tratava-se de aproveitar os meios existentes relativos a locais, professorado e rendas para dar um novo dinamismo ao ensino secundário sob umha pauta rigorosamente organizada e uniformada. No caso de Ourense, o Liceu ocupou parte do edifício que tinha sido Colégio de Jesuítas, se bem já desde 1777, após a expulsom de Carlos III, foi cedido ao Concelho e nele, progressivamente, foi-se instalando a Escola de Latim —integrada agora ao Liceu—, o Seminário Conciliar de Sam Fernando, o Liceu de Ensino Secundário, a Escola Normal, a Biblioteca e Museu provinciais. Ficou constituído pouco antes de mediar o século, um conjunto escolar em pleno centro da cidade, tocando a Catedral e a Praça da Constituiçom —hoje Praça Maior— que constituiria o foco da vida cultural ourensana durante várias décadas.

Os problemas de espaço originárom que já desde os primeiros anos a convivência dos centros nom fosse sempre tranquila. O Seminário necessitou ampliar as suas dependências e nalgumha ocasiom pretendeu fazer-se com todo o edifício deitando fora de ali o ensino do Bacharelato. Pola sua parte, o Liceu, com o objeto de instalar um internado, provocou o traslado do Museu. Pouco depois a incorporaçom de novas matérias e o crecimento do alunado motivárom que os próprios professores do Liceu solicitassem do Concelho a construçom de um novo edifício, soluçom que ainda tardaria em fazer-se realidade várias décadas (24).

Mas voltemos a 1845. Em Novembro desse ano tivo lugar a inauguraçom oficial do Liceu, demorada um mês por motivo de ultimar os preparativos para celebrar tal acontecimento. O Concelho da cidade programou umha série de festejos para o dia 1.º de mês e que fôrom publicados previamente no Boletim Oficial da Província. Ainda que todo o povo ourensano pudo participar de algum dos actos programados, como o que deu lugar à mudança de nome da antiga «Rua Nova» por «Calle del Instituto», o certo é que a maior parte das funçons previstas pola Corporaçom local —recepçons, missa solene, baile de sociedade e representaçom teatral— estivérom reservadas à elite social ourensana que em afinal era a verdadeira destinatária dos benefícios de dito Centro. Otero Pedraio descreve assim a festa: «La inauguración, el 1.º de noviembre del 45, se hizo con desfile de gigantes, gaitas y comitiva desde la Rua Nueva a la Catedral por la plaza 'das Olas'; estaban colgadas las casas del trayecto, en la catedral predicó en la Misa Solemne el doctoral D. Ramón Rodríguez Estévez; de vuelta se puso en dos lápidas con la fecha el nuevo nombre de la Rua Nueva: Calle del Instituto; hubo sesión literaria con versos de Bedoya y discurso del Jefe Político, banquete, cucañas y a la noche fuegos y baile en el teatro por invitación» (25).

As gestons da Junta Inspectora lográrom umha aceitável, ainda que extremadamente ajustada, acomodaçom do Liceu durante esta primeira etapa de vida —desde a sua criaçom até 1857, ano em que se promulga a Lei Moyano— se bem os problemas de espaço se agravárom aginha perante as perspectivas de crecimento do Centro. Cremos útil transcrever a descriçom que Madoz fai do velho local que nos ajudará a entender as condiçons espaciais e pedagógicas que servírom de marco aos estudos das primeiras geraçons de bachareis ourensanos: «Tiene —di Madoz referindo-se ao Liceu— un largo patio que da comunicación a cuatro excelentes cátedras cuyo piso es de madera, cada una con dos órdenes de asientos, silla y mesa del catedrático, todo de construcción sencilla pero elegante: por una espaciosa escalera adornada de columnas y de cielo raso, se sube al primero y segundo piso; a la derecha en el primer piso se formó un hermoso salón para biblioteca con buena estantería, donde hay muchas y buenas obras de todas clases, especialmente

---

(24) E. Bande descreve os passos que se seguem para conseguir o novo local, o que supujo sortear nom poucas contrariedades fielmente recolhidas nas memórias do Liceu apresentadas ao início de cada curso académico, até que o moderno edifício abre as suas portas a finais de século. (La Región, 19-5-1989).

(25) OTERO PEDRAIO, R. «Formas y expresiones...», Op. cit., p. 99.

en materia eclesiástica, recogidas de los conventos de la provincia; a la izquierda se encuentra la cátedra de química, física e historia natural, con dos gabinetes y mesas fijas para la colocación de instrumentos y modelos de estas enseñanzas. En el piso segundo y también a la derecha, existe el Museo con algunas pinturas de mérito entre las que sobresalen los cuadros de la familia de San Rosendo, traídos del monasterio de Celanova; al frente de la escalera están la secretaría y un gabinete de lectura y recreo; a la izquierda la habitación del director, muy cómoda y alegre. Todas estas obras se hallan ejecutadas con gusto y aun elegancia. Hay dos profesores de latín y castellano y uno para cada enseñanza de geografía, historia, religión y moral, retórica y poética, matemáticas, lógica, física y química, historia natural y francés; un bibliotecario, un auxiliar, un conserje y dos porteros» (26). Nom temos notícia exacta da dotaçom instrumental com que contavam os gabinetes experimentais, ainda que umha Circular de 1846 nos vem a indicar o lastimoso estado geral em que se encontravam os centros polo qual instava a que «se provean de los instrumentos necesarios para la explicación de las ciencias físicas y naturales» a fim de recuperar a brilhantez que estes estudos tiveram no passado —referia-se ao século XVIII—.

Já temos falado da Biblioteca anexa ao Liceu, mas voltemos a ela desde a importância que tivo em razom dos ricos fundos que continha e do serviço que ao parecer prestava à cidade. A sua história vai unida à de aquele até que desapareceu por completo envolta nas chamas de um incêndio em 1927. Sabe-se que foi obra do abade exclaustrado do mosteiro beneditino de Cela-Nova, D. Bonifácio Ruiz, secretário da recém criada Comissom de Monumentos, quem num ano reuniu doze mil volumes e 126 quadros (27). Em Fevereiro de 1845 figurava como encarregado do Museu e Biblioteca da capital D. Manuel Varela, mestre, ao que a Deputaçom acordou outorgar umha quantidade de mil reais para subsidiar em parte o seu trabalho. Em 1879 contava com 1.342 volumes, permanecia aberta pola noite ademais das horas regulamentadas e concorreram a ela 5.488 leitores (28).

Parece ser que junto ao Liceu existiu um colégio de internos como recomendara o Plano de 1845 (art. 61) (29) pois que sabemos que em 1848, com o pretexto de necessitar locais o Liceu para o seu internado, os quadros do Museu fôrom trasladados aos claustros do convento de Santo Domingos, começando ali a dispersom dos mesmos (30). Com os internados pretendia-se resolver o problema de habitaçom nas devidas condiçons para os estudantes nom residentes na capital. De momento estes alunos albergavam-se em casas

---

(26) MADOZ, P. (1849) *Diccionario Geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de ultramar,* T. XII, Madrid, p. 340.

(27) OTERO PEDRAIO, R. «Orense y la vida religiosa...», Op. cit., p. 195.

(28) VÁZQUEZ NÚÑEZ, A. (1881) *Guía del viajero en Orense y su provincia,* Ourense, pp. 20-21 e 68.

(29) Inicialmente pouco difundidos, irám-se estendendo e regulamentando progressivamente. De momento, segundo a Lei, «se procurará que cada Instituto tenga adjunto un colegio de internos o casa pensión, bien sea por empresa privada, bien por cuenta de la provincia o del pueblo en que aquél estuviera colocado, pero este colegio se debía administrar con absoluta independencia del propio Instituto». Vid. SANZ DÍAZ, F. Op. cit, p. 111.

(30) OTERO PEDRAIO, R. «Formas y expresiones...», Op. citi. p. 99.

particulares sem que os seus tutores se tomassem muitas moléstias pola vida académica dos seus pupilos. Consta-nos que nom faziam chegar às suas famílias os partes que o Liceu proporcionava trimestralmente sobre o comportamento e aplicaçom dos alunos, polo qual a Direcçom do Centro se viu obrigada a dá-lo a conhecer através do Boletim Oficial da Província. De todas as formas nom está totalmente provada a existência de dito internado. Só se conhece a documentaçom relativa às gestons para a sua fundaçom. De existir, a sua vida deveu ser mui curta acolhendo nom mais de vinte alunos (31).

Em 1855 o Liceu consegue dispor de um jardim botánico no Posio com o fim de servir de centro experimental para o ensino da botánica e a floricultura. Assim o indica o seu entom Director, D. Leóncio Perejón, em ofício dirigido o 13 de Abril ao Governador da província, expressando-lhe que o estabelecimento contava com professores competentes, 800 reais de diferentes plantas e a quantidade de mil reais que o Claustro tinha conseguido ao fazer o seu orçamento precisando de outra quantidade igual para as despesas que a obra ocasionara (32). Dous dias depois o Concelho aprovou dita proposta. Ao jardim botánico acrescentou-se-lhe logo um campo de cultivo que em 1881 contava com umha notável colecçom de instrumentos e máquinas agrícolas, segundo relata um guia da cidade desse ano, devido a que com a Lei de 1857 se criárom no Liceu orensano Estudos de aplicaçom à Agricultura (33).

III.2. *Os professores.*

Os primeiros anos de vida deste Liceu estivérom marcados pola provisionalidade e inestabilidade do seu professorado ao serem muito freqüentes os traslados dos catedráticos que fôrom tomando posse no mesmo após superar a correspondente oposiçom, o qual implicava as contínuas suplências dos titulares das cadeiras por professores interinos e auxiliares com o trastorno que isto deveu acarretar para o incipiente ensino. Já temos aludido às diferentes categorias de Liceus que se contemplam no Plano de 1847 que suponhem diferenciaçom nos salários do seu professorado, polo qual além de um malestar generalizado provocam umha quantidade de mudanças na busca de ver acrescentados os seus recortados salários. Sem esquecer que os problemas económicos polos que atravessava o Liceu ourensano nos seus inícios, também ocasionárom certos trastornos na confecçom do primeiro quadro do seu professorado.

Com efeito. Temo-nos referido antes às cadeiras que estabeleceu a R.O. de 14 de Fevereiro de 1845 pola qual se criava o Liceu. Para efectuar a sua abertura no curso 45-46, deveriam prover-se de maneira interina mas as dificuldades económicas figérom que a Junta Inspectora do Centro propugesse

---

(31) Vid. ADRIO MENÉNDEZ, J. Op. cit., pp. 205-208.

(32) Ib., pp. 97-98.

(33) Tais estudos de aplicaçom nunca fôrom florescentes a teor da escassa matrícula que registárom na segunda metade de século.

às instáncias ministeriais a nom provisom das cadeiras de segundo ano de matemáticas e de física e elementos de química a fim de poder aplicar os salários correspondentes as mesmas à completa organizaçom do estabelecimento. Umha R.O. de 5 de Agosto resolve dar a conformidade à anterior proposta e ordena que no caso de que fosse necessária a abertura de aquelas ensinanças para o curso próximo, o do 45 ao 46, fossem confiadas a substitutos de conhecida aptitude para isto (34). Outro dado talvez significativo enquanto a indiferente recepçom de um ensino que aportava ao Bacharelato visos de induvitável modernidade: Nom vemos que no primeiro quadro de pessoal se contemple a praça de professor de francês —cuja cadeira nom foi dotada pola ordem de criaçom—, ainda que pouco depois, na relaçom de pessoal que dá Madoz para o Liceu de Ourense, figura já um professor para a disciplina (35).

Durante o período que tratamos sabemos que polo menos fôrom quatro os directores do Liceu. O primeiro, D. Floréncio Rodríguez Valdés, foi nomeado, por R.O. de 27 de Março de 1845, catedrático interino de ideologia, moral e religiom, encarregando-lhe ao próprio tempo em comissom a direcçom literária do Centro. Cessou quatro anos depois, o 30 de Setembro de 1849. Cremos que o seguinte no cargo foi D. António Santos Burillo, catedrático de matemáticas, o qual ocupava a direcçom provisória do estabelecimento no curso 1851-52 tal como consta na acta do Conselho de Disciplina que se celebrou em dito curso (36). D. Juliám Pérez e Muro, catedrático de Retórica e Poética, foi o terceiro Director durante algo mais de dous anos, do 1 de Março de 1852 ao 11 de Dezembro de 1854, data em que cessou por traslado ao Liceu de Xerez. Seguiu-no D. Leóncio Parejón e Campoamor, antigo colegial de Fonseca, quem permaneceu no cargo até o seu falescimento em Outubro de 1865. Era D. Leóncio natural de Ribadeu, cursara os seus estudos no Seminário de Mondonhedo incorporando-os apos à Universidade. Pertencera ao primeiro claustro do Liceu de Lugo em qualidade de Director e professor de Religiom e Moral até o traslado deste centro a Monforte em 1848 (37). Sob a sua direcçom, coincidindo com a aplicaçom da Lei de 1857, o Liceu de Ourense cobrou maior auge nom obstante passar por sérios problemas de local pola agregaçom primeira da Escola Normal e da Escola de Práticas —para cuja soluçom se viu obrigado o Director a adquirir a antiga casa do preceptor de Gramática— e pola cessom depois ao Seminário do segundo andar que vinha ocupando o Liceu desatendendo o enérgico protesto do seu claustro, polo qual parte das suas dependências ficárom disgregadas passando a

(34) B.O.P.O. de 21 de Agosto de 1845.

(35) Temos que fazer constar que o ensino do francês no Bacharelato vai passar por múltiplas vicissitudes nestes anos. O Plano de 1845 nom a regula deixando a cada centro docente que a organize (junto a outras matérias: gimnástica, debuxo e as chamadas ensinanças de adorno) segundo as suas possibilidades, o que supom, à vista da situaçom económica dos mesmos, assinar em muitos casos a sua desapariçom. A Reforma de 1849 e o Plano de 1852 nom a contemplam. Por R.O. de 10 de Setembro de 1852 (art. 116) suprime-se «las cátedras de Lenguas vivas costeadas por el Estado o con fondos provinciales en todas las Universidades e Institutos». Finalmente, o Plano de 1857 (R.O. 23-9-1857) reduz a presença do francês a um curso assinalando seis horas semanais a umha língua viva no 5.º curso. Vid. VIÑAO FRAGO, A. Op. cit., pp. 442-443.

(36) Livro de Actas do Conselho de Disciplina do Liceu de Ensino Secundário de Ourense, A.I.O.P.

(37) Vid. FERNÁNDEZ PENEDO, L. Op. cit., p. 33.

ocupar a nova casa adquirida (38). Também se tentou que o Liceu dispugesse de umha casa pensom para acolher os alunos residentes fora da capital; ampliárom-se as dotaçons da Biblioteca e dos gabinetes experimentais e conseguiu-se que o Concelho concedesse um Jardim Botánico destinado ao ensino prático da Botánica e da Floristaria correspondentes aos recém incorporados Estudos de Aplicaçom à Agricultura.

Perante a relaçom dos primeiros directores do Liceu, nom podemos deixar de pôr a significativa coincidência do cargo directivo com a cadeira de Religiom e Moral. Nom é casual que siga sendo o clero ao qual se lhe encomende a direcçom dos estabelecimentos secundários de educaçom num momento em que a Igreja reafirma o seu papel de controlo ideológico no ensino com o Concordato de 1851 e umha modalidade de estudos onde a disciplina e os «bons costumes» presidem toda a actividade dos estudantes (39).

III.3. *O alunado.*

Do quadro que temos elaborado desprende-se que após um primeiro momento tras a abertura do Centro em que se detecta um importante impacto do Liceu no ensino ourensano, começa um período de retraimento e freio a respeito da etapa inicial manifestado polo forte descenso do alunado —que seguramente se corresponde com o auge do Seminário— para entrar numha última etapa de estabilidade e consolidaçom.

ALUNOS MATRICULADOS NO LICEU DE OURENSE

Cursos: 1845-46/1858-19

CURSO	OFICIAL	DOMÉSTICA	TOTAL	ÍNDICES	% OFICIAL	% DOMÉSTICA
1845-46	—	—	193	100	—	—
1848-49	127	—	127	65,8	—	—
1849-50	113	—	—	58,5	—	—
1850-51	115	17	132	68,4	87,1	12,9
1851-52	101	25	126	63,3	80,2	19,8
1852-53	99	30	129	66,8	76,8	23,2
1853-54	117	29	146	75,6	80,1	19,9
1854-55	119	22	141	73,1	84,4	15,6
1855-56	154	24	178	92,2	86,5	13,5
1856-57	145	19	164	85,0	88,4	16,6
1857-58	141	25	163	84,5	86,5	13,5
1858-59	140	30	170	88,1	82,4	17,6

FONTES: LIVRO DE MATRÍCULA E PROVA DE CURSO DO LICEU DE ENSINO SECUNDÁRIO DE OURENSE (Cursos: 1848-49/1858-59).

Para 1845-46: Lista dos alunos que se apresentárom ao exame ordinário de fim de ano publicada no B.O.P.O. n.º 75, 1846. (Nom estám incluídos os alunos que nom se apresentárom ao exame).

(38) Detalhes destas peripécias polas que se vê obrigado a passar o centro recolhe-as E. Bande num artigo publicado em «La Región» do 29-4-1989.

(39) No vizinho Liceu de Lugo observamos também que durante a sua fase de Monforte se nomeou Director a D. Gabriel Serra, professor de Ideologia e Moral, apesar da sua condiçom de interino, dando-lhe preferência aos catedráticos proprietários do centro. Vid. FERNÁNDEZ PENEDO, L. Op. cit., p. 44.

Faltam estudos sobre o Seminário, mas é de esperar que nestes anos influísse em Ourense —além de outros factores (40)— a progressiva decantaçom cara a posicionamentos clericalistas do Governo de Bravo Murillo, em especial após o Concordato de 1851, política que se manifestou na confecçom de planos de estudo de orientaçom clássico-religioso-humanista, na intervençom e controlo do ensino pola autoridade eclesiástica e no reconhecimento da validez, como estudos de ensino secundário, dos cursados polos alunos (internos e externos) dos seminários. Com a revoluçom de 1854 e o biénio progressista derrogou-se a legislaçom pro-clerical anterior restaurando a Faculdade de Teologia e aplicando umha política restritiva aos Seminários (41).

O plano de estudos de 1850 regulava o ensino doméstico para os dous primeiros anos do Bacharelato, que logo se veria ampliado a três polo Regulamento de 1852. É por isto que a partir do Curso 1850—51, a matrícula oficial agrega-se à dos estudantes que cursam os primeiros anos por livre. Ainda que nom representaria umha proporçom elevada a respeito da oficial vinha a significar a volta atrás a figura dos «dómines» ou preceptores de latinidade, ainda quando agora estavam sujeitos à realizaçom de exames finais de curso nos liceus provinciais. Sem dúvida supunha dar entrada a um ensino de baixa qualidade ao qual se acolherám preferentemente os residentes de fora da capital (42) como pode comprovar-se no seguinte quadro:

DISTRIBUIÇOM DA MATRÍCULA NO BACHARELATO
SEGUNDO A PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS (1848-49/1857-58)

CURSO	OURENSE				OUTRAS PROV. GALEGAS		RESTO DE ESPANHA		ESTRANGEIRO	
	CAPITAL		PROVÍNCIA							
	OF.	DO	OF.	DO.	OF.	DO.	OF.	DO.	OF.	DO.
1848-49	34		71		8		5		4	
1857-58	48	4	80	20	6	1	2	—	1	—

FONTE: LIVRO DE MATRÍCULA E PROVA DE CURSO DO LICEU DE ENSINO SECUNDÁRIO DE OURENSE.

Em Ourense a regulaçom do ensino doméstico provoca a abertura de academias e «passantias» (43). Com freqüência, nestes primeiros anos, alunos

(40) Por volta de 1852 havia sinais de crise económica e comercial que talvez influíssem na menor demanda de ensino secundário na província e em 1854 Ourense viu-se açoitada por umha epidemia de cólera tal como relata ADRIO MENÉNDEZ, J. Op. cit., pp. 84 e 89.

(41) VIÑAO, A. Op. cit., p 476.

(42) Estaria motivada, em parte, polo fracasso dos internados anexos aos Liceus enquanto instrumentos que permitissem cursar o ensino secundário aos alunos de pequenas cidades e zonas rurais. Cfr. nota 357, p. 363 da obra de A. Viñao. Este autor mantém que na Espanha de meados do XIX, a autorizaçom do ensino livre significava ademais a ocupaçom de um bom número de exclaustrados, o qual nos induz a pensar que em Ourense, onde segundo Otero Pedraio o elevado número de exclaustrados formavam um «elemento vivaz, inteligente y piadoso» viria a ser o ensino umhas das suas ocupaçons preferentes.

(43) Em 1848 o cura de Triom, D. Manuel Fernández, que se fai titular «mestre aprovado pola Universidade de Santiago» abre passantia de latinidade. Nesse ano inaugura-se a Academia de Numérica do professor D. Manuel Rei. Vid. OTERO PEDRAIO, R. «Formas...» Op. cit., p. 99.

matriculados como oficiais passam a sua matrícula ao longo do curso ao ensino doméstico, talvez por ter dificuldade de assistir regularmente as aulas —sabemos a obrigatoriedade de assistência às mesmas—. Noutros casos, há estudantes que iniciando o curso «por livre» passam logo a oficiais buscando seguramente com isso maior garantia no aprovado de curso. Nós temos confeccionado as estatísticas considerando a matrícula inicial efectuada no início de cada curso.

Se observamos a distribuiçom da matrícula atendendo o lugar de origem dos alunos, constatamos que o alunado procedente da zona rural supom aproximadamente o duplo de alunado da capital, conseqüência clara do baixo volume de populaçom que regista a cidade por esses anos. Numha província densamente povoada como é a de Ourense com um total de 234.594 habitantes em 1848 (44), os que vivem na capital som só 4.260. Disto deduze-se que, o nascer no campo ou na cidade determinava em boa medida as possibilidades que um ourensano do momento tinha para aceder ao estudo do Bacharelato: enquanto em 1848 procedentes da capital havia 12,2 habitantes no Liceu por 1.000 habitantes, os de toda a província representavam o 0,54 por mil.

À discriminaçom dentro da província da zona rural a respeito da urbana, acrescenta-se a que padecia Ourense em relaçom ao conjunto espanhol, o que pom de manifesto o pouco peso do Bacharelato nesta província galega a meados do passado século: Enquanto a Ourense lhe correspondem 48 alunos por 100.000 habitantes no curso 1849-50, a cifra para toda Espanha eleva-se a 86 (45). Isto é facilmente explicável se considerarmos a peculiar estrutura socio-económica ourensana —como a galega— do dezanove, que leva a que o modo de produçom precapitalista dominante e a conseguinte ausência de umha autêntica burguesia comercial, se corresponda com um ensino médio escassamente desenvolvido.

Agora bem, esta afirmaçom deve-se matizar à vista dos dados que oferecem as estatísticas do momento a respeito da matrícula do Seminário auriense, o qual nos fai pensar que além dos alunos procedentes do sector camponês, seguia havendo muitas famílias acomodadas dentro e fora da cidade, que preferiam o ensino eclesiástico para os seus filhos ainda considerando que nom sempre iam terminar por receber ordes sagradas.

---

(44) B.O.P.O. de 27 de Junho de 1848.

(45) O dado relativo a Espanha está tomado da citada obra de Viñao Frago, p.. 463.

NÚMERO DE SEMINARISTAS QUE EM 1858 ESTÁM MATRICULADOS NOS SEMINÁRIOS GALEGOS

Seminário de Santiago	398 alunos
Seminário de Lugo	424 alunos
Seminário de Mondonhedo	292 alunos
Seminário de Ourense	511 alunos
Seminário de Tui	307 alunos
TOTAL	1.329 alunos
Seminaristas em toda Espanha	17.180
Percentage de seminaristas galegos no total espanhol	11%
Percentage de seminaristas ourensanos no total galego	36,7%

FONTE: Anuário estatístico de 1858. Dados tomados de BARREIRO FERNÁNDEZ, X. R.: Historia contemporánea de Galicia. T. III, Gamma, A Corunha, 1983, p. 90. Elaboraçom própria.

Concluímos portanto que a baixa matrícula do Liceu se deve atribuir a duas causas fundamentais:

1. Nom se tem configurada a chamada classe média formada por burgueses comerciantes e industriais à que vai expresamente dirigida desde as instáncias governamentais o ensino secundário.

2. A sociedade ourensana dominante do momento —como o resto da sociedade galega— basicamente tradicional e conservadora, muito influenciável polo clero —quem através do púlpito realizou um constante labor de adoutrinamento ideológico e político— e com escassos recursos económicos, prefere educar os seus filhos no Seminário quer para seguir a carreira eclesiástica, quer para aceder a estudos universitários ou simplesmente com o fim de dotá-los de umha «cultural geral».

Afinando um pouco mais no aspecto social do ensino secundário na primeira etapa do Liceu provincial ourensano podemos perguntar-nos polos grupos sociais que se beneficiam da mesma. O resultado da análise de umha pequena mostra dos alunos matriculados por primeira vez no centro desde o curso 1845-55 ao de 1857-58, oferece os seguintes resultados (46): Dos 24 expedientes examinados —que suponhem o 16,6 dos alunos de primeiros cursos— dous correspondem a filhos de «licenciados», 11 a filhos de funcionários (deles 4 som oficiais do exército, 3 secretários, 3 mestres e 1 adjudante de Obras Públicas), 6 a proprietários de terras ou «fazendados», 3 de comerciantes, 2 de ofícios artesaos (carniceiro, sapateiro) e 1 de administrador de terras (Administrador do Conde de Lemos).

Estes dados confirmam que só os grupos melhor situados no conjunto da sociedade ourensana som os que estám aqui representados. Trata-se de um sector social heterogéneo, muito reduzido e nom muito rico vinculado tanto ao campo como à cidade: composto por fidalgos rendistas, burocratas, mili-

(46) A mostra componhem-na os alunos em cujo expediente figura a profissom do pai na partida de baptismo, documento que se requeria para formalizar a inscriçom no ingresso ao Centro. A dificuldade de encontrar expedientes da época nos quais constasse o dado que nos interessa, fijo impossível partir de umha mostra maior.

tares, docentes, titulados superiores que exercem profissons liberais e o grupo dos pequenos comerciantes e artesaos que com dificuldades iam abrindo caminho ao despertar ourensano de finais de século. Quase excluídos os camponeses só o representa um aluno pertencente sem dúvida ao grupo dos que estám melhor situados (o filho do Administrador do Conde de Lemos (47).

III. 4. *Aspectos académicos do centro.*

Analisado já o perfil social do alunado de Bacharelato neste período, podemo-nos perguntar: Que classe de estudantes é o de ensino secundário de há cento cinqüenta anos? Qual era o seu rendimento académico? Como era o ensino que recebia? Quais os procedimentos mais usuais do professorado do momento?... aspectos todos eles que aportam dados significativos para um estudo qualitativo do ensino secundário na primeira etapa de implantaçom e afiançamento do novo Bacharelato no Liceu de Ourense.

Vaiamos por partes. Da modalidade de ensino informam-nos os diferentes planos de estudos elaborados entre 1845 e 1857, entre o Plano Pidal e a Lei Moyano (planos de 1847, 1850 e 1852). Esta questom tem sido muito bem analisada em estudos gerais sobre o ensino médio do século XIX (48) polo qual nos vamos limitar a dizer que se bem os primeiros cursos —até 1848— respondem a um ensino de corte utilitário com predomínio de conteúdos de carácter científico-natural a partir desse ano os planos de estudos que se sucedem ponhem o acento num ensino preparatório para a Universidade, restringindo o ámbito dos seus possíveis destinatários e acentuando os programas com predomínio de disciplinas humanístico-clássico-literárias. Apostou-se por formar prioritariamente a classe dirigente e acomodada da sociedade, deixando a um lado a formaçom das classes úteis e produtoras da mesma. Este processo iria paralelo ao incremento do controlo da Igreja sobre este nível educativo, produto da aproximaçom e reconcialiaçom entre o regime isabelino e a Igreja que culminaria com o Concordato de 1851.

Isto significou umha opçom pouco afortunada para o recém nascido Bacharelato, que se converteu num ensino afastado por completo da realidade económica do país e por suposto da ourensana, sem possibilidades de reverter directamente no processo produtivo da província tam necessitado de umha urgente transformaçom e revitalizaçom. Os estudos de aplicaçom à Agricultura criados após a Lei Moyano no Liceu ourensano polo seu escasso alunado e a sua consideraçom de estudos de segunda classe, resultárom completamente insuficientes e ineficazes à hora de incidir nos problemas que o agro tinha levantados.

---

(47) Os camponeses som o sector social maioritário e mais diversificado desta província e de toda Galiza. A sua diferenciaçom vinha marcada pola modalidade de relaçom contractual com a terra: «casareiros», «caseiros», «foreiros» —o tipo de camponeses mais extendido—, arrendados e proprietários, ainda que com freqüência coincidiam na mesma pessoa ser à vez «foreiro», arrendatário e mesmo pequeno proprietário. Vid. BARREIRO FERNÁNDEZ, J. R. *Historia de Galicia*, T. III, Vigo, Galáxia, 1981, pp. 56-60.

(48) VIÑAO, A. Op. cit., p. 479. Como é sabido, apostou-se por formar prioritariamente à classe acomodada e dirigente da sociedade, deixando a um lado a formaçom das classes úteis e produtoras da mesma.

O perfil académico dos alunos do Liceu assim como os procedimentos mais usuais neste nível educativo se podem obter tomando como fonte umha espécie de registo acumulado da vida escolar de cada aluno que trimestralmente e durante alguns anos consecutivos, concretamente entre os cursos 1851-52 e 1854-55, vinha levando o Centro de acordo a um modelo formalizado. Os aspectos que ali se anotam som os relativos a assistência —faltas voluntárias e involuntárias—, conduta —boa, mui boa, inquieto, exemplar, distraído, desigual...—, castigos —plantos, encerros, admoestaçons...—, prémios de aplicaçom —regular, média, bastante, sustida, inconstante, escassa, nengumha, esmerada...—, disposiçom intelectual —muito regular, boa, notável, má...— e as qualificaçons de final de curso.

À vista da freqüência com que esta variada gama de qualificaçons aparece no referido registo, observamos que abunda a modalidade de aluno que se considera pouco aplicado, com aproveitamento académico escasso (qualificado de regular, pouco, mediano) e umha conduta deficiente. Normalmente as apreciaçons que de cada aluno fam os professores sobre a sua disposiçom intelectual, aplicaçom e aproveitamento, coincidem, sem que nos pareça fazer-se umha discriminaçom clara entre tais factores.

Usa-se e abusa-se do castigo sob a modalidade de encerros, admoestaçons, plantons —privaçom de assento—, etc. A expulsom está reservada para as faltas graves —aquelas que atentam à «moral» e «bons costumes» ou ao «devido respeito» ao professor— e aplica-a o conselho de disciplina do centro, reunido neste período em quatro ocasions, de modo excepcional. Mas as simples faltas de assistência voluntárias podem privar o aluno do exame final ao ser literalmente «riscado da lista»; de facto, é a causa mais freqüente de perda de curso e em casos de abandono dos estudos. Curiosamente, os prémios, a teor da total e voluntária ausência de anotaçons no compartimento correspondente da fonte que temos consultado, cremos que abundam bastante menos. Trata-se, portanto, de um ensino basicamente repressivo e autoritário que dirige o comportamento dos jovens cara a obediência cega e absoluta docilidade, muito na linha do patrom pedagógico tradicional imperante e do modelo educativo liberal desenhado para as elites rectoras da sociedade.

O resultado do ensino do novo Bacharelato impartido neste Liceu, traduzido no sucesso ou fracasso escolar dos alunos que cursam estudos durante a primeira etapa de vida do estabelecimento, achamo-lo nas tabelas que temos confeccionado. Como é sabido, a perda de curso, o abandono dos estudos e a obtençom do título de Bacharel, constituem os indicadores normalmente usados para comprovar o nível de sucesso/fracasso do ensino secundário além de constituir umha chave importante para detectarmos a selecçom social que se exerce sobre o alunado (49).

---

(49) Vid. LERENA, C. Op. cit., p. 189.

QUALIFICAÇONS ACADÉMICAS DOS ALUNOS DO LICEU DE OURENSE NAS CONVOCATÓRIAS DE JUNHO E SETEMBRO POR TIPO DE ENSINO (EM %)

(Cursos 1848-49/1856-57)

CURSOS	SOBRESAL.		NOTÁVEL		BOM		MEDIANO		SUS. E AB.		TOTAL AL.	
	OF.	DO	OF.	DO.	OF.	DO.	OF.	DO.	OF.	DO.	OF.	DO.
1848-49	13,8	—	—	—	17,8	—	38,8	—	29,6	—	100	100
1849-50	12,5	—	—	—	25,0	—	54,5	—	8,0	—	100	100
1850-51	17,7	11,8	—	—	25,7	23,5	47,8	5,9	8,8	—	100	100
1851-52	20,8	4,0	—	—	28,7	32,0	42,6	28,0	7,9	58,8	100	100
1852-53	9,4	—	15,6	16,7	18,7	20,0	41,7	33,3	14,6	30,0	100	100
1853-54	13,9	13,8	18,3	6,9	20,9	34,5	30,4	31,0	16,5	13,8	100	100
1854-55	13,4	4,5	17,6	13,6	16,8	27,3	36,1	31,8	16,1	22,8	100	100
1855-56	12,0	—	9,3	4,2	19,5	33,3	44,6	58,3	14,8	4,2	100	100
1856-57	15,4	10,5	6,4	15,8	19,2	31,6	21,8	21,1	37,2	21,0	100	100
1857-58	13,5	4,0	8,5	4,0	19,3	28,0	46,9	52,0	11,8	12,0	100	100

FONTE: LIVRO-REGISTO DE MATRÍCULA E QUALIFICAÇONS DO LICEU DE ENSINO SECUNDÁRIO DE OURENSE.

PERCENTAGE DE REPROVADOS NOM APRESENTADOS NA CONVOCATÓRIA DE JUNHO POR TIPO DE ENSINO

(Cursos 1848-49/1856-57)

CURSOS	REPROVADO		NOM APRESENTADO		TOTAL	
	OF.	DO	OF.	DO.	OF.	DO.
1848-49	12,3	—	21,8	—	34,1	—
1849-50	3,6	—	9,8	—	13,4	—
1850-51	4,4	11,8	10,6	29,4	15,0	41,2
1851-52	6,9	8,0	8,9	36,0	15,8	44,0
1852-53	8,3	0	13,5	30,0	21,8	30,0
1853-54	6,9	0	14,8	13,3	21,7	13,3
1854-55	5,9	4,5	12,6	40,9	18,5	45,4
1855-56	3,3	0	30,0	33,3	33,3	33,3
1856-57	—	0	18,6	26,3	18,6	18,6
1857-58	6,4	0	55,0	12,0	11,4	11,4

FONTE: LIVRO-REGISTO DE MATRÍCULA E QUALIFICAÇONS DO LICEU DE ENSINO SECUNDÁRIO DE OURENSE.

Em virtude destes dados podemos dizer:

• A maior parte dos alunos do Liceu superam o curso em que estám inscritos e numha proporçom similar à registada para o total de alunos de Bacharelato na Espanha (50).

(50) Cfr. VIÑAO, A. Op. cit., p. 463.

• Entre os alunos que fracassam abundam os que nom se apresentárom ao exame final. A razom é, sem dúvida, a obrigatoriedade de assistir às aulas, motivo polo qual os alunos que acumulam faltas de assistência voluntárias som literalmente «riscados da lista».

• O fracasso dos alunos matriculados no ensino doméstico é significativamente maior do que o dos que assistem às aulas do Liceu. A excepçom de um só curso, a percentagem de abandono e/ou repetiçons é sempre mais elevado. Com freqüência nom se usa a convocatória de Junho.

• Dentro do abano das qualificaçons usadas —sobresaliente, notável, bom, mediano e reprovado—, a correspondente a mediano —o nosso actual aprovado— é a mais freqüente, por volta de 50% os estudantes ourensanos que, ao igual que acontece para o conjunto nacional, obtenhem esta qualificaçom. É de supor que neste grupo se incluem muitos dos alunos que durante o curso escolar tenhem sido julgados polos seus professores com maior severidade qualificando-os, como temos assinalado, com «regular», «mau» ou «reprovado».

A nossa conclusom neste aspecto aproxima-se à que dá Viñao para o Bacharelato de elite do passado século em relaçom a todo o conjunto espanhol: O normal, por estas datas, sobretodo matriculando-se oficial, é que os alunos que iniciam o Bacharelato no Liceu provincial ourensano o finalizem, o que equivale a sublinhar a alta eficácia interna deste nível de ensino nos seus inícios. Fica também claro que na selecçom social que se exerce sobre o alunado, os grupos prejudicados nos quais se produzem os abandonos, estám formados polos jovens mais desfavorecidos que nom podem receber o ensino no seu próprio centro e que maioritariamente vivem fora da capital.

Apontamentos sobre os «direitos linguísticos» na Galiza espanhola

Por que é que se mudou a programação de Literatura Galega do ano 1980 para a do ano 1983

António GIL HERNÁNDEZ (1)
Fundação Europeia «Viqueira»
Corunha

0. INTRODUÇÃO. A GALIZA E A LUSOFONIA

Ao *Congresso Internacional sobre a Situação actual da Língua Portuguesa no Mundo* (Lisboa, 1983) o Prof. Salinas Portugal comunicou umas interessantes reflexões sobre «A Literatura Portuguesa nos Estudos de Língua e Literatura Galega. Ciclo Secundário» (2) com as quais substancialmente poderia concordar-se. Porém, tento completá-las aqui dadas as mudanças sobrevindas àquela situação.

Na altura presente, tanto na Espanha quanto em Portugal, está a efetivar-se a «Reforma do Ensino». Apesar de as condições sociais e políticas não serem de todo favoráveis ao modelo educativo ideal para uma razoável «na-

---

(1) É o texto, reelaborado da comunicação apresentada, com o título «A literatura portuguesa a ler na Galiza» ao *III Congresso Internacional de Lusitanistas,* celebrado em Coimbra do 18 ao 22 de Junho de 1990.

Após ter entregado ao *Congresso* o texto que se publicará nas *Actas,* cai na conta de que o Prof. Salinas Portugal comunicara sobre o mesmo assunto na ocasião a que a seguir me refiro.

Ulteriormente volveu sobre o tema, mas desde a perspetiva do ensino da língua portuguesa na Galiza, numa breve comunicação que, junto com os Professores Ferreiro Fernández e Martínez Pereiro, apresentou ao *Colóquio Internacional «Língua Portuguesa - Que futuro?»* (Lisboa, 1989).

(2) O Professor e colega, que também apresenta uma comunicação a este *Simpósio,* concluía aquelas reflexões: «O galego está hoje a passar momentos difíceis. O estudo da literatura portuguesa, que aqui tentámos justificar, não é um recurso limite de condenado, o galego está na etapa decisiva ora para se consolidar como a língua e a cultura normalizada do país, ora para desaparecer sob a pressão do espanhol. Mas não pretendemos cair na dependência do português (a própria situação política da Galiza é a melhor defesa para esse perigo, mais aparente do que real). Queremos preservar a nossa identidade como povo diferenciado com o que isso implica no que diz respeito à língua e cultura, mas fá-lo-emos dentro do meio a que o galego por afinidade, linguística e cultural, pertence: o mundo galego-português» (1983.1987:647).

cionalização» dos cidadãos espanhóis, cumpre porém reconhecermos a importância do processo, também para a progressiva construção de uma desejável «Europa dos Povos» (não com certeza, «dos Estados» nem «dos cidadãos») e portanto da Galiza no quadro peninsular e continental (3).

Como se indica em «documentos da reforma» (MEC 1987:7) e como, aliás, bem se conhece, a educação não é mais do que a formalização das tradições prevalecentes ou a criação formal de talvez novas tradições, em todo o caso nacionalizadoras de uma Comunidade integrada por divergentes grupos sociais. Assim, [quase] oficialmente declara-se:

> En todos los tiempos y en todas las sociedades conocidas los seres humanos educan a sus hijos trasmitiéndoles un lenguaje, unos instrumentos, unas habilidades y, en definitiva, una cultura. Es *la tradición, la continuidad social y cultural,* la que de esa manera se asegura (o itálico é meu).

Mas, a seguir, acrescenta-se:

> Pero *la educación puede ser también un instrumento de transformación social* (o itálico é meu).

Nestes supostos, o processo educacional na Galiza apresenta dimensões diferenciadas a respeito do aplicável às regiões hispanofalantes da Espanha. Assim acontece com os correspondentes à Catalunha (o País Valenciano e as Ilhas inclusos) e a Euskadi (e Nafarroa), justamente por os cidadãos espanhóis domiciliados nestas *Comunidades autonómicas* poderem empregar, sobretudo nos âmbitos do ensino, outra língua «también oficial» diversa da castelhana, que (não se esqueça) é a nacional e oficial no Estado (4).

Se a reforma educacional espanhola fosse democrática e decente, *contribuiria a consolidar* as Comunidades linguísticas não castelhanas. Apesar das muitas e graves dúvidas sobre a «vontade política» real para desenvolvê-la com esse objetivo, ninguém nos impede imaginar que, nas circunstâncias presentes, a reforma inicie um caminho «factual» suficiente para *contribuir à convivência,* no interior do mesmo Estado, das Comunidades Históricas e diferencialmente Culturais, que são os «Países Catalans», «Euskal Herria» e a Galiza. Cumprir-se-ia decerto aquela boa intenção manifesta no discurso de S. M. El-Rei dirigido às Cortes o 27 de Dezembro de 1978, que abre a Constituição espanhola vigente:

> Los pueblos de España tienen planteadas grandes demandas en el orden del reconocimiento de sus propias peculiaridades, del trabajo, de la vida familiar, de la cultura y la igualdad efectiva de las oportunidades en el ejercicio cotidiano de la libertad.
>
> A todo ello hemos de consagrar nuestros esfuerzos en el tiempo que se avecina.

---

(3) Cabe igualmente dizer: «de *Euskal Herria* e dos *Países Catalans*».

(4) Até ao momento presente a possibilidade de emprego indiferente das declaradas *línguas oficiais*, relativamente à não castelhana, quer esteve negada, quer acha-se capitidiminuida mesmo nos âmbitos do Ensino, que são os atualmente «menos» desnormalizados. Veja-se ao respeito A. Gil Hernández 1985; também A. Gil Hernández-X. Vilhar Trilho 1987.

0.1. *A galeguidade, matriz da lusofonia.*

O Prof. Silvio Elia acabava a sua documentada e precisa comunicação ao *I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (5) (Ourense, 1984), com esta valorização:

> É dessa alma galega que derramou sobre a Península Ibérica os mais amorosos e aliciantes versos da lírica medieval, que povoou de sonhos e proezas a abençoada faixa atlântica do território hispânico, que estruturou em forma harmoniosa e culta um dos idiomas românicos mais pujantes de virtualidades e realizações, que somos os privilegiados continuadores nas terras novas e renovadoras do continente americano. Faz jus, portanto, esse fecundo idioma galego-português ao título de matriz do mundo lingüístico lusobrasileiro (1984.1986:194).

Cumpre estendermos a ideia do Professor brasileiro e atribuir ao idioma galego (enquanto matriz da Lusofonia) aqueles requisitos que, na opinião do Prof. Coseriu, caraterizam as línguas históricas; decerto tem de estimar-se o idioma galego «saber linguístico transmissível» que, «para além de fundamentar e «refletir» a cultura não-linguística [...], é *per se* cultura» (1973:60), apesar de hoje se achar gravemente agredido, sob a administração espanhola e por ela, no seu território e desde fora, pela pseudouniversalidade anglófona que entende fagocitar as outras expressões linguísticas.

Aquela ideia, nocional e ativadora, de a galeguidade ser manancial da Lusofonia crescente foi com muita intensidade acarinhada pelos velhos galeguistas assim como por todos aqueles Notáveis portugueses não ignaros da História.

Dentre as abundantes amostras possíveis, quereria salientar a delicada, quase amorosa testemunha do saudoso Prof. Rodrigues Lapa, coimbrão mas galego, como gostava lembrar:

> A Galiza é para nós, portugueses, a velha irmã esquecida, que se conhece por ser parecida connosco, mas a quem se não dá, afora uma ou outra alusão de poetas, a importância que merece. Sucede que essa irmã, da herança comum, guardou religiosamente o pecúlio mais antigo, tesouro esse que devemos conhecer, se quisermos interpretar bem Portugal (1975.1979:27).

0.2. *A Lusofonia, enforçamento da Galeguidade.*

Num outro artigo (1977.1979:95-96) o mesmo distinto Professor lembrava (permita-se a extensa citação):

> Por laços que a História conhece e alguns parecem ignorar, estamos neste momento *[1977, na «transición democrática» espanhola]* indissoluvelmente ligados e em-

---

(5) Agem na Galiza diferentes entidades não governamentais definidamente «integracionistas» ou *lusófonas;* entre aquelas que têm caráter cultural, citamos: *Irmandades da Fala,* que promove a *Fundação Europeia «Viqueira»,* e a *Associação de Amizade Galiza-Portugal,* a sustentarem a validez do «Acordo Ortográfico» (1986), do Rio de Janeiro, como instrumento básico para a construção da Lusofonia, mais necessária à Galiza do que a Portugal, aos PALOP ou ao Brasil; a *Associação Sociopedagógica Galaicoportuguesa,* cujas atividades se cingem ao mundo do ensino; a *Associaçom Galega da Língua,* organizadora dos *Congressos Internacionais da Língua Galego-Portuguesa na Galiza,* que reduz a sua ação nomeadamente ao território espanhol da Galiza. Porém, todas sustentam, embora com matizes, o facto de o idioma galego se achar integrado (ainda) na língua portuguesa.

Existem outras organizações «integracionistas», de caráter local, de que não cabe ocuparmo-nos aqui.

penhados numa obra comum. Mais ainda: dado o tipo de relações entre os dois idiomas, com vantagem para o português, é natural que sejamos parte fundamental no processo. Por isso mesmo é que, entre os galegos, homens como Ramón Villar Ponte, Álvaro de las Casas e, mais recentemente, José-Martinho Montero Santalla, advogaram a ingerência de técnicos portugueses e até brasileiros na questão linguística galega, que assim ganharia em ser resolvida num «senso de família», segundo a expressão feliz de Otero Pedrayo. Portugal representa, segundo a luminosa observação de Murguia, «a imagem viva da pátria sonhada»: é pois de uma perspectiva portuguesa que cumpre encarar a recuperação literária do idioma de além-Minho e sua promoção a língua de cultura.

Pela sua parte, o saudoso Prof. Carvalho Calero não sustentava, apesar de interessadas e curiosas interpretações, uma concepção diferente. Num artigo jornalístico, que intitulara «Nom estamos sós» dirigia-se à massa dos galegoutentes:

> O galego nom é um fenómeno isolado no mundo idiomático. Como o flamengo está coordenado com o holandês, como o valom está coordenado com o francês —de jeito que nas antologias andam a par os poetas belgas com os seus vizinhos do norte e do sul, apesar das modalidades peculiares das falas distintas—, devemos aspirar a que os poetas galegos vistam um indumento ortográfico e, em certa medida, léxico, que facilite a sua comparecência no âmbito do que foi —e é— domínio lingüístico comum (1978.1981:80-81).

É a sua opinião reiteradamente razoada em diversos trabalhos a integrarem os livros mais ajustadamente linguísticos, como *Problemas da Língua Galega* (1981), *Da fala e da escrita* (1983), *Letras Galegas* (1984) e *Do galego e da Galiza* (1990).

Apesar destes e de outros estimáveis antecedentes e aprofundando as suas propostas, nestes ultimos anos está a configurar-se explicitamente o conceito e prática da Lusofonia. Contribuiu decerto a essa elaboração um *I Encontro Internacional da Lusofonia,* que se celebrou na Casa do Brasil (Madrid) em Setembro de 1988, a que acudiram prestigiosos professores de todos os Países Lusófonos; era promovido por Associações Culturais não gubernamentais da Galiza e organizado pela Fundação Europeia «Viqueira». Esse convívio sintonizava com os esforços, já felizmente coroados, por conseguir um *Acordo Ortográfico,* que unifique as diversidades gráficas da Língua Comum e sobretudo que estenda o discurso da unidade e da colaboração, em qualquer caso necessária para a sobrevivência da Comunidade Transcontinental Lusófona.

Uma das «conclusões» em que os participantes nesse *Encontro* concordaram era a seguinte:

> A construção da Lusofonia não e só uma questão linguistica; mais do que isso, exige a consideração de dados, sociais, politicos, culturais e ideologicos.
>
> O espaço da Lusofonia é um espaço linguistico de dialogo intercultural; o conceito enquanto tal está ainda em construção.
>
> Deve definir-se quanto antes uma politica lusofona em defesa da lingua que é oficial ou cooficial na Galiza, Portugal, Brasil e Cinco Paises Africanos Lusofonos: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e Säo Tomé e Principe.

Lingua tambem utilizada em organismos internacionais como a CEE, OEA, OUA, ICO da ONU, UNESCO e relações ACP-CEE (6) (1988.1989:169).

1. O QUADRO CONSTITUCIONAL DA ESPANHA

Vale estimar a seguir se o atual quadro constitucional espanhol impediria radicalmente (7) aquela velha aspiração que o Prof. Rodrigues Lapa exprimia na sua conferência «A política do idioma e as Universidades», lá, no ano 1933:

> Em primeiro lugar, há necesidade de fazer da futura capital da Galiza, que será certamente S. Tiago de Compostela, um foco activo da cultura portuguesa [...]. A expansão desejada da língua e da cultura [...] deverá ser antes de qualquer coisa de permanente e metódico, uma como que sucursal do espírito português, que tenha meios de levar a sua acção através de toda a Galiza (1933.1983:64).

Se «espírito português» equivale a *Lusofonia,* a proposta do Professor é plenamente atual. Com efeito, a interpretação literal da Legalidade Fundamental da Espanha objetivamente não contradiz esse esboço de utopia ou

---

(6) Adverta-se que foram redigidas na ortografia fixada no «Acordo do Rio» (1986).

Explicam essas «conclusões» os trabalhos citados na bibliografia deste artigo e publicados em *Temas de O Ensino* Vols. IV—V (1988-1989), intitulado *A Lusofonia. Unificação ortografica e politica linguisticocultural:*

- da Prof.ª da Rocha Valente: «se é certo que (na hipótese é de Sapir) a representação do Mundo e a cultura de uma comunidade com essa comunidade, a língua histórica —O Português» será o sistema modelizante primário sobre o qual se instituem, organizam e desenvolvem todos os outros sistemas» (p. 100);
- do Prof. Lindeza Diogo: «A nossa proposta é de uma lusofonia como heteronímia. De uma lusofonia que não se limite a transferir para um espaço transnacional a ideia «da identidade saudável de uma nação» de que fala Amadeu Torres» (p. 96);
- do Prof. Pinto Bull: «A Lusofonia [...] é o conjunto de linguístico e geográfico dos indivíduos, das comunidades ou colectividades, dos Países e Estados de expressão oficial portuguesa, e ainda regiões ou associações com afinidades justas ou aspirações legítimas a pertencerem, num futuro muito próximo, a esse conjunto linguístico-cultural» (p. 105);
- do Dr. Fontenla Rodrigues: «a lusofonia implica, de um lado a *alteridade, O Outro,* portanto a diferença, mas também a *comunidade, O Comum* [o idêntico?], e portanto aquilo que nos une os lusofonos. [...] no equilibrio das douas cousas está a base para realizar uma politica cultural e linguistica da lusofonia» (p. 84).

A referência ao Prof. Amadeu Torres (1987), «Arte ou Ciência, a Gramática?», (in *Diacrítica,* núm. 2, pp. 57-66) convida-nos a transcrever a conclusão desse trabalho em que se remete a F. Braudel *(L'identité de la France, I,* Paris, Flammarion, 1986): «Uma nação não pode subsistir senão à custa de se buscar a si mesma sem fim» por intermédio da própria história e do próprio idioma, duas funções ou parâmetros psico-sócio-culturais e civilizacionais insubstituíveis na defesa, manutenção, enriquecimento e expressão genuina da sua personalidade ou identidade na diferença e concerto das nações e dos povos.

(7) Com toda a certeza inferir-se-á a radical incompatibilidade entre a Espanha, segundo determinadas interpretações do texto constitucional, e a pertença da Galiza à Lusofonia. Se houver vagar, explicaria dous tipos de condutas que pretendem justificar a inferência acima enunciada.

Resolve-se o primeiro na insistência de algumas pessoas e instituições espanholas em «lavarem o cérebro» dos cidadãos da Galiza para os convencerem, contra toda a evidência, de que as falas do idioma galego não podem ser *cobertas* pela escrita tradicional, conservada no português padrão, ou, dito por outras palavras, de que as falas galegas não verificam a «língua histórica» hoje denominada *português.*

Consiste o segundo, consequente com o primeiro, em aquelas pessoas e instituições violentarem a legalidade espanhola vigente de modo a *urgir,* contra todo o direito, uma quase submissão reverencial a certa maneira muito castelhanizada de escrever o idioma galego que eles argalharam não apenas no seu individual benefício, mas também para rendimento «nacionalitário» da Espanha que eles promovem.

Tais condutas, talvez esperáveis e não estranhas entre os Notáveis espanhóis, constituem um claro sintoma de grande fraqueza nacional quando consentidas e mesmo favoridas por Notáveis portugueses ou pelos Notáveis supostamente nacionalizadores da Galiza, como habitualmente vem acontecendo.

projeto ideológico-cultural (8) proposto para a Galiza, segundo entendemos amostrar a seguir.

1.1. *O Galego-Português, também oficial: Consequências.*

É bem conhecido que a Espanha, depois da «transición a la democracia» (1975-198...), se tem configurado como «Estado social y democrático de Derecho» (*Constitución española* [1978], art. 1.°) em que se «reconoce y garantiza el derecho a la autonomía de las nacionalidades y regiones que [o] integran» (*C.E.*, art. 2.°).

Uma delas é a Galiza, segundo se exprime no art. 1.° do *Estatuto de Autonomía para Galicia* (1980):

> Galicia, nacionalidad histórica, se constituye en Comunidad Autónoma para acceder a su autogobierno, de conformidad con la Constitución Española y con el presente Estatuto, que es su norma institucional básica.

11.1. *Legislação fundamental.*

É em virtude dessa legalidade fundamental, *C.E.* e *E.A.G.*, que o *modelo dos usos linguísticos* fica desenhado suficientemente para o território da Comunidade Autonómica, quer a respeito da oficialidade do idioma galego (*C.E.* art. 3.°.2 e *E.A.G.* art. 5.°), quer a respeito do ensino e promoção cultural (*C.E.* arts. 148.°.1 14.ª-17.ª e *E.A.G.* arts. 27.°.19, 20, 26 e 31, e 32.°). Relativamente à lingua e portanto à cultura expressa nessa lingua, o *modelo* resume-se em dous princípios básicos que cabe enunciar assim:

1.° a **língua castelhana** *[sic]* declara-se implicitamente *nacional* e explicitamente *oficial do Estado;* daí que se preceitue que «todos los españoles tienen el deber de conocerla» (*C.E.* art. 3.°.1) e que, pela sua parte, o Estado assuma como própria a «defesa e ilustração» da língua castelhana ou espanhola;

2.° o **idioma galego** *[sic],* supondo-o *não nacional* de Espanha, fica declarado *«también oficial en la Comunidad Autónoma» (C.E.* art. 3.°.2 e *E.A.G.* art. 5.°.2 e 3).

Mas, tocante ao tema do nosso interesse, em nenhum momento se prescreve a *necessidade de impedir que o idioma galego seja linguisticamente português,* nem sequer quando no art. 3.°.2 se reconhece o facto de «las demás lenguas», utilizadas no território do Estado, serem «españolas». Ora, tal reconhecimento há de entender-se referido *primo et per se* àquele facto com a consequência jurídica de serem declaradas «también oficiales» nos organis-

---

(8) Digo propositadamente «ideológico-cultural» porque em princípio poderia prescindir-se (ou incluir-se) o tema mais amplo dado na expressão «ideológico-nacional», sem embargo de «o cultural» e «o nacional» se acharem em íntimo correlato.

mos da Administração assentados no respetivo território (9). Desse facto de nenhum preceito constitucional espanhol impedir que *o idioma galego* seja estimado como *língua portuguesa* (10) deriva (ou caberia derivar) a dupla legitimidade, por um lado, de o formalizar como português nos territórios do Estado espanhol nos quais, constitucional ou factualmente, é reconhecida a existência de falas galaicoportuguesas e, por outro, de os seus utentes se «sentirem» com toda a propriedade integrados na extensa Comunidade Cultural de duzentos milhões de «lusófonos» (11).

Não obstante, pessoas e instituições, a que nos referíamos na nota (7), sustentam o «parecer» contrário e transferem a delimitação administrativa à definição linguística das falas galegas de modo a impedirem coativamente que, na percepção dos cidadãos, essas verifiquem a língua portuguesa. Antes, fingindo promovê-las (cativamente nos usos institucionais) à condição de «lingua de seu», na realidade estão a isolá-las e não apenas na «aparência» da escrita. De facto, como simples *pressuposto* (ou preconceito) mais bem que como consequência de atinada investigação linguística, essas pessoas e instituições, com espantosa capacidade decisória, ousam declarar «alheio ao galego» todo o lusófono (12). Desde qualquer perspetiva que se considerar, o isolamento da Comunidade galegófona a respeito da Lusofonia desemboca na sua progressiva e intensa permeabilização pela Hispanofonia.

11.2. *Legislação escolar.*

Na realidade, é nos âmbitos da educação que até ao momento os Poderes Legislativos e Executivos, de Madrid e de Santiago de Compostela, vêm

---

(9) É certo que a expressão não está livre de ambiguidades; mas só com grande e interessada manipulação e arbitrariedade cabe inferir dela que, *de facto aut de iure*, o idioma galego *não é* português. Nem sequer na Sentença 826/1989, cujos «Fundamentos jurídicos» se ensumem no «uso» (talvez social, embora não se diga) da lingua galega, os magistrados da «Sala de lo Contencioso-Administrativo» do «Tribunal Superior de Justicia de Galicia» não ousam abrigar-se a essa inferência. Eis o texto desses «Fundamentos»: «Apreciando que los escritos del recurso y demanda ni ortográfica ni morfológicamente adoptan alguna de la modalidades en uso de la lengua gallega, en aplicación de lo dispuesto en el artículo 3 de la Constitución, en el artículo 5 del Estatuto de Galicia y en el artículo 231 de la Ley Orgánica del Poder Judicial, la causa alegada de inadmisibilidad resulta necesaria» (*Agália* núm. 20 (Inverno de 1989), p. 511). Más artigos 3, 5 e 231 *não dizem* de ortografia nem de morfologia, *mas* de língua; aliás, «las modalidades en uso» são justamente as *usadas*, em atos individuais socialmente reconhecidos, como o presente. Ou é que eu, aqui, *desuso* o idioma galego?

(10) Também os hispanoutentes não têm inconveniente nenhum em reconhecerem que se distinguem e identificam por uma língua de «300 millones», denominada cada vez mais indiferentemente «español» ou «castellano». Assim, os argentinos não sofrem nenhuma vergonha por falarem «criollo» porque, em última instância, escrevem «castellano». Só nos segmentos de Comunidades Linguísticas minorizadas, como na parte valenciana da Catalanófona ou na parte galega da Lusófona, os utentes se envergonham de parecerem o que, apesar das deturpações, são linguisticamente catalães ou portugueses.

(11) Como é bem conhecido, no território espanhol são de fala galega, além da Comunidade Autonómica «Galicia», as zonas da «Galicia exterior» integradas nas Comunidades Autónomas do «Principado de Asturias» e de «Castilla-León» e, por extensão, a comarca de Olivença na Comunidade Autónoma de «Extremadura».

Por outra parte, os bem-pensantes, filólogos ou não, teriam de explicar os peculiares motivos por que os mesmos critérios, aplicados ao castelhano, o *tornam* língua universal de cultura e, aplicados ao galego, o *restringem* a simples «língua proletária do meu Povo».

(12) E simultaneamente proclaman com toda a retórica de que dispõem que «ámbalas dúas linguas», a *toto iure* portuguesa e a bisonha galega, gozam de uma estendida, aprofundada, sublime, feliz e mesmo eterna «irmandade».

normalizando a denominada «lengua propia» (13): de facto, estão a regulamentar com pormenor esquisito as condições de uso possível no ensino com o intuito, nem sempre declarado, de que a introdução de «las demás lenguas españolas» na esfera da oficialidade não disturbe a preeminência do castelhano.

Pondo de parte a legislação já promulgada nos tempos do anterior Chefe do Estado (a *Ley 14/1970, General de Educación y Financiamento de la Reforma Educativa,* de 4 de Agosto [«Preámbulo», arts. 1.º.3, 10.º.1, 14.º.1, 17.º.1] (14), assim como o *Decreto 1433/1975, de incorporación de las lenguas nativas a los programas de Educación General Básica y Educación Preescolar,* de 30 de Maio (15), vale enumerar **cronologicamente** as principais normas da época democrática, tanto as estatais estritas quanto as autonómicas, vigentes hoje:

112.1. *Real Decreto 1981/1979, de 20 de Julio, por el que se regula la incorporación de la Lengua Gallega al sistema educativo en Galicia* [*BOE* de 21 de Agosto de 1979], que se desenvolveu numa abundante sequela de textos legais menores atinentes à organização da «Comisión Mixta (MEC de Madrid-Xunta de Galicia)» e das Subcomissões dela dependentes, a efetivarem o estabelecido nesse *Decreto* e na correlativa *Orden de 1 de Agosto de 1979 de desarrollo del Real Decreto 1981/1979, de 20 de julio, por el que se regula la incorporación* etc.

Não se estabelecem senão as normas mínimas porque, como se diz no «Preámbulo«,

> el presente Decreto tiene por objeto iniciar el camino para la incorporación de la Lengua y Cultura Gallegas al sistema educativo de Galicia durante la actual situación transitoria hasta la promulgación del Estatuto.

A letra do texto legal, porém, não impede que por *Língua e Cultura Galegas* se entendesse tanto as administrativamente espanholas, quanto, sobredeterminadas pela *transcontinentalidade da Língua [galego-]portuguesa,* aquelas que unem todos os países lusófonos. Na realidade, houve uma decisão inicial, cedo abortada polas «forças adversas», que timidamente abria o caminho à «integração» do idioma galego na sua área linguística «natural» Materializou-se no «Ditame» ou *Normas ortográficas do idioma galego,* emanadas da «Comisión de Lingüística» (16) cujo presidente e secretário foram,

---

(13) O art. 5.º.1 do *E.A.G.* estabelece que «La lengua propia de Galicia es el [idioma] gallego». Porém, perante o frenesi «apropriador» de aqueles cultores, talvez seria bom que instassem o Legislativo a mudar «propia» por «exclusiva» (em nenhum caso «exclusora» dado o seu também frenesi «bilinguizador»); destarte, os cidadãos espanhóis domiciliados na Galiza *toto iure* disporiam *em exclusivo* da «sua» língua «de seu», não compartilhada com outros seres humanos.

(14) Os últimos artigos, bastantes, ainda vigentes até 1990, foram derrogados pela LOGSE.

(15) O *Decreto* foi completado, durante a «transición democrática», por sucessivos «Decretos de bilinguismo» e, ultimamente, pela LODE e a citada LOGSE e os textos legais que as desenvolvem.

(16) Publicadas como folheto pela «Consellería de Educación e Cultura» da «Xunta de Galicia», em Maio de 1980, e posteriormente no *Boletín Oficial da Xunta de Galicia,* núm 10 (Junho de 1980), pp. 26-30.

Em *Agália* núm 2 (Verão de 1985, pp. 2223-233), o Prof. Carvalho Calero publicou um trabalho, que intitula «Para umha história da ortografia galega», em que dá a lume «a ponência [inicial da Comisión de Lingüística] de 1979», assinada pelos seus autores, além do citado, os Professores Santamarina Fernández e Rodríguez Fernández; antecedem umas notas explicativas, valiosas. Veja-se também A. Gil Hernández (1987), pp. 254-255.

respetivamente, os Professores Carvalho Calero e Rodríguez Fernández. Explicava-se no «Limiar»:

> Non pretendemos que se revisen con nervosa frecuéncia as normas agora adoptadas, mais somos conscientes de que a degradación en que viveu o idioma de Galiza, excluído praticamente durante século do mundo cultural, non nos permite reintegrá-lo abruptamente nese mundo, e por iso prevemos unha futura reorganización da ortografia do idioma, fundada en maior medida na tradizón literária e na conduta que orienta os sistemas de formas lingüísticas afins. Deixamos aberta a posibilidade dunha ortografia, pois, mais histórica, ou mais económica, ou mais solidária de outras formas do románico-hispánico ao que o galego pertence, non só como prática usual no futuro, senón como anticipo, a título experimental, en círculos cultos, segundo, por outra parte, xa se ven, notoriamente, ensaiando.

Coerente com essa explicação, na parte «dispositiva» dessas *Normas ortográficas do idioma galego* estabelece-se, entre outras «codificações» não fechadas:

> 1.3. En textos antigos e nos escritores que empregan a ortografia histórica usanse os signos *j* (xota); *g* co nome de xe) + *e, i; ç* e outros.

Por essa linha podia ter-se começado a organizar a programação da Língua e Literatura Galegas; mas também a proposta inicial foi imediatamente abortada e seguiu-se outra restritamente «galega», mesmo antilusófona.

112.2. A raiz deste e doutros Decretos «de bilinguismo» (catalão, basco, maiorquino, etc.), o então Ministro de Educação, Mayor Zaragoza, atual Secretário da UNESCO, dita a *Orden de 5 de Abril de 1982 por la que se crea un grupo de trabajo para la mejora de la enseñanza de las lenguas españolas.*

Nela estabelece-se:

> Será finalidad del grupo de trabajo la realización de estudios pertinentes a fin de ofrecer al Ministerio de Educación y Ciencia un conjunto de recomendaciones que puedan ser tenidas en cuenta para mejorar la enseñanza de las lenguas españolas en los distintos niveles de enseñanza.
>
> Tales recomendaciones estarán basadas en criterios pedagógicos, teniendo como normas de referencia tanto los preceptos constitucionales y de los Estatutos autonómicos como los intereses del alumno —a la vez ciudadano español y miembro de su propia comunidad— y las exigencias de su adecuado desarrollo psicosocial y educacional.

Esse «mejorar» foca-se na perspetiva do castelhano que, com certeza, não implica os mesmos requisitos quando focada na perspetiva de «las demás lenguas españolas». Comprovar-se-ia simplesmente mediante o exame, mesmo superficial, das exigências estabelecidas nessa *Orden,* por exemplo, as referentes à *necessidade* de basear em critérios pedagógicos as *recomendações linguísticas,* as quais em qualquer suposto hão de submeter-se à legalidade fundamental do Estado, que sanciona o *«bilinguismo»* dos cidadãos espanhóis, não castelhanófonos.

O «Grupo de Trabajo» emitiu nesse mesmo ano 1982 um *Informe sobre la Enseñanza de las lenguas españolas y bilingüismo,* que simplesmente faz «recomendações», genéricas e não tão genéricas, ao longo de dez páginas do folheto ulteriormente editado *ad hoc* pelo MEC (pp. 9-19); dentre elas, compendiamos as salientáveis:

a. «promover um grande acordo nacional de política idiomática» (p. 11);

b. «nos territorios bilingues (17), o ensino da cultura própria tem de integrar-se no da cultura total *[sic]* da Espanha, à qual pertencem, enriquecendo-a» (p. 13);

c. «tem de evitar-se a duplicação de ensinamentos gramaticais ou de informação linguística geral que possam ser comuns às duas línguas« (p. 15);

d. «encomendar a um pequeno grupo de professores das diferentes línguas espanholas, a elaboração de uma metodologia pormenorizada de ensino prático do idioma, que seja aplicável por igual a ditas línguas» (p. 16);

e. «recomenda-se o controle do ensino idiomático em todos os níveis educacionais que possua um caráter absolutamente técnico, desligado do administrativo» (p. 16);

f. «o bilinguismo há de conduzir ao melhor entendimento e ao respeito dos costumes, tradições e, em geral, de todas as manifestações culturais de quantos vivem num mesmo território, com perfeita ósmose entre elas» (p. 18).

112.3. *Decreto 81/1982, de 29 de abril, por el que se regula la enseñanza de la Lengua Gallega en los niveles de Educación Preescolar, Educación General Básica, Bachillerato y Formación Profesional* (*D.O.G.* do 14 de Maio).

Como se explica no «Preámbulo», dita «las normas necesarias con el fin de no dilatar el proceso de incorporación de la Lengua y Cultura Gallegas» em todos os níveis do Ensino com «un mayor grado de implantación, en extensión y profundidad».

Porém, as normas ditadas neste segundo Decreto «de bilinguismo» tornam-se de facto regressivas a respeito das ditadas no primeiro; é a teor de aquelas que a programação de Literatura, provisoriamente galaico-portuguesa e mesmo brasileira, fica reduzida, no terceiro curso de B.U.P. , à restritamente galega, segundo abaixo amostramos.

112.4. É nesse mesmo ano 1982, durante a reunião do Conselho da «Xunta» celebrada o 17 de Novembro, que se aprova o *Decreto 173/1982 [...] sobre normativización de la lengua gallega,* embora se promulgue cinco meses depois, o 20 de Abril de 1983. No «Preámbulo» justifica-se esta nova «legalidade»:

> la entrada en vigor del Estatuto de Autonomía vino a abrir una nueva etapa histórica al establecer en su artículo quinto que «la lengua propia de Galicia es el gallego», que tiene también carácter oficial en Galicia. Las derivaciones inmediatas que este hecho tiene en relación con las necesidades de la Administración Autónoma y muy principalmente con la Enseñanza, le dan una urgencia imperativa a la normativización oficial de la lengua.

Cumpre advertirmos que no articulado nem propriamente se oficializa nenhuma «normativización», nem sequer se estabelece uma *orthographia* ou «critério de recta escrita», mas apenas uma «norma básica *para la unidad ortográfica* [estrita] *y morfológica de la Lengua Gallega* (art. 1.º; o itálico é meu).

Porém, quando o executivo-legislador declara a explícita intencionalidade de [só] procurar a unidade interna das falas galegas, parece que, na reali-

---

(17) Na realidade, o que acontece é que os cidadãos residentes nesses territórios, quando não forem exclusivamente castelhanófonos, estão na precisão de ser «bilingues»; não acontece o próprio no suposto contrário. Tenham-se bem presentes as reflexões de Lluís V. Aracil sobre esse «bilinguismo unilateral».

dade, dadas as ulteriores e restritas interpretação e aplicação desse «texto legal», pretende excluir qualquer convergência gráfica do idioma galego com a língua portuguesa. As possibilidades iniciais vão fechando-se mais cada vez: a Galiza, exclusivamente «Galicia», fica encerrada cultural e linguisticamente no cerco das fronteiras espanholas.

112.5. No «Preámbulo» da *Ley 3/1983, de 15 de Junio, de Normalización lingüística,* publicada no *D.O.G.* do 14 de Julho, o legislador expõe as consequências do «proceso histórico centralista» para a Galiza:

> anular la posibilidad de constituir instituciones propias e impedir el desarrollo de nuestra *[sic]* cultura genuina cuando la imprenta iba a promover el gran despegue de las culturas modernas.

Observe-se o *discurso real,* embora *oculto,* em que se acha inscrito o texto, cujos pontos fulcrais assinalamos:

a. Pressupõe-se que a *Comunidade Cultural galega* é simplesmente *objeto [dos estudos] da história* que, aliás, está a ser *manuseada pelo centralismo,* quer dizer, pela Comunidade Cultural castelhanófona, organizada em Estado.

Dessarte, legitima-se, como não cabia menos aguardar, que os *sujeitos da história* sejam aqueles mesmos *Notáveis do centralismo espanhol* os quais (supõe-se) têm mudado de atitude até ao ponto de que já *posibilitam* constituir instituições próprias da Galiza e *não impedem* o desenvolvimento da cultura genuinamente galega. Contudo, será sempre «possibilidade» e «não impedimento» vigiados e subsidiários das «exigências» e «possibilidades» nacionalmente espanholas.

b. Aliás, oculta-se o facto de a institucionalização estar fundamentalmente ligada à normalização a teor do que Antonio de Lebrixa, o primeiro gramático da língua castelhana, na sequência dos saberes humanísticos, exprimira com tino ao reconhecer que *«siempre la lengua fue compañera del imperio».*

Assim se legitima portanto não apenas a institucionalização «regionalista» da Cultura galega, mas também a procurada *solução de continuidade* tanto a estreitamente linguística, quanto a mais extensamente sociocultural com o mundo lusófono.

Seja como for, o poder legislativo «regional» sustenta que

> La presente Ley, de acuerdo con lo establecido en el artículo 3 de la Constitución y en el 5 del Estatuto de Autonomía garantiza la igualdad del gallego y del castellano como lenguas oficiales y asegura la normalización del gallego como lengua propia de nuestro *[sic]* pueblo (18).

---

(18) A lei abrange os seguintes «Títulos»:
I/ «De los derechos lingüísticos en Galicia» (arts. 1.° a 3.°);
II/ «Del uso oficial del gallego« (arts. 4.° a 11.°, onde na realidade se trata do uso oficial de castelhano e galego);
III/ «Del uso del gallego en la enseñanza» (arts. 12.° a 17.°);
IV/ «Del uso de gallego en los medios de comunicación» (arts. 18.° a 20.°);
V5 «Del gallego exterior» (art. 21.°);
VI/ «De la administración autónoma y la función normalizadora» (arts. 22.° a 25.°).
Há uma «Disposición adicional», relativa ao critério de autoridade em matéria de correção idiomática, e uma «Disposición final».

O art. 14.º.1 do «Título III» pode tomar-se como exponente dos *reais objetivos normalizadores* a verificar pelas instituições espanholas:

> La lengua gallega es materia de estudio obligatorio en todos los niveles educativos no universitarios.
>
> Se garantizará el uso efectivo de este derecho en todos los centros públicos y privados.

Cumpriria estender-se em considerações, que resumimos nestas duas:

1.ª O estudo do galego só pode ser *individualmente* objeto de direito (veja-se o § 11.1. deste trabalho), embora tenha de figurar obrigadamente na *programação oficial* em todo o currículo educativo. Tal estimação concorda com a interpretação autêntica da legalidade fundamental segundo a estabeleceu o Tribunal Constitucional nas *Sentenças 82, 83 e 84* do ano 1986, relativas aos *Recursos 169/1983, 517/1983 e 678/1983,* de inconstitucionalidade, respetivamente, das *Leis 10/1982, de 24 de Novembro, do Parlamento basco, «Básica de Normalización del Uso del Euskera», 7/1983, de 18 de Abril, do Parlamento de Catalunha, «de normalización lingüística», e 3/1983, de 15 de Junho, do Parlamento galego, «de normalización lingüística»,* segundo a qual

> En directa conexión con el carácter del castellano como lengua oficial común del Estado español en su conjunto, está la obligación que tienen todos los españoles de conocerlo, que lo distingue de las otras lenguas españolas que con él son cooficiales en las respectivas Comunidades Autónomas, pero respecto a las cuales no se prescribe constitucionalmente tal obligación («Fundamento jurídico tercero» da *Sentença 82/1986).*

2.ª Interpreta-se, como acima dissemos, baseando-se na relativa ambiguidade da redação, que são as instituições académicas espanholas as exclusivamente legitimadas para definirem que tenha de entender-se por língua galega, a estudar nos centros educativos, e, a maior abundamento, como tenha de corretamente se grafar, aos efeitos administrativos, embora em nenhum preceito legal se lhes reconheça de modo explícito tal competência.

Desde esta interpretação caberia inferir também, como de facto mesmo supostas Notabilidades galegas entendem, que são as instituições espanholas as únicas legitimadas para dirimir entre a galeguidade e a não galeguidade tanto da Literatura quanto, em geral, de todas as produções culturais apropriadas à Galiza.

112.6. Seguiram-se outras disposições legais que desenvolvem a citada *Lei 3/1983;* sucessivamente:

a. *Decreto 135/1983, de 8 de septiembre, por el que se desarrolla, para la enseñanza, la ley 3/1983, de Normalización Lingüística,* cujos arts. 7.º, 8.º (tem unicamente oito artigos) e «Disposición transitoria» ordenam as condições em que se eximirá «del estudio obligatorio de la Lengua y Literatura gallegas» durante o ensino não universitário;

b. *Orden de 23 de septiembre de 1983, por la que se desarrolla el Decreto 135/1983, de la Xunta [sic] de Galicia, sobre aplicación de la Ley de Normalización Lingüística a la enseñanza,* que desenvolve exclusivamente os citados arts. 7.º e 8.º sobre a isenção de escolaridade;

c. *Orden de 1 de marzo de 1988 por la que se desarrolla el Decreto 135/1983, de 15 de junio, de Normalización Lingüística,* que substituiu uma anterior, de 31 de Julho de 1987, impugnada pelo Governo de Madrid, e em que, numa e na outra, se tomam «una serie de medidas para conseguir un *nivel equiparable del dominio de las dos lenguas oficiales en Galicia por parte de toda su población»,* segundo adianta o «Preámbulo» (o itálico é meu);

d. *Decreto 253/1990, de 18 de abril, sobre exención de la materia de lengua gallega en la enseñanza básica y media,* que reforma aquele *Decreto 135/1983* para «unificar y concretar criterios en torno a esta cuestión», mas que de facto amplia tanto o tempo quanto os motivos de isenção.

1.2. *Os convênios hispano-lusos e hispano-brasileiros.*

Podíamos ter concluido o apartado precedente constatando os *factos* seguintes:

a. o facto de a legalidade fundamental espanhola e as correlativas instituições públicas se acharem formalmente indefinidas a respeito da ortografia que convir adequadamente ao idioma galego e, por consequencia, a respeito da virtual integração cultural da Galiza na Lusofonia;

b. mas também o facto de a normalização cultural da Galiza espanhola estar sobredeterminada pelo processo de unificação nacional que desde há dous seculos se vem efetivando na Espanha com intensidade progrediente.

Daí que, se por um lado, *nenhum impedimento legal* havia *para normalizar uma Galiza culturalmente lusófona,* por outro, desde há cinco seculos está a incidir desigualmente no labor cultural galego o *discurso dominante da forte centralização nacional tanto linguística, quanto política e cultural.*

Nestas condições, *cabe a Galiza ser ajudada pelos integrantes da Comunidade Lusófona,* que, sem ingerirem nas questões estritamente políticas ou nacionais da Espanha, agissem na «questão linguística», como propunha o Prof. Rodrigues Lapa na citação que inicia o § 0.2 deste trabalho. De facto, existem instrumentos juídicos internacionais que facilitam essa ajuda. Noticiamos sumariamente aqueles que estavam vigorados (e ainda estão) no momento da «transición democrática» (1985-198...).

12.1. *Instrumentos jurídicos internacionais.*

Damos conta singelamente de três textos:

a. *Convenio cultural con el Brasil de 25 de junio de 1960,* ratificado por Instrumento de 14 de Janeiro de 1965 para ser vigorado o 1 de Junho desse ano, mas publicado no *B.O.E.* o dia 9 de Junho.

No *Convenio* reconhece-se «la comunidad de tradiciones sobre las que se basa la vida cultural de los dos países», que referido à Galiza se diria com mais verdade, e por ele se procura tornar «aún más estrechas y fecundas las

relaciones literarias, artísticas, científicas y técnicas ya existentes entre ambos pueblos». Compreende XI artigos, de importância desigual ao nosso intento.

b. *Convenio de relaciones culturales con Portugal, de 22 de mayo de 1970,* ratificado por Instrumento de 11 de Março de 1971, vigorado em 4 de Maio de 1971 «de conformidad con lo dispuesto en su artículo XX», mas publicado no *B.O.E.* de 3 de Setembro de 1971.

Consta de XXI artigos, de que convém salientar os I-III, relativos à língua e cultura, o IV, atinente a centros culturais, os VIII e IX, tocantes ao intercâmbio de estudantes e membros de associações juvenis, os XII e XIII, referentes aos produtos culturais (livros, obras cinematográficas, musicais, radiofónicas, televisivas, etc.).

c. *Orden de 14 de agosto de 1973 por la que se aprueban las bases de programación de Lengua portuguesa para la segunda etapa de la Educación General Básica (B.O.E.* do 22 de Agosto de 1973), a que com certeza se referia o Prof. Rodrigues Lapa no texto aparecido nas *Actas* do denominado «Colóquio de Tréveris» (1980):

> Perante estas dificuldades, cheguei a apontar uma solução que alguns amigos galegos acharam irrealista, e talvez seja: tornar obrigatório um decreto publicado há anos sobre o ensino do português na escola secundária galega. Foi uma astúcia do governo espanhol: o ensino era condicionado pelo número de alunos de modo que não apareceu nenhum curso de português (1980.1986:143).

Com efeito, na própria *Orden* reconhece-se que «sólo por razones de atención prioritaria a los idiomas *elegidos por mayor número de alunos* dieron lugar a la publicación preferente de las bases de programación» do francês, do inglês, do alemão e do italiano *(o italico é meu).*

12.2. *Possibilidades de intercâmbio.*

Já dissemos que as citadas disposições seguem vigoradas. É por isto que cumpre lembrarmos as virtualidades que se seguiriam do cumprimento enjeitado das mesmas e, em particular, relativamente à substanciação do *Estatuto de Autonomía de Galicia,* cujo art. 35.º.3 literalmente diz:

> La Comunidad Autónoma gallega podrá solicitar del Gobierno que celebre y presente, en su caso, a las Cortes Generales, para su autorización, los tratados o convenios que permita el *establecimiento de relaciones culturales con los Estados con los que mantenga particulares vínculos culturales o lingüísticos* (o itálico é meu).

Tais preceitos estatutários são conformes com o disposto no art. 145.º.2 da *Constitución Española.* Nestas circunstâncias entendemos que, tocante ao nosso tema, uns e outros textos legais fornecem as seguintes possibilidades:

a. Do **Convenio com o Brasil** cabe salientar, dos onze artigos de que consta, a virtualidade dos cinco primeiros relativos ao intercâmbio cultural cuja aplicação pode beneficiar muito a Galiza, quer desde promulgada a *Ley General de Educación,* quer no periodo já democrático, tanto no referente às actividades académicas, quanto naquelas mais extensamente culturais (livros,

jornais, revistas, publicações musicais, reproduções artísticas destinados a Instituições de caráter educativo e cultural: art. V).

b. Relativamente ao **Convenio com Portugal,** para alem dos intercambios de ordem académica nos diferentes níveis educativos, cumpre lembrar a virtualidade dos artigos:

- VI, atinente à cooperação entre instituições (não se diz se públicas ou privadas);
- IX, referente a encontros ou competições desportivas ou genericamente juvenis;
- XII, tocante à divulgação dos valores culturais mediante representações teatrais, audições musicais, sessões cinematográficas, etc.;
- XIII, relativo ao intercâmbio de produção editorial, artística, audiovisual, etc.;
- XVI, atinente à cooperação entre os respetivos organismos de radiodifusão e televisão, a verificar-se entre a RTP e a TVG com plena adequação.

c. Sobre a presença de português nos âmbitos educacionais públicos e privados da Espanha melhor é não dizer nada já que nada se pode dizer.

2. LITERATURA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO. 1980.1983

Despois desta longa introdução, entramos por fim no tema, que será simplesmente tratado como corolário ao acima exposto.

O 3 de Agosto de 1983 o Conselheiro de Educação ditara uma *Orden* [...] *por la que se aprueba y publica los programas de Lengua y Literatura Gallegas,* dados como efetivamente «definitivos» para os diferentes níveis do Ensino, E.G.B., B.U.P. e F.P. (dizia-se no «Preámbulo»):

> con el fin de conseguir los objetivos señalados en la Ley 3/1983, de 15 de junio (*D.O.G.* de 14 de julio) sobre Normalización Lingüística en lo que se refiere a la Lengua Gallega como materia de estudio obligatorio.

Três anos antes, em 1980, publicaram-se as programações provisórias que então aprovara a *Comisión Mixta* criada ao abrigo do primeiro *«Decreto de bilinguismo»* (1979).

De umas e outras programações vamos apenas considerar, *e valorizar,* a correspondente ao terceiro curso do Bacharelado Unificado Polivalente (B.U.P.) ou undécimo ano de escolaridade. Advirto que nem sou nem posso ser inocente neste *de seu* difícil labor pelo simples motivo de eu preparar, junto com os Profesores Víctor F. Freixanes, José M. Henríquez, José L. Grande Grande e José R. Pena, a programação primeira, provisória, que o dia 24 de Julho de 1980, sob a presidência do Prof. Antón Santamarina, então Secretário e hoje Diretor do «Instituto de la Lengua Gallega», aprovara a *Subcomisión de Programación e Textos da Comisión Mixta (Ministerio de Educación-«Xunta de Galicia»).* Procurarei, contudo, ser *quase objetivo,* refugando ser subjetivo; quer dizer, aduzirei «dados» a confirmarem facilmente a «hipótese» que venho provando e que a seguir formulo já explicitamente:

1.º a *comunidade de fala[s] galega[s],* sendo *lusófona* por história e cultura, acha-se quanto aos usos minorizada de modo que as Instituições espanholas procuram reduzi-la efetivamente a simples apêndice regional da His-

panofonia, sob pretexto de a elevar à condição de Comunidade de Língua, nomeadamente nestes últimos anos;

2.º com esse intuito as Instituições espanholas estão a servir-se do currículo escolar fazendo que os meninos apenas possam aprender um idioma, procuradamente diversificado da língua portuguesa, e uma cultura e literatura que, afastadas das lusófonas, estão em processo progressivamente efetivo de castelhanização.

2.1. *Princípios a inspirarem uma e outra programação.*

Nos apartados que seguem simplesmente comentamos as citadas duas programações de Literatura Galega para o curso terceiro de BUP, a provisória, publicada num folheto autorizado, e a «definitiva», publicada no *D.O.G.* de 10 de Agosto de 1983. A programação provisória foi tal que só esteve vigorada um curso; dessarte:

a. alegar, como faz a *Ordem,* que se aprova a nova programação para «conseguir los objetivos señalados en la Ley 3/1983» é, quando menos, puro exercício de retórica, porque ambas as programações conseguiriam igualmente os objetivos que a *Lei 3/1983* decerto só faz explícitos muito genericamente;

b. aludir à «experiencia da programación provisional» é pelo menos ridículo; mal se pode adquirir experiência por um só curso académico de provisória aplicação de programações provisórias;

c. o que decerto acontecia é que o «gobierno gallego» (e assessores) não podia confessar que o seu intuito era não apenas prescindir das referências aos autores não estritamente galego-espanhóis, aliás bem cativas, mas inclusivamente eliminar o próprio nome *português,* que desaparece, na programação «definitiva», até da denominação do periodo medieval comum. Por outras palavras, os «programadores» não podiam declarar que procuram *para a Literatura Galega a plena e exclusiva espanholidade de modo que os estudantes finalizem o curriculo escolar ignorantes das Literaturas «irmãs»,* quando esses mesmos estudantes se debruçam, durante o mesmo curso terceiro de Literatura espanhola, sobre autores europeus (19).

21.1. *Programação de 1980.*

A relativa ao Bacharelado (9.º, 10.º e 11.º ano de escolaridade), compreendia estudos estritamente linguísticos e literários; seguiam-se aqueles no primeiro curso, enquanto destes se ocupava o terceiro ano, sendo o segundo, misto. É neste segundo curso que os estudantes percorriam toda a literatura

(19) Nesse curso terceiro de B.U.P. tem de estudar-se a obra de autores ingleses, como Shakespeare, franceses, como Molière, ou russos, como Dostoievski. Ainda mais, na programação de Literatura espanhola para o *Curso de Orientación Universitaria* (13.º ano) inclui-se, entre outros, o estudo da obra de Júlio Cortázar, escritor *administrativamente* não espanhol, mas argentino. *No comment!*

estritamente galega numa visão de conjunto equivalente à que se dá nesse mesmo curso para a Literatura castelhana.

No terceiro curso, porém, estudava-se a literatura galega referenciada às outras Literaturas da Lusofonia, nomeadamente à portuguesa; de facto o tema sétimo estava dedicado exclusivamente a Luís de Camões.

A programação estendia-se até vinte e cinco temas, cujo eixo «logicamente» era a Literatura estritamente galega, mas referenciados às Literaturas lusófonas muitos deles, em particular o 3.°, «Introdutório», o 6.°, «Renascimento», o 8.°, «Esclarecidos», o 9.°, «Romantismo», o 10.°, «Realismo», o 14.°, «Modernismo», o 15.°, «Vanguardismo» e o 25.°, «Literaturas de expressão portuguesa», para além do já citado tema 7.° dedicado a Luís de Camões. Justificavam-se na «Introducción» tais referências como segue:

> pra completarmos unha visión da literatura galega no ámbito que lle corresponde, cremos necesario que o alumno se achegue ós feitos literarios da nosa área lingüística. Isto é: a literatura portuguesa e as literaturas de expresión portuguesa, como complemento adecuado para facilitarmos unha visión universalizadora da nosa cultura (20).

21.2. *Programação «definitiva» de 1983.*

A programação «definitiva» repete, quase literalmente, tudo aquilo que mantém da programação provisória, embora elimine tudo aquilo que fazia alguma referência a «português». Esse comportamento está a evidenciar uma *disposição* que, sustentada pela Administração espanhola, há de interpretar-se como *política,* no senso mais próprio do termo, *enquanto correlativa do projecto nacional,* a teor do qual os Notáveis espanhóis estão a construir a [sua] Nação.

Cabe inferir desse *comportamento político* as seguintes consequências, a serem enunciadas:

a. *modo positivo* ou «permisivo (para a *Galeguidade*)»: a Notabilidade espanhola *só permite as diversidades folclóricas* evidenciadoras da *fundamental unidade nacional,* aliás, entendida como *uniformidade* quer linguística ou cultural, quer socioeconómica, de nenhum jeito interferível nem por outras línguas, também nacionais, nem por outras culturas, que estejam, umas e outras, oficializadas em Estados soberanos, como poderia acontecer com a galega.

b. *modo negativo* ou «coativo (contra a *Lusofonia*)»: a Notabilidade espanhola impede, por qualquer via ou procedimento (21), que, dentro do seu

---

(20) Advirto ao leitor que a «ortografia» original do texto era a dos denominados «mínimos reintegracionistas», então reconhecidamente «legais» a teor das *Normas ortográficas do Idioma galego,* que elaborara a «Comisión de Lingüística», presidida pelo Prof. Carvalho Calero, falescido em Março de 1990; contudo, foi mudada para a «ortografia instituteira» que patrocinava, abusivamente por carecer dessa competencia, a dita «Subcomisión de Programación e Textos», que presidia o citado Sr. Santamarina.

(21) Assim procederam os «programadores definitivos» ao utilizar um subterfúgio que apresentam *sub specie scientiae ac pedagogiae;* consiste em dedicar dous cursos ao aprendizado da língua (1.° e 2.° curso de BUP) e um ao da literatura (3.° de BUP). Dessarte, as questões gramaticais (sempre muito menos comprometidas do que as necessárias explicações socioculturais aplicadas à literatura) «utilizam-se» quer para «divertir» aos estudantes, quer como pretexto para descarregar de «conteúdos literários» a programação já excessiva.

território, existam livremente e se desenvolvam, como «próprias» de alguma Comunidade Autonómica, línguas e culturas como a galega que, sendo administrativamente espanholas, ultrapassem os limites do Estado e o estatuto de subsidiaridade outorgado a «las demás lenguas españolas».

2.2. *Comparação das programações.*

Passamos a comparar pontualmente ambas as programações. Contudo, antes cumpre mais uma vez insistirmos no facto de, ainda hoje, não estar explicitamente legislado que o idioma e a literatura galegas se afastem da língua portuguesa e das literaturas lusófonas. Bem pôde portanto procurar-se, desde dentro da Espanha *com a ajuda* de Portugal e do Brasil, a harmonia tanto linguística quanto literária e cultural da *Galeguidade* com a *Lusofonia* de que naturalmente aquela faz parte. Mas nem foi assim, nem parece que possa ser assim.

22.1. *Confrontação de uma e de outra.*

Confrontando ambas as programações, as diferenças resumem-se, segundo a fórmula ambígua utilizada na «Introducción» à «definitva» (de 1983), em «eliminar de todos aquilo alleo á literatura galega». Na realidade, há outras diferenças mais, quer por mudanças, decerto menores, quer por acréscimos, também de escassa importância. Sintetisamos todas elas a seguir.

221.1. *Supressões na programação «definitiva».*

Da «Introducción» *elimina-se* o trecho transcrito no § 21.1. desta comunicação. Não se suprime, porém, nem se muda nem adapta o resto dessa parte introdutória; dessarte muda-se o sentido dos trechos conservados enquanto se lhe subtrai um complemento essencial. Observe-se:

> Concebímo-lo terceiro nivel de B.U.P. coma un curso destinado a profundizarmos e comprendémo-lo feito literario galego e isto desde dous aspectos fundamentais: dunha parte, mediante o comentario de textos, peza imprescindible, *coñecendo os períodos e circunstancias nas que se desenvolve a nosa cultura e literatura,* e aínda indagando nas figuras máis representativas de cada momento. Doutra parte, *tentando conseguir* por parte do alumnado *unha actitude crítica e creativa,* de xeito que el mesmo se inserte nos contidos que intentamos mostrar, non coma mero espectador, senón coma protagonista capaz de xerar, á sua vez, nos ideas dentro deste rexistro *(o itálico é meu).*

Decerto «os periodos e circunstâncias em que se desenvolve a *literatura galega*» serão diferentes segundo a teorização vise, explícita ou implicitamente, *a Literatura nacional portuguesa* (como com timidez propunha a programação provisória) *ou a espanhola* (como de facto está a fazer-se na programação «definitiva»). Consequentemente, a «atitude crítica e criativa» será também divergente num e noutro suposto.

Aliás, cumpre reconhecermos que a programação «definitiva» suprime sistematicamente, de jeito [quase] brutal, toda a referência a «português»; esse facto, na minha opinião, é congruente com a espanholização de todo o galego, implicada tanto na formalização linguística instituteira, quanto na concepção cultural oficialista.

Assim, enquanto que, no apartado «Obxectivos», a redação primeira dizia «cómpre situarmos dentro do seu contexto a literatura galega *e as literaturas irmás que se estudian»,* na definitiva» fica eliminado todo o transcrito em itálico.

No apartado «Programa de contidos» (22) as supressões afectam não apenas aos *temas atinentes à Lusofonia,* mas ao *próprio nome «português»,* como se indicou acima. Destarte, o qualificador «galego-portugués» (*Tp* 3 e 4) substitui-se por «medieval» (23) (*Td* 3, 4 e 5). Consequentemente, suprimem-se os apartados «Rasgos principais da Literatura Galega na área Occidental» (*Tp* 2d) e «Área lingüística Galego-Portuguesa» (*Tp* 3b).

Atinentes às Literaturas Lusófonas, desaparecem os seguintes apartados:

1. «O Renacemento português: Sá de Miranda; Ferreira de Castro, Bernardim Reiro, Gil Vicente (24)... (*Tp* 6d).
2. O *Tp* 7 «Luís de Camões (25):
   a) Vida e obra.
   b) Poeta lírico.
   c) Poeta épico: Os Lusíadas.
   d) O dramaturgo».
3. A literatura portuguesa do XVII ó XIX: O P. Vieira, Bocage, Filinto Elísio...» (26) (*Tp* 8d).
4. «O Romantismo português: Almeida Garret, Alexandre Herculano...» (*Tp* 9d).
5. «O Realismo português: Antero de Quental, Castelo Branco, Eça de Queirós» (*Tp* 10e).
6. «O Modernismo português (Saudosismo: Teixeira de Pascoaes» (*Tp* 16e).
7. «As vanguardas portuguesas (Sá Carneiro, Fernando Pessoa...)» (*Tp* 15d).
8. O *Tp* 25 «As literaturas de expresión portuguesa:
   a) A literatura portuguesa actual.
   b) A literatura brasileira no século XIX. Romantismo e Realismo.
   c) O modernismo brasileiro.
   d) Literaturas africanas de expresión portuguesa».

221.2. *Mudanças e acréscimos.*

As mudanças atingem fundamentalmente aos temas introdutórios e à ordem e desenvolvimento doutros. Tomamos como exemplos os seguintes casos, que dispomos a duas colunas:

---

(22) Para simplificar, em adiante utilizamos *Tp* ou *Td* (itálicos) para nos referir aos *Temas da Programação provisoria* ou aos *Temas da Programação definitiva.*

(23) Sem que possamos excluir que a equivalência «medieval» = «arcaico» não impregne (procurada e) subliminarmente o periodo mais brilhante da Literatura Galega estrita, a «concomitância» igualmente coere com a teima de essa mesma Notabilidade alcunhar de «medievalizante» a *orthographia* «reintegrada».

(24) Que, aliás, se estuda na Literatura castelhana.

(25) Que igualmente se estuda na Literatura castelhana.

(26) Dos temas que seguem também se dá noticia na maioria dos manuais escolares de 3.º de BUP, que trata a Literatura Espanhola [sic] até ao sec. XIX, com referencias frequentes à europeia.

1980.	1983
TEMA UN:	**TEMA UN:**
EMPREGO LITERARIO DA LINGUA.	LITERATURA E LINGUA LITERARIA (1).
a) Comunicación e literatura. b) Estudio da obra literaria. c) Figuras de dicción. d) Figuras de pensamento.	a) Literatura e sociedade. b) Caracteres da lingua literaria. O estilo. c) Comunicación e literarura. A función poética.
TEMA DOUS:	**TEMAS DOUS:**
A OBRA NO SEU ENTORNO.	LITERATURA E LINGUA LITERARIA (2).
a) O autor e a súa obra, na expresión literaria. b) Tendencias artísticas. c) O entorno socio-cultural e a literatura. d) Rasgos principais da literatura Galega na área Occidental.	a) Os xéneros literarios. b) A métrica. c) As figuras retóricas. d) Técnica e función do comentario de texto.
TEMA DEZASEIS:	**TEMA CATORCE:**
DAS «IRMANDADES» A «NÓS».	DAS «IRMANDADES» A «NÓS»
a) A Xeración do 16 (Os irmáns Vilar Ponte). b) O nacionalismo galego. c) O grupo «Nos». d) Dimensión político-cultural.	a) As Irmandades da Fala». b) O grupo «Nós». c) O «Seminario de Estudios Galegos».
TEMA QUINCE:	**TEMA DEZAOITO:**
LITERATURAS DE VANGUARDA.	OS MOVEMENTOS DE AVANGARDA *[sic]*
a) Os movemento da vanguarda no primeiro tercio do s. XX. b) Manuel Antonio. c) Amado Carballo. d) As Vanguardas portuguesas (Sá Carneiro, Fernando Pessoa...).	a) Manuel Antonio. b) Amado Carballo. c) O Neotrovadorismo. d) A prosa. Rafael Dieste.

Os acrescentamentos vêm sendo, salvo no caso do poeta Ramom Cabanilhas, ao jeito dos incluidos nos exemplos transcritos.

22.2. *Temática eliminada da programação de 1983.*

Digamos sinteticamente que da programação de 1980 se eliminam os temas atinentes à Lusofonia, segundo ficou patenteado. E, além desses, suprimem-se os temas de índole sociopolítica. A enumeração destes temas «proibidos» evitará que demoremos excessivamente em explicações, aliás desnecessárias:

1. «O ámbito social, político e xeográfico» (*Tp* 3c).
2. «Europa e o Camiño de Santiago» (*Tp* 3d).

3. «A tradición manuscrita. [Os Cancioneiros]» (*Tp* 4b).
4. «Testemuños culturais e políticos« (*Tp* 9b).
5. «Xornalismo e actividade cultural: Lamas Carvajal» (*Tp* 10a), que fica enunciado no *Td* 11b. «Lamas Carvajal. A poesía e o xornalismo. O catecismo do labrego».
6. «A Historia e a Filoloxía: Murguía, Vicetto, Saco y Arce...» (*Tp* 10d) e «Novela e ensaio: López Ferreiro, Alfredo Brañas...» (*Tp* 10c) que se reduzem no *Td* 11a a «Valladares e López Ferreiro. A narrativa».
7. «Curros e a emigración» (*Tp* 13d).
8. «Os movementos agrarios: Basilio Álvarez» (*Tp* 14d).
9. «O artista e o político [referido a Castelao]» (*Tp* 17b).

Suprime-se também o tema vinte e quatro:

A CULTURA GALEGA HOXE

a) Institucións culturais. O labor editorial.
b) Os medios de comunicación.
c) As artes plásticas.
d) Proxección e problemática da Cultura Galega.

Parece de todo o ponto desnecessário comentar nada.

3. CONCLUSÕES

Permita-se-me simplesmente concluir sem muitos azos, mas com esperança, embora matizadamente a respeito da «conclusão» a que em 1983 chegara o Prof. Salinas Portugal e que reproduzi na nota 2).

Não constituiria nenhum perigo para a Galiza «cair na dependência do português», justamente pela «situação política» em que se acha submersa a Comunidade Lusófona nessa parte do território espanhol. Aliás, estimo muito difícil, pela mesma causa, conseguir «preservar a [...] identidade [galega] respeito à língua e cultura dentro do meio a que o galego por afinidade, linguística e cultural, pertence», se o mundo lusófono não colabora ativamente com os denominados reintegracionistas. Só assim caberia esperar alguma reforma do ensino e em geral da organização cultural na Europa de modo que os cidadãos, os galegos em particular, possam ser mais cidadãos e menos súbditos cada vez.

Se a dimensão cultural e simbólica do homem define a racionalidade, mal compreendo que os Estados, «artefacto da racionalidade humana», se tornem em instrumento a impedir o pleno e feliz desenvolvimento da Humanidade, sobretudo da assentada na Galiza. São Estados europeus, nomeadamente o espanhol e, proporcionalmente, o português, os que estão a impedir que os cidadãos [lusófono-espanhóis] da Galiza [se] desenvolvam compridamente [n]a sua cultura.

Corunha, Junho de 1990-Março de 1991.

BIBLIOGRAFIA:

AA.VV. (1984.1986), *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* (Ourense, Setembro de 1984), Associaçom Galega da Língua, Corunha; aqui citado *Actas I G-P.*

AA.VV. (1983.1987), *Actas do Congresso Internacional sobre a Situação da Língua Portuguesa no Mundo* (Lisboa, 1983), Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, Vol. II; aqui citado *Actas II.*

Benjamim Pinto Bull (1988), «Sobre Lusofonia» in *TOE* (1988-1988), pp. 105-100.

Ricardo Carvalho Calero (1981), *Problemas da Língua Galega [PLG]*, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.

Ricardo Carvalho Calero (1978.1981), «Nom estamos sós» in *La Voz de Galicia* (Corunha), 6 de Janeiro, reproduzido em *PLG,* pp. 79-81.

Ricardo Carvalho Calero (1983), *Da fala e da escrita,* Galiza Editora, Ourense.

Ricardo Carvalho Calero (1984), *Letras Galegas,* Associaçom Galega da Língua, Corunha.

Ricardo Carvalho Calero (1990), *Do galego e da Galiza,* Sotelo Blanco Ediciones, Barcelona.

«Conclusões do *I Encontro Internacional da Lusofonia*» (Madrid, Setembro de 1988) in *TOE* 1988-1989, pp. 169-170.

Américo António Lindeza Diogo (1988), «Lusofonia» in *TOE* 1988-1989, pp. 91-98.

Silvio Elia (1984.1986), «O galego-português, matriz do mundo lingüístico lusobrasileiro» in *Actas I G-P,* pp. 185-196.

Manuel Ferreiro Fernández, Carlos P. Martínez Pereiro, Francisco Salinas Portugal (1989.1990), «O presente do ensino do portugués na Galiza: unha necesária perspectiva para o futuro», in *Actas do Colóquio Internacional «Língua Portuguesa - Que futuro?», Língua Portuguesa. Boletim da Sociedade da Língua Portuguesa,* Suplemento da edição de 1989 no 40.º aniversário da S.L.P., pp. 235-239.

José Luis Fontenla Rodrigues (1989), «Sobre o conceito da Lusofonia e a nossa Literatura», comunicação ao *Simpósio Internacional de Cultura Angolana* (Porto, 17-20 de Maio de 1989), reproduzido em *TOE* 1988-1989, pp. 83-90.

António Gil Hernández (1985), «A situaçom «de direito» no Estado espanhol: desigualdade entre as Comunidades Lingüísticas. Uma opiniom desde a Galiza», in *O Ensino* núms. 11-13, pp. 115-127.

António Gil Hernández (1984.1986), «Aproximaçom à análise do[s] discurso[s] sobre a língua em textos da «Filologia Oficial» na Galiza. Traços fascistóides no discurso e prática [dos] isolacionistas sobre o galego», in *Actas.* I G-P, pp. 81-126.

António Gil Hernández (1987), «As normas de correção idiomática para o galego desde o ano 1970. Análise do discurso legitimador» in *O Ensino* núms. 18-22, volume de *Homenagem ao Prof. Carvalho Calero,* pp. 243-263.

António Gil Hernández (1986.1989). «Reflexões de Castelão sobre a lingua (contidas em *Sempre em Galiza*): da correlação entre o projecto politico, o «modelo linguistico» e a proposta formalizadora» in *Actas. Congresso Castelão* (Santiago de Compostela, 24-29 de Novembro de 1986), Universidade de Santiago de Compostela, vol. II, pp. 39-61.

António Gil Hernández (1988-1989, «A lingua galegoportuguesa na Galiza. «Sobre o que se passa na Galiza (espanhola)...» Conversa —reflexiva— com lusofonos interessados», in *Temas de O Ensino* núms. 14-20, pp. 117-122.

António Gil Hernández-Xabier Vilhar Trilho (1987), «Informe sobre a Sentença do Tribunal Constitucional no recurso de inconstitucionalidade contra as Leis de Normalização Lingüística, *in specie* a galega», in *Agália* núm. 10 (Verão 1987), pp. 229-239.

Manuel Rodrigues Lapa (1933.1983), «A política do idioma e as universidades» in *As minhas razões...,* Coimbra Editora, Coimbra, pp. 39-66.

Manuel Rodrigues Lapa (1979), *Estudos Galego-Portugueses [EG-P],* Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.

Manuel Rodrigues Lapa (1975.1979), «A Galiza, o galego e Portugal» in *Biblos* (Coimbra), vol. II, pp. 45-46, reproduzido em *EG-P* (1979), pp. 27-51.

Manuel Rodrigues Lapa (1977.1979), «Otero Pedrayo e o problema da língua» in *Grial* (Vigo), num. 55, pp. 32-46, reproduzido em *EG-P* (1979), pp. 79-98.

Manuel Rodrigues Lapa (1980.1986), «Intervenção no Colóquio de Tréveris» incluido e comentado em António Gil Hernández (1986), «Humildade e cortesia intelectual. Resposta aberta a X. F. R.» in *Agália* núm. 6 (Verão) pp. 142-144.

MEC (1987), *Proyecto para la reforma de la enseñanza. Propuesta para el debate,* Edición especial para Consejos Escolares y Claustros de Profesores, Ministerio de Educación y Ciencia, Madrid.

F. Salinas Portugal (1983.1987), «A Literatura Portuguesa nos Estudos de Língua e Literatura Galega. Ciclo Secundário» in *Actas II,* pp. 639-648.

Temas do O Ensino (1988-1989). *A Lusofonia, Unificação ortografica e politica linguistico-cultural* [*TOE* 1988-1989], Vols. IV-V, Fundação Europeia «Viqueira», Ponte-Vedra. Braga.

M.ª Rosa da Rocha Valente Sil Monteiro (1988), «O Ensino das Literaturas Lusofonas» in *TOE* 1988-1989, pp. 99-103.

As formas narrativas de literatura popular de tradiçom oral: bases para um estudo dos contos populares

J. António FIDALGO SANTAMARINHA
(Universidade de Vigo)

I. INTRODUÇOM

As contribuiçons de carácter científico ao tema da *literatura popular de tradiçom oral* fôrom até agora escassas, e se nos fixamos concretamente no sector relativo ao género «Conto popular de tradiçom oral», ditas contribuiçons ainda o fôrom mais. Limitando-nos concretamente a Galiza, bastam-nos os dedos da mao para contar os investigadores tanto clássicos como actuais que se preocupárom dos nossos contos (1); e de nos referir ao conjunto do Estado espanhol, considero também que os autores que merecem ser lembrados nom ultrapassam a vintena (2).

Umha situaçom desta natureza tem as suas repercusons no cidadao médio, pais e mais de família, que ainda carecem de umha ediçom manejável e fiável dos nossos contos que oferecer aos seus filhos como proveitoso entre-

---

(1) Com efeito, os nossos amantes da recopilaçom dos contos populares da Galiza som muito escassos. As colecçons de que dispomos, limitam-se às de : CARRÉ ALVARELLOS (Luís). «Contos populares de Galiza». *Revista de Etnografía,* do Vol. 1, T. II ao Vol. IX, T. I, Porto (Portugal), Outubro 1963 a Julho 1967, em que se nos oferece 262 contos; a do CENTRO DE ESTUDOS FINGOI. *Contos populares da provincia de Lugo.* Vigo, Galaxia, 1972, que compreende 228 contos, essencialmente contos de animais que, por terem sofrido umha adaptaçom, os seus textos nom som por completo fieis; as três colecçons do ourensano PRIETO RODRÍGUEZ (Laureano). «Contos de cregos (Terra de Viana do Bolo)». *Boletín Auriense,* Ourense, 1978, T. VIII, pp. 13-48, compreende 34 contos chistosos sobre os curas; Id. *Contos Vianeses,* Vigo, Galaxia, 1958, compreende 78 contos; Id. *Cuentos de animales». Revista de Dialectología y Tradiciones Populares,* T. IV, pp. 123-148, Madrid, 1948, colecçom de 24 contos de animais; a colecçom de 31 contos recolhidos em RISCO (Vicente). «Etnografía». *Historia de Galiza,* dirigida por Ramón Otero Pedrayo, Buenos Aires, NOS, 1962, Vol. I, pp. 704-717; por último, os 4 contos de TABOADA CHIVITE (Xesus), incluídos na sua *Etnografía galega,* Vigo, Galaxia, 1972; e pouco mais.

(2) Umha relaçom dos principais estudiosos clássicos e actuais que contribuírom de forma notória à colecta e ao estudo dos contos populares nas demais áreas geográficas espanholas, diferentes da Galiza, pode ser a que

apresentamos a seguir seguindo a ordem alfabética de Autores a que associamos às principais obras de cada um, a saber:

ANADES (Joan). *Folklore de Catalunya. Rondallística.* Barcelona, Selecta, 1982 (1.ª ed. 1950);

AZXUE (Resurrección M.ª). *Euskaleriaren Jakintza,* Vol. II. Madrid, Espasa Calpe, 1942;

BARANDIARÁN (José Miguel de). *El mundo en la mente popular vasca.* 4 Vols., números 12, 18, 27, 49. San Sebastián, Auñamendi;

BOGGS (Ralph S.). *Index of Spanhish Folktales.* Helsínquia, Academia Scientiarum Fenica, 1930. 216 p.;

CABAL (Constantino). *Los cuentos tradicionales asturianos.* Madrid. Voluntad. /s.f./;

CAMARENA (Júlio). *Cuentos tradicionales recopilados en la provincia de Ciudad Real.* C. Real, Instituto de Estudios Manchegos, 1984, 2 Vol.;

CAMARENA (Júlio). «La renouveau des enquetes sur la tradition orale du conte en Espagne». *Le Conte de tradition orale dans le bassin Méditerran.* Actes de Rencontres de Carcassone Juin 1985; Reunies par Jean Pièrre Piniés. Carcassonne Groupe andois de recherche et d'animation etnographique, Hésiode, 1986, pp. 135-151;

CORTÉS VÁZQUEZ (Luís). *Cuentos populares,* 2 Vols., Salamanca, Librería Cervantes, 1979;

CORTÉS VÁZQUEZ (Luís). *Leyendas, cuentos y romances de Sanabria.* 2.ª ed. aumentada. Salamanca, Gráficas Cervantes, 1981;

CURIEL MERCHAN (Marciano). *Cuentos extremeños.* Madrid, C.S.I.C. (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 1944;

CHEVALIER (Maxime), ed. *Cuentos españoles de los siglos XVI-XVII.* Estudio preliminar, Ed. y notas de Maxime Chevalier. Madrid, Taurus, 1982. 389 p. 18 cm. (Temas de España, 109);

CHILDERS (James Wesley). *Motif-index of the Cuentos of Juan Timoneda.* Bloomington, Indiana-University Presses, 1948 XVI-50 p.;

DÍAZ (Joaquín), CHEVALIER (Maxime). *Cuentos castellanos de tradición oral.* Valladolid, Ambito, 1983;

ESPINOSA (Aurelio Macedonio). *Cuentos populares de Castilla.* Madrid. Espasa-Calpe /s.f./. (Col. Austral n.º 645);

ESPINOSA (Aurelio Macedonio). La clasificación de los cuentos populares. *Boletín de la Real Academia Española.* Año XXI, T. XXI, Abril 1934;

ESPINOSA (Aurelio Macedonio). *Cuentos populares españoles.* Madrid. C.S.I.C. (Consejo Superior de Investigaciones Científicas), 1946;

KELLER (John Esten). *Motif-Index of Medioeval Spanish Exempla.* Tennesse, Departament of Romance Languages University of Tennesse, 1949. XVII-67 p.;

LANO ROCA DE APUDIA (Aurelio). *Cuentos asturianos recogidos de la tradición oral.* Oviedo, Delegación Provincial de la Cultura, 2.ª ed. 1957;

LARREA PALACÍN (Arcadio). *Cuentos populares de Andalucía. Cuentos gaditanos.* Madrid, C.S.I.C. (Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1959;

MASPONS Y LABROS (Francesc). *Lo Rondallayra.* Cuentos populares Catalans. 3. Vol. Barcelona, Librería de Alvar Verdaguer, 1871, 1872, 1875;

RODRÍGUEZ ALMODOVAR (Antonio) y PLA (Pepe). *Cuentos al amor de la lumbre.* Madrid. Ediciones Generales Anaya, 5.ª ed. 1986. 2 Vol. (1.ª ed. 1983);

RODRÍGUEZ ALMODOVAR (Antonio). *Cuentos maravillosos, cuentos populares andaluces y cuentos maravillosos españoles.* Sevilla. Ediciones Andaluzas Unidas, 1986, 218 p.;

SERRA I BOLDU (Valeri). *Aplec de rondalles.* Barcelona, Publicacións de l'Abadía de Montserrat, 1982;

SERRA I BOLDU (Valeri). *Rodalles marevelloses.* Barcelona. Publicacións de l'Abadía de Montserrat, 1982.

tenimento; e os mestres, pedagogos e psicólogos que ainda nom podem utilizar pedagogicamente ou clinicamente os contos da sua terra como já noutras partes se fai.

Ao comprovarmos este escasso interesse que até agora tem despertado o tema entre os nossos investigadores sociais —excepto raras excepçons—, pareceu-nos muito conveniente aplicar a este género da literatura popular de tradiçom oral um estudo um pouco mais sistemático e detido, mediante o qual consigamos delimitar os conteúdos, critérios e instrumentos de análise fundamentais e os seus resultados, que actualmente dispomos no estudo científico do género, e, ao mesmo tempo, tratar de pô-los em prática na estruturaçom e análise de umha colecçom de contos populares de tradiçom oral, que disponho inéditos no Arquivo do *Laboratório Ourensano de Antropologia Social.*

Este objectivo teórico-prático é o que se situa na base do estudo a desenvolver sobre este sector da nossa Literatura popular de tradiçom oral relativo ao *Conto popular*, e cujo conteúdo vou estruturar em duas partes:

A) Umha primeira parte de um carácter *mais teórico,* centrada em apresentar umha síntese dos principais conteúdos, critérios e instrumentos (categorias) de análise científica e os seus resultados sobre o tema, com o propósito de nos situar sem dificuldade no estado actual da investigaçom do mesmo e de nos dotar das categorias (instrumentos) científicas de análise e interpretaçom deste género da Literatura popular de tradiçom oral referido ao *Conto popular.*

B) Umha segunda parte de um carácter *mais prático,* na qual me proponho apresentar um conjunto geograficamente e culturalmente delimitado de *Contos populares de tradiçom oral de Ourense,* que seleccionei dos que componhem a minha colecçom de Contos populares que disponho no Arquivo de Antropologia, com o propósito de: a) Propor um critério de ordenaçom —ou reordenaçom— das colectas galegas, para evitar algumhas confusons e superar alguns subjectivismos e repetiçons dos autores que nos precedérom no estudo do género, que pouco contribuem a um desenvolvimento científico do mesmo; b) Delimitar a estrutura interna de carácter bipolar sobre a que nos aparece montada a organizaçom interna do sector da colecçom compreendido polos *Contos de animais;* c) Explicitar os traços de cultura mais salientáveis que aparecem a nível interno, no ciclo de contos que se referem ao lobo, o nosso animal simbólico da selvajaria.

II. OS GÉNEROS DA LITERATURA POPULAR DE TRADIÇOM ORAL

Conforme à obra do investigador alemám neste domínio Herman Baussinger (3), no variado campo da *Literatura popular de tradiçom oral* distinguem-se os três grandes géneros seguintes: a) As «Formas e jogos de línguas»,

---

(3) BAUSINGER (Herman). *Formen der «Volkspoesie».* Berlim, Erich Schmidt Verlag, 1968. 291 p.; 21 cm., pp. 6-7.

b) As «Formas narrativas», c) As «Formas dramáticas e musicais». As *Formas e jogos de línguas* incluem os «provérbios», «ditos», «adivinhas», «feitiços», «rogos», «fórmulas» e outros muitos conteúdos didácticos que constituem o que V. Risco chamou «a parte mais esmigallada da literatura oral» (4). Domínio amplo e interessante mais ainda «cheio de problemas a resolver» (5) nom obstante a criaçom, em 1965, de um boletim internacional de informaçons sobre as investigaçons paremiológicas que vem contribuindo a solucionar os principais problemas que a investigaçom pom neste domínio (6). As *Formas narrativas* incluem o *conto* e a *lenda.* Distinguíveis em que o *conto,* além de ser empregado sempre e para as mesmas realidades quer polo investigador quer polo informador de meio rural, compreende as características essenciais de *oralidade* enquanto no conto se constata desde um princípio a aliança semántica com o verbo «contar» que significa «acto oral», e *ficçom* enquanto a segunda conotaçom habitual do termo «conto» subjazente aos dizeres das gentes, é que é um «relato de ficçom». Polo contrário, o termo lenda nom sempre é empregado polo investigador e os informantes do meio rural para os mesmos relatos, porquanto este termo nos parece como um conceito baixo o qual som agrupadas realidades muito diversas. Mas a esta relativa imprecisom de fundo opom-se esta outra característica essencial: a de compartilhar, ligada como facto integrante do relato, umhas precisons de tempo e de lugar, ou umhas localizaçons no tempo e no espaço. Em conseqüência, a lenda apresenta-se-nos como mais histórica e mais veraz enquanto o conto nos aparece como mais fictício e mais poético. Por enquanto ao terceiro género, o da *Formas dramáticas e musicais,* ao o abordar, dá-nos a impressom de que estamos a tocar e até a ultrapassar os limites do domínio. Trata-se de um género que como já expressou Risco há meio século, «vai casi perdido entre nos» (7) embora ainda siga sendo possível localizar algumhas representaçons polos povos, paróquias e aldeias repartidos pola nossa extensa geografia; e a respeito do que Baussinger chama «formas musicais» constituem, de facto, a poesia (o «cantigueiro») popular, feita nom só para «ser cantada» como exprimiu V. Risco (8), mas «também bailada» como assinala Marie-Louise Ténezè (9).

---

(4) RISCO (Vicente). «Ensaio d'un programa pro estudo da literatura popular galegas». *Nos,* n.º 56, 1928. P. 142.

(5) TÉNEZÈ (Marie-Louise). «Introduction á l'étude de la litterature orale: le conte». *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations,* n.º 5, 1969, pp. 1104-1120. P. 1117.

(6) Trata-se da revista: *Proverbium. Boletín de información sobre los estudios paremiológicos publicados por Julián Krzyzanwski, Varsovia; Matti Kunsi, Helsinki; Démétrius Loucatos, Atenas; Archer Taylor, Berkeley.* Soumalaisen Kirjallisnuden Seura: Academia Scientiarum Fennica, n.º 1 (1965). É a revista mais prestigiosa na investigaçom sobre este género de tradiçom oral.

(7) RISCO (Vicente). «Ensaio d'un programa...», o.c., p. 144.

(8) RISCO (Vicente). «Ensaio d'un programa...», o.c., p. 145.

(9) TÉNÈZE (Marie-Louise). «Introduction á l'étude...», o.c., p. 1109.

III. CARA A UMHA DELIMITAÇOM INTERNA DO GÉNERO CONTO POPULAR DE TRADIÇOM ORAL

Trata-se, em primeiro lugar, de delimitar o núcleo temático que pode ser considerado específico do género «conto popular» por oposiçom aos demais conteúdos da tradiçom oral opostos a el, a fim de poder chegar à resposta da pergunta: Que é um conto popular?

a) *As primeiras colecçons.*

Na sua acepçom mais geral o vocábulo «conto» abrange o *conjunto de relatos de todo género* enquanto eles constituem no meio popular e particularmente rural a prosa de tradiçom oral, por oposiçom à poesia elaborada para ser cantada e/ou bailada. É este o sentido que lhe atribuiu Jean-François Blade na sua obra em três volumes *Contes populaires de la Gascogne* (10). Mas simultaneamente a este significado geral aparece também, nos primeiros colectores de contos, um sentido mais restringido como o que lhe atribui Luzel nos relatos de mui diferente natureza que recopilou no seu «Primeiro Relatório de Missom» e que devide em três categorias: «1.° Contos mitológicos», muito interessantes pola sua antigüidade e polas suas relaçons com a mitologia; «2.° Contos legendários cristaos», aqueles fundados numhas crenças católicas mais ou menos compartilhadas; «3.° Relatos chistosos e divertidos», fabricados sobre uns resortes menos maravilhosos (11), divisom que denota um emprego mais restringido do termo «conto» entendido na sua acepçom mais geral.

Se à margem das opinions destes recolectores clássicos do material que entra dentro do género «conto popular» nos fixamos na realidade mesma, também o contacto com os informantes rurais revela igualmente que sob o nome de *conto* entram todas as tradiçons orais em prosa. Tal era a opiniom que compartilhava o próprio Van Gennep quando na quarta parte de *El folklore de Dofiné* expressava como nom obstante as limitaçons estritas às que os folcloristas submetérom e ainda continuam a submeter a palavra «conto», ainda (trad.): «na linguagem corrente a palavra «conto» guardou um sentido primitivo de 'relato relatado' (nom impresso)» (12), que os paisanos distinguem e qualificam instintivamente de contos propriamente ditos, de supertiçons ou de relatos divertidos no sentido atribuído por Luzel.

(10 BLADÉ (Jean-François). *Contes populaires de la Gascogne*. París, Ed. Maisonneuve § Larose, 1867. 3 Vol. 308 p.; 390 p.; 17 cm. (Coll. Les Littératures populaires de toutes les nations, t. XIX, XX, XXI). Vol. 1, «Preface», p. II-III (trad.): «Eu publiquei nom há muito tempo as poesias populares da Gasconha. Eis agora as tradiçons orais em prosa, ou contos populares deste país» e a volta de página segue: «todas as peças em prosa recolectadas por mim levam o nome colectivos de contos».

(11) Cfr. LUZEL (C.). «Rapports sur une Mission en Basse-Bretagne, ayant pour objet des recherches sur les traditions orales des Bretons armoricains, contes et récits populaires». *Archives de Missions Scientifiques et Littéraires,* 1872. 2.ª Série, T. VII, 1 Rapport, pp. 101-124.

(12) VAN GENNEP (Arnold). *Le Folklore du Dauphiné, Isere: étude descriptive et comparée de psychologie populaire*. Paris, G.P. Maisonneuve, 1932-1933. 2 Vol., 722 p. 8 mapas, 25 cm. (Les Littératures populaires du toutes les nations; 2 y 3); Vol. II, p. 514.

Nom obstante o que levamos expressado, de umha visom de conjunto de textos e opinions dos diferentes colectores e tratadistas clássicos do conto popular, que levárom a cabo as suas investigaçons entre a segunda metade do séc. XIX e as primeiras décadas de XX, deduze-se, porém, umha série de termos e níveis no género conto que, indo do mais geral ao mais específico seriam os seguintes:

1. *O CONTO,* como forma narrada, contada, aparece oposto a POESIA, como forma recitada, cantada.
2. O CONTO PROPRIAMENTE DITO, que inclui em boa parte o conto na sua acepçom geral, aparece oposto a LENDA e a CONTO DIVERTIDO OU CHISTOSO.

b) *Os repertórios de contos.*

A partir da apariçom, em 1910, do livro *Índice de tipos de contos* do finlandês Antti Aarne (13), os sucessivos colectores e tratadistas do género disporám do novo recurso que utilizarám num primeiro momento alinhando-se sob o plano de classificaçom do género elaborado por Aarne para o seu repertório de contos tipo e, a partir de 1928 seguindo o plano das revisons e ampliaçons efectuadas por Thompson (14). Do exame destas novas colecçons de contos populares podem-se extrair, tal como temos feito na fase anterior, umha nova série de oposiçons no interior do género, a saber:

1.ª Oposiçom entre «conto oral» e «conto escrito». O conto oral por oposiçom a conto escrito, é o que mereceria tal denominaçom de conto (15).

2.ª Oposiçom entre «contos de farsas» e «contos sérios», tal como a encontramos em *Contos de Alta Bretanha* de Arianne de Felice (16).

---

(13) AARNE (Antti). Verzeichnis der Marchentypen. Helsínquia, Academia Scientiarum Fennica, 1910, 1910. X-66 p. (FF. Communications n.º 3).

(14) O livro foi traduzido e ampliado em 1928 por Stiht Thompson co título *The Types of the Folk-tale. A Classification and Bibliography, e novamente em 1961 obedecendo às petiçons que desde havia tempo se vinham formulando. Cfr.: AARNE (Antti) e THOMPSON (Stith). The Types of the Folk-tales. A Classification and Bibliography.* Helsínquia, Academia Scientiarum Fennica, 1928 (FF. Communications n.º 72); 1961 (FF. Communications n.º 184).

(15) Henry E. Carnoy, escrevia no seu prefácio de *Contes Français* o seguinte (trad.): «É raro que um paisano... vos diga um dos contos clássicos d'*As mil e umha noites,* de Perrault ou de Grimm dos quais as colecçons penetrárom polas publicaçons populares até o fundo das aldeias e dos fogares. Para el, estes nom som contos, som histórias que se lem e nom se repetem em relatos como os contos maravilhosos da Besta com sete cabeças, de Juan del Oso ou o Astuto ladrom»: CARNOY (Henry E.). *Contes Français.* Paris, Editions Ernest Leroux, 1885. 312 p.; 17 cm. (Coll. de Contes et de Chansons populaires, VIII, contes français). «Preface», p. VIII-IX. Do mesmo modo, Jean François Blade numha passagem do prefácio aos «Contos populares da Gasconha», em que lembra a sua dívida ao respeito com um dos informantes, Gers. expressa (trad.): «Eu devo muito a este iletrado que à primeira vista adivinha plenamente o que eu buscava e di-me: ...Senhor Bladé, Você nom quer umhas cançons feitas. Você nom quer uns contos feitos. E o seu pensamento a palavra «factos» excluía absolutamente as criaçons literárias, mesmo em dialecto gascom»: BLADÉ (Jean-François). *Contes populaires de la Gascogne,* o.c., Vol. 1, «Preface», p. XXXIV.

(16) Na Introduçom ao livro, a autora comenta o que o seu informante bretom, Pièrre Lelièvre, afirmava sobre os «contos de farsas». Estes contos som na opiniom do seu contador, simples «bagatelas» que nom merecem ser contadas, já que só compensa lembrar e contar os «contos sérios». Mas vejamos o texto (trad.): «Quase todos os relatos que componhem o repertório do cesteiro (sete sobre oito) pertencem ao género maravilhoso. Mas eu recolhim também uns contos satíricos que Pièrre Lelièvre jamais se aplicou a reter: «O meu gosto nom estava nos contos de farsas mas nos contos sérios». Jamais retivem a história de «Cornencú», mas sempre quigem aprender o conto da Besta das sete cabeças e o conto dos Gigantes. Eu nom relato «bagatelas». Cumpre relatar histórias que valham a pena»: DE FELICHE (Arianne). *Contes de Haute-Bretagne.* Paris, Ed. Erasme, 1954. 283 p.; 23 cm. «Introduction» p. IX.

3.ª Oposiçom entre «contos breves» e «contos longos», que nos aparecerá recolhida na colecçom de contos de Fernand Güerif, sobre o país de Guérande (17).

c) *Definiçom do conto popular de tradiçom oral.*

O desenvolvimento desta delimitaçom interna do género tem-nos proporcionado os elementos indispensáveis para formular a nossa definiçom de conto popular, com a que responder à primeira questom posta. Entendemos, pois, por conto popular da tradiçom oral um relato de um acontecimento de ficçom relativamente curto pertencente ao património do povo, e transmitido oralmente. Assim delimitado, é-nos facilmente diferenciável das outras modalidades do folclore popular como as cançons —baladas, cançons de berço, etc.— os provérbios e os ditos; adivinhas e trava-línguas, saúdos e bençons; fórmulas jurídicas, metereológicas, e de medicina popular, crenças populares, rezos, exorcismos e ritos; e outras formas variadas do folclore popular transmitido, igualmente, por tradiçom oral.

IV. CARA A UMHA DELIMITAÇOM EXTERNA DO GÉNERO CONTO POPULAR

Umha vez que sabemos o que é conto popular de tradiçom oral, impom-se a tarefa de identificarmos as diferentes espécies de contos e os critérios de feche do género «conto popular». Nesta tarefa seguiremos muito de perto a delimitaçom feita por Aarne-Thompson, por ser em base à sua classificaçom temática que ainda hoje se continua a delimitar nos círculos científicos ocidentais, o «ámbito externo» do conto popular. A este respeito, desde o ano 1910 em que sai a obra de Aarne, a delimitaçom dos contos vem monstrando-nos umha estrutura tripartida estabelecendo-se as divisons de:

I. *Contos de Animais* (Animais Tales).
II. *Contos propriamente ditos* (Ordinary Folk-Tales).
III. *Contos chistosos e divertidos* (Jokes and Anecdotes, na ediçom inglesa) (18).

Na nova revisom acrescentada de 1961 o Aarne-Thomson (19) contém como final umha IV divisom dedicada aos *Contos fórmula* (Fórmula Tales) (20), ou contos nos quais o relato nom é mais que um simples pretexto para a explicaçom do que se pretende.

O equilíbrio roto, com este último grupo de contos, do que constitui a estrutura integrada e indissolúvel desta obra base, do género «conto popu-

---

(17) Cfr. GERIF (Fernand). *Contes populaires du Pays de Guérande.* La Baule, Ed. des Paludiers, 1974. 100 p. ill.; 24 cm. (Folklore guérandes).

(18) Cfr. AARNE (Antti e THOMPSON (Stith). *The Types of the Folk-Tale. A Classification...*, o.c., 1928, pp. 20-21. Fai-se a citaçom a partir da ediçom inglesa de Aarne-Thompson dado que a ediçom original de 1910, de Aarne, ao estar em idioma alemám resulta mais dificilmente compreensível por quem isto escreve.

(19) Desde agora referirei-me a esta obra com o nome abreviado de Aarne-Thompson, tal como se fai polo comum.

(20) Cfr. AARNE (Antti) e THOMPSON (Stith). *The Types of The Folk-Tale. A Classification...*, o.c., 1961, p. 20.

lar», está-nos indicando que temos tocado essa envoltura externa do género «conto popular», ou os critérios de feche do conjunto.

V. O ESTUDO DO CONTO POPULAR DE TRADIÇOM ORAL: MÉTODOS EM USO E OS SEUS RESULTADOS

Desde que aspectos se foi abordando a investigaçom deste género da Literatura popular?, Que métodos se fôrom sucedendo no progressivo desenvolvimento da investigaçom do «conto popular»?, Que resultados se fôrom derivando destas orientaçons de investigaçom progressivas?

Na história da investigaçom do Conto popular podem-se distinguir dous posicionamentos bem diferentes: A) A compreendida por quem abordam o tema do conto desde o *ponto de vista dos «temas» considerando-o como umha «mónada» indescomponível.* B) A de quem estudam o conto desde o *ponto de vista das estruturas narrativas e da significaçom interna dos mesmos.*

—Na primeira incluiríamos os autores que se dedicárom à elaboraçom de a) a colecta de inventários importantes de contos, b) as classificaçons de «contos-tipo» e de «motivos», c) os catálogos nacionais e d) as Monografias de contos.

—Na segunda estariam os representantes das orientaçons de análises a) Formalista, b) Estruturalista, c) Semántica, d) Psicanalítica.

A. O ESTUDO DO CONTO DESDE A PERSPECTIVA DOS TEMAS

a. *A colecta de contos populares: recolecçons e inventários.*

Podemos dizer que fôrom os irmaos Grimm com os *Contos da infância e do fogar* —1812-1815— (21), os fundadores da colecta científica dos contos populares. A sua colecçom de 156 contos pertencentes à tradiçom oral alemá vai estimular a actividade da *colecta metódica* dos contos populares nos demais países europeos: Dinamarca, Noruega, Irlanda, França, Espanha. A respeito da Espanha, que sofre um atraso considerável com relaçom aos demais países, merecem salientar-se os três volumes *Cuentos Populares* de Aurelio Macedonio de Espinosa (22), em que se desenvolvem estudos comparativos de grande interesse.

Este impulsionamento dado polos irmaos Grimm à recopilaçom e actividade da colecta incidirá também na apariçom de *Inventários importantes* de materiais como os efectuados por Victor Chauvin das colecçons de contos ára-

---

(21) GRIMM (Wilhelm e Jacob). *Kinder und Häusmärchen.* Berlim. Vol. I, 1812; Vol. II, 1816.

(22) Cfr. ESPINOSA (Aurelio Macedonio). *Cuentos populares españoles,* Madrid, C.S.I.C., 1946, 3 Vol. O Vol. I agrupa os contos a que fago referência, publicados, em três volumes, na Universidade de Stanford, Califórnia, 1923-1926.

bes publicadas na Europa entre 1810 e 1885 (23), e o de Johannes Bolte e Georg Polivka, obra em cinco volumes em que entre outros temas de interesse se contemplam as versons achadas no mundo inteiro dos contos de Grimm (24).

De outra parte, o interesse posto na recolecçom nestes momentos, fai que em certos países se inicie a criaçom de instituiçons oficiais nacionais. A primeira em criar-se é a Sociedade de Literatura Finlandesa em 1831. Mais tarde, já no nosso século, aparecerám a Associaçom Danesa de Folclore criada em Dinamarca em 1904, a Associaçom «Amigos do Folclore» finlandesa criada em 1907, a Associaçom Irlandesa de Folclore criada em 1927, etc. Nom obstante, mesmo nestes países que contam com instituiçons oficiais, a actividade da colecta estará ligada a determinadas personalidades influentes de cada país. Cabe citar a este respeito, por exemplo, a Sven Grundtving por Dinamarca, Absjornsen por Noruega, Delargy por Irlanda, Sevillot por França, Machado y Alvarez, por Espanha, entre outros.

A riqueza da tradiçom oral em todos estes países enumerados e o ardor dos colectores dará como resultado um considerável aumento ds peças de tradiçom oral disponíveis, nomeadamente contos. Mas ainda nestas colecçons do séc. XIX e primeiro terço de XX nom aparece expressado quase nada sobre as condiçons de vida, nem dos contos recolectados, nem dos seus recolectores.

b. *A classificaçom dos contos populares.*

Mui pronto os colectores de contos dérom-se conta que trás a pluralidade múltipla dos contos recopilados se percebem umhas semelhanças que permitem umha agrupaçom dos mesmos. Destarte a Associaçom «Folklore Felows» encarregará um dos seus membros, Antti Aarne, a elaboraçom de um primeiro ensaio de classificaçom do «conto popular», que fai em 1910 com o já citado *Verzeichnis der Märchentipen* (25). Neste «Índice de tipos de contos» o autor reconhecerá a existência de por volta 550 contos-tipo e, ademais, em expressom de Marie-Louise Ténèze encarregada polo C.N.R.S. de levar a cabo a colecta do conto popular francês, (trad.) «Aarne incluiu os seus 550 tipos de contos numha enumeraçom com lacunas o que devia facilitar a inclusom ulterior de novos tipos de contos que identificassem os utilizadores

---

(23) CHAUVIN (Victor). *Bibliographie des ouvrages árabes ou relatifs aus Arabes publiés dans l'Europe chrétienne de 1810 a 1885,* Liège, H. Vaillaut-Carmanne, Leipzig, O. Harressowitz, 1829-1905. 9 vol., 26 cm. Esta obra é particularmente útil para o estudo do conto popular em razom das análises minuciosas e dos numerosos paralelos de contos e de motivos que dá para todos os contos das grandes recolecçons árabes vindas de Oriente.

(24) BOLTE (Johannes) e POLIVKA (Georg). *Anmerkungen zu den Kinder und Häusmärchen der Brüder Grimm. Hildersheim Olms Verlags buchlandlung,* 1963. 5 vol., 23 cm. É umha reediçom da ediçom original de Leipzig, 1913-1932, 5 vol. im-8 de 566, 624, 487 e 305. Os três primeiros tomos dam as versons do mundo inteiro dos contos de Grimm; o tomo IV da história dos contos; e o tomo V estuda o conto dos diferentes países e proporciona um laço de uniom entre as teorias e as investigaçons sobre o conto. Trata-se de umha obra de capital importância para os estudos comparados sobre o género conto popular.

(25) Cfr. AARNE (Antti). *Verzeichnis der Märchentipen...,* Trata-se da primeira classificaçom dos contos e dos motivos estabelecida por Antti Aarne de acordo com os grandes especialistas nórdicos, que tem servido para a elaboraçom dos catálogos nacionais antes da publicaçom da classificaçom Aarne-Thompson.

futuros» (26). Com efeito, os novos catálogos nacionais de contos que se iam elaborando seguindo o *Verzeichnis* reconheciam todos a existência de contos-tipo nom incluídos nesta primeira classificaçom. Esta comprovaçom acelerará a preparaçom de umha nova ediçom acrescentada da obra que sairá em 1928 com o título *The Types of The Folk-Tale. A classification and bibliography* (27). Mas esta nova revisom do *Verzeichnis* levada a cabo por Stith Thomson mui pronto aparecerá ela própria necessitando outra nova reediçom acrescentada, revisom que nom obstante ter sido solicitada desde havia muito tempo, nom aparecerá até o ano 1961 (28). Nesta última reediçom encontram-se catalogados um total de 6.000 tipos de contos. Este grosso volume de 558 páginas constitui o Catálogo Sistemático Internacional de todos os contos populares, obra de referência fundamental que adoptárom a maioria dos Arquivos nacionais, e dos Catálogos nacionais para a catalogaçom dos contos populares.

Uns anos após a apariçom do *Índice de tipos de contos* aparecerá, entre 1932-1936, a monumental obra *Índice de Motivos da Literatura Popular* de Stith Thompson (29) que amplia a classificaçom de Aarne-Thompson num duplo ámbito: o *sistemático* porquanto inclui ao lado das formas narrativas orais também os géneros escritos, e o *geográfico* do horizonte enquanto «o quadro dos Motif-Index» é mundial (30). O *Motivo* base sobre o que se constrói a obra será definido polo autor noutra obra sua, *The Folktale,* como (trad.) «o mais pequeno elemento do relato capaz de existir na tradiçom» (31). No interior desta fundamental obra do género «conto popular», os «motivos» vam-nos aparecendo ordenados numha organizaçom de 23 divisons partindo de «A.-Mithological motif» (motivos mitológicos) e concluindo por «X.-Humor».

---

(26) TÉNÈZE (Marie-Lousie). «Introduction à l'étude de la litterature orale: le conte». *Annales,* o.c., p. 1112.

(27) Cfr. AARNE (Antti) e THOMPSON (Stith). *The Types of the Folk-Tales. A Classification...,* 1928, o.c.; a obra completa a classificaçom do *Verzeichnis* de Aarne, descompom os contos nos seus motivos, assinala para cada conto tipo a versom de Grimm e dos catálogos anteriores, os estudos feitos no *Anmerkungen zu de Kinder...* de Bolte e Polivka e nas monografias importantes. Este repertório de contos será utilizado por todas as partes para a classificaçom dos arquivos do conto, o estabelecimento dos catálogos nacionais e a designaçom precisa dos contos, permitindo a informaçom entre os especialistas.

(28) Cfr. AARNE (Antty) e THOMPSON (Stith). *The Types of the Folk-Tales. A Classification...* 1961, o.c. Aproveito, ademais, para comentar que enquanto Aarne no seu *Índice de tipos de contos* partira para a sua constituiçom, das colecçons escandinavas e alemás, Thompson no seu *Tipos de contos populares* de 1928, abria-se cara à Europa ocidental e meridional; e agora esta nova ediçom acrescentada de 1961 está aberta particularmente cara o Este em direcçom da Europa Oriental e, mais alá, cara a Índia. Cfr., ao respeito TÉNÈZE (M.-L.). *Introduction à l'étude de la litterature...,* o.c., p. 1112.

(29) THOMPSON (Stith). *Motif-Index of Folk-Literature. A classification of narrative elements in Folk-Tales, Ballads, Myths, Fables, Medieval Romances, Exempla, Fabliaux, Jest-Books and Local Legends.* Copenhaga, Roseukilde and Bagger, 1955-1958. 6 vol., 554 p., 517 p., 519 p., 499 p., 567 p., 892 p.; 26 cm. É esta umha revisom acrescentada da referida ediçom original de 1932-1936 (FF. Communications n.° 104, 107, 108, 109, 116, 117). Trata-se de umha grossa obra em que se dá umha classificaçom de todos os elementos que entram na composiçom do conto e, para muitos, copiosas indicaçons bibligráficas.

(30) TÉNÈZE (Marie-Louise). «Introduction à l'étude...», p. 1116.

(31) THOMPSON (Stith). *The Folktale.* New York, The Dryden Press. 1946. 510 p.; 24 cm. P. 415; «A motif is the smallest element in a tale having a power to persist in tradition».

c. *Os catálogos nacionais.*

Ao tempo que se elaboram estas classificaçons internacionais de base, dos «tipos de contos» e dos simples «motivos» ou elementos que entram na composiçom dos contos, os catálogos nacionais iam-se sucedendo, e mesmo se percebia umha certa mudança de ponto de vista nas classificaçons proporcionadas por estes. Com efeito, enquanto os primeiros catálogos se tinham contentado com enumerar baixo os números e os títulos dos contos-tipo as referências das versons recenseadas —referências bibliográficas ou referências de arquivos—, outros catálogos se orientavam em primeiro lugar a fazer umha descriçom tam completa como lhes era possível do conteúdo da tradiçom particular —nacional ou regional— nom unindo-a à de outras naçons e/ou regions. Irám aparecendo assim progressivamente, muito interessantes catálogos de tradiçons nacionais de contos, dos quais podemos salientar, entre outros, os do próprio Aarne sobre a tradiçom finlandesa, em 1920 (32), Christiansen sobre a tradiçom norueguesa, em 1923 (33). Plenzat para a tradiçom prussiana em 1927 (34), Honti para a húngara em 1928 (35), Andrejev para a russa, em 1929 (36), Boggs para a espanhola em 1930 (37), Eberhard para a tradiçom chinesa em 1937 (38), Sinninghe para a holandesa em 1943 (39), Eberhard-Borotav para a turca em 1953 (40), D'Arouco para a toscana em 1953 (41), Delarue-Ténèze para a tradiçom francesa iniciada em 1957, e ainda sem concluir (42).

Ainda a risco de sermos reiterativos na enumeraçom, temos de assinalar que *Typen Türkischer Volksmärchen* (Tipos de contos populares turcos) de

---

(32) Cfr. AARNE (Antti). *Finnische Märchenvarianten Ergänzungsheft I. Verzeichnis der in den Jahren 1908-1918 gesammelten Aufzeichnungen* (mit der Unterstützung der finnischen Litteraturgesellschaft ausgearbeitet von Antti Aarne). Hamina, Suomalaisen tiedeakatemian Kustantama, 1920. 64 p.; 23 cm. (FF. Communications, N.° 33).

(33) Cfr. CHRISTIANSEN (Reidar Th). *The Norwegian fairytales: A short sumary.* Helsínquia, Academia Scientiarum Fennica, 1922. 40 p.; 23 cm. (FF. Communications N.° 46).

(34) Cfr. PLENZAT (Karl). *Die ost-und westpreussischen Märchen und Schwänke nach Typen geordnet.* Koenigsberg, 1927.

(35) Cfr. HONTI (Hans). *Verzeichnisder publizierten ungarischen Volksmärchen.* Helsínquia, Academia Scientiarum Fennica, 1928. 44 p.; 24 cm. (FF. Communications, N.° 81).

(36) Cfr. ANDREJEN (N. P.). *Ukazatel's skazocnich sjuzhetov po Systeme Aarne.* Leningrad, Izdane, 1929. 120 p.; 27 cm.

(37) Cfr. BOGGS (Ralph-S.). *Index of Spanish Folktales.* Academia Scientiarum Fennica, Helsínquia, 1930 (FF. Communications N.° 90).

(38) Cfr. EBERHARD (Wolfram). *Typen Chinesischer Volksmärchen.* Helsínquia, Suomalainen Tiedeakatemia, 1937. 437 p.; 23 cm. (FF. Communications N.° 120). Trata-se de umha classificaçom particular criada para o conto chinês e podendo servir com uns complementos, para a classificaçom dos contos do Extremo Oriente.

(39) Cfr. SINNINGHE (Jacques R. W.). *Katalog der nierderländischen Märchen, Ursprungssagen, Sagen und Legendenvarianten,* Helsínquia, 1943. 148 p. (FF. Communications N.° 132).

(40) Cfr. EBERHARD (Wolfram); BOROTAV (Pertev). *Typen Türkirscher volksmärchen.* Wiesbaden, Franz Steiner, 1953. XI-506 p.; 25 18 cm.

(41) Cfr. D'ARONCO (Gianfranco). *Indice delle Fiabe Toscane.* Firenze, L. S. Olschnki, 1953. 253 p.; in-8 (Bibliotheca del'«Archivun Romanicum», vol. XXXVI).

(42) Cfr. DELARUE (Paul); TÈNÈZE (Marie-Louise). *Le conte populaire français: catalogue raisonné des versions de France et des pays de langue française d'Outremer...,* París, 1957. 25 cm. I vol. Ed. Erasme, 1957. 394 p. II Vol. G.-P. Maisonneuve et Larose, 1964. XXVII-739 p. III Vol. Ed. G.-P. Maisonneuve et Larose, 1976. XI-507 p., cub. il. IV Vol. Ed. G.-P. Maisonneuve et Larose, 1985. 313 p. cub. il.

Eberhard e Borotav marca umha data na longa lista de catálogos de contos que se sucedem após o início de século porquanto na citada obra se afirma que um conto nom deve ser considerado em si próprio, mas que (trad.) «deverá ante todo ser considerado em princípio como expressom do conjunto da cultura do povo onde aparece e ser estudado igualmente no marco de outros contos do mesmo povo» (43). Esta afirmaçom da necessidade de estudar contextualizadamente os contos é tanto mais importante enquanto até esta data a investigaçom em literatura de tradiçom oral se tinha alinhado «sobre as investigaçons filológicas» (44), e ainda nom utilizara os contributos da Etnologia. É agora, com estes autores, que se introduz esta nova perspectiva em base a que os contos de um povo constituem um conjunto, umha obra múltipla, cujo estudo deverá ser abordado nom só do ponto de vista *sincrónico* observando o abano de variantes viventes susceptível de ser muito amplo, mesmo nas regions e áreas territoriais estreitamente circunscritas, mas também *diacronicamente* porquanto a evoluçom no tempo dos contos-tipo e as suas variantes até a lenta metamorfose ou/e a sua conversom num novo conto devem, de igual modo, ser tomadas em conta.

d. *As Monografias de contos.*

Tanto a classificaçom internacional de contos-tipo de Aarne-Thompson, como esta abundáncia de catálogos nacionais, impulsionárom a elaboraçom de monografias de contos que serám realizadas segundo o método histórico-geográfico, ou método finlandês por serem os finlandeses do círculo «Folklore Fellows» os seus primeiros promotores. Umhas das primeiras monografias de contos elaborada seguindo este modelo de investigaçom é a intitulada *Kaiser und Abt* (O Senhor e o abade) de Balte Walter Anderson (45). É precisamente este autor quem num artigo intitulado «Geographisch-historische Metode» (Método histórico-geográfico) nos consigna os princípios e fins fundamentais deste método histórico-geográfico de investigaçom do conto popular. Como princípios compreende estes três fundamentais: 1.° Reunir as versons do relato a estudar, 2.° Confrontar as versons traço por traço sem um juízo prévio, 3.° Anotar e ter presente em cada versom, o lugar e data de recolecçom; e enquanto os fins propostos para estas monografias de contos, Anderson dirá-nos que som estabelecer: 1.° A *forma* primeira do relato, quer dizer, o arquétipo comum do qual todas as variantes derivam, 2.° *a pátria de origem,* 3.° *á época de origem desta forma,* 4.° *as redacçons regionais,* quer dizer, as formaçons diversas sob as quais o relato aparece nas diferen-

---

(43) EBERHARD (Wolfram); BOROTAV (Pertev). *Typen Turkischer...*, o.c., p. 24.

(44) TÉNÈZE (Marie-Louise). «Les Catalogues de Contes: Utils pour quelles recherches?» *Quand le crible était dans la paille... Hommage á Pertur Naili Borotav,* apresentado por Rémy Dor e Michele Nicolas. Paris, G. Maisonneuve et Larose, 1978. P. 360. Esta pequena enfermidade é a que ainda padece a investigaçom sobre o género na Espanha.

(45) Cfr. ANDERSON (Balte Walter). *Kaiser und Abt.* Helsínquia. Academia Scieintiarum Fennica, 1923. VI-450 p.; 23,5 cm. (FF. Communications N.° 42).

tes regions da sua área de extensom, 5.º as *vias de difusom* do conto em questom (46).

Pouco a pouco se produz neste sector das monografias um deslocamento das perspectivas tal como tinha acontecido no sector dos catálogos, pondo-se cada vez mais o acento nas redacçons regionais face ao que para os primeiros detentadores deste método histórico-geográfico era essencial ter em conta e que era, como já vimos: a forma, a pátria e a época de origem do conto, e si numha quarta posiçom vinham as redacçons regionais. Aparecem assim o que alguns folcloristas chamam, botando mao de um termo da botánica, os «ecotipos regionais» (47). Vai crescendo também, a necesidade de abordar o estudo de um grupo de contos relacionados, mediante as monografias de ciclos de contos no sentido levado a cabo, por exemplo, por Von Sydov, estudo que conduziu outra vez os investigadores ao problema da composiçom dos contos, e que a disciplina pensou poder abordar, e regulamentar, no quadro dos contributos da obra *Motif-Index* de Thompson.

B. O ESTUDO DO CONTO DESDE A PERSPECTIVA DA ESTRUTURA NARRATIVA

As orientaçons que vimos dando até agora sobre os métodos em uso e os seus resultados no estudo do conto popular, abordam o conto do ponto de vista dos temas e consideram-no como umha «mónada» indiscomponível. Mas a partir do momento da entrada na cena de Vladimir Propp, os contos populares passarám a ser estudados do ponto de vista das estruturas narrativas e da significaçom interna dos mesmos.

É precisamente o americano Alan Dundes quem apoiando-se nas investigaçons já tradicionais de Vladimir Propp, propunha, segundo Ténèze, «observar sob os conteúdos monoculturais a forma transcultural» (48) dos contos populares; e esta investigadora pola sua parte, proporá ver numha combinaçom da aproximaçom histórico-geográfica e da investigaçom das estruturas, o melhor instrumento de investigaçom para levar a cabo o seu catálogo do conto popular francês (49). Mas à margem das interessantes recomendaçons destes dous autores, escolherei para exemplificar este ponto de vista da análise das estruturas narrativas dos contos e a sua significaçom interna, aqueles expoentes mais significativos do nosso posicionamento, quais som: O filólogo russo V. Propp; o antropólogo francês C. Lévi-Strauss; o lingüista, também francês, A. J. Greimas; e o psicanalista infantil americano B. Betelheim.

---

(46) ANDERSON (Balte Walter). «Geographisch-historische Methode». BOLTE (Johvon); MACKENSEN (Lutz7. *Handwörterbuch des deutschen Märchens*. Berlim, 1934-1940, pp. 505-552 citado de TÉNÈZE (M.-L.) «Introduction à l'étude», o.c., p. 1115.

(47) TÉNÈZE (Marie-Louise). «Introduction à l'étude de la litterature orale: le conte». *Annales...*, o.c., p. 1119.

(49) A este respeito a autora escreve (trad.): «Sob a dupla valorizaçom da especificidade regional e da estrutura interna de umha obra, de um género, de 'umha forma particular de criaçom', está, com efeito, o problema da arte do conto que a disciplina, pouco a pouco, tem posto em cena descobrindo-se precisamente as duas vias de aproximaçom, diferentes mas igualmente necessárias» (M.-L. Ténèze: «Introducitin à l'étude..., o.c., p. 1120.

a. *A apromixaçom do formalismo: Vladimir Propp.*

Um contributo muito fundamental ao estudo da estrutura narrativa do conto popular foi a proporcionada por Vladimir Propp no seu livro *Morfologia do conto* (50). No primeiro capítulo deste livro o autor, após passar revista crítica às investigaçons sobre os contos dos autores que o precedérom e que o levam a concluir que o estudo (classificaçom) dos contos se encontra ainda nos rudimentos iniciais, e que as pretendidas investigaçons precedentes ainda nom demonstram nada, afirmará, ao concluir o capítulo, que um bom estudo morfológico é a base de toda investigaçom científica sobre o conto popular.

Vladimir Propp aplica o seu método e a sua análise aos contos maravilhosos, umha categoria especial de contos populares, entendendo por tais os agrupados entre os números 300 e 749 da classificaçom Aarne-Thompson. Segundo Vladimir Propp, em todos estes contos populares aparecem uns elementos variáveis, os nomes e atributos das personagens; e uns elementos constantes, as acçons que realizam. O que muda nos contos populares, dirá Propp, som os nomes (e ao mesmo tempo os atributos) das personagens que podem chegar a ser extremadamente numerosas. O que nom muda som as acçons ou funçons que som sempre as mesmas e mui poucas. Som só 31 funçons que Propp dotará de um código identificador que permite, se se quiger, fazer comparaçons esquemáticas sobre a estrutura de um conto (51). O conto (maravil-

---

(50) Cfr. PROPP (Vladimir). *Morphologie du conte.* Paris, Seuil, 1970. Utilizaremos esta versom francesa da *Morfologija skazki,* de Propp, em lugar da espanhola de Ed. Fundamento, Madrid, 1987 (1.ª ed. 1972), devido a que nom dispomos dela neste momentos.

(51) Ao final da sua análise, Propp descobriu que o conto maravilhoso russo está constituído por 31 funçons. Nom estám todas necessariamente presentes em cada conto, mas encadeam-se numha ordem idêntica. Esta relaçom de 31 funçons constitui para Propp o esquema canónico do conto maravilhoso russo e, provavelmente do conto maravilhoso em geral. Tal conjunto de funçons, com o seu conceito resumo e código identificador é como segue:

Situaçom inicial. É designado por α

I Um dos membros da família afasta-se da casa. *Afastamento.* Designado por β

II Recai sobre o protagonista umha proibiçom. *Proibiçom.* Designada por γ

III Transgrede-se a proibiçom. *Transgressom.* Designada por δ

IV O agressor tenta obter notícia. *Interrogatório.* Designado por ε

V O agressor recebe informaçons sobre a sua vítima. *Informaçom.* Designada por ζ

VI O agressor tenta enganar a sua vítima para apoderar-se dela ou dos seus bens. *Engano.* Designado por η

VII A vítima deixa-se enganar e ajuda o seu inimigo ao seu pesar. *Complicidade.* Designado por θ

VIII O agressor dana um dos membros da família ou causa-lhe prejuízos. *Malfeitoria.* Designada por A.

VIII (a) Algo lhe falta a um dos membros da família: um dos membros da família tem ganas de conseguir algo. *Carência.* Designada por a.

IX Divulga-se a notícia da malfeitoria ou da carência, dirigem-se ao herói com umha pergunta ou umha ordem, chama-se-lhe ou fai-se-lhe partir: *mediaçom, momento de transiçom.* Designada por B.

X O herói buscador aceita ou decide actuar: *Princípio da acçom contrária.* Designada por C.

XI O herói vai-se da sua casa. *Partida.* Designada por ↑

XII O herói sofre umha prova, um questionário, um ataque, etc., que o preparam para a recepçom de um objecto ou de um auxiliar mágico. *Primeira funçom do doante.* Designada por D.

XIII O herói reage perante as acçons do futuro doante. *Reacçom do herói.* Designada por E.

XIV O objecto mágico passa ao dispor do herói. *Recepçom do objecto mágico.* Designado por F.

XV O herói é transportado, conduzido ou levado perto do lugar onde se acha o objecto da sua busca.

Deslocamento no espaço entre dous reinos, viagem com um guia. Designado por G.

XVI O herói e o seu agressor defrontam-se num combate. *Combate.* Designado por H.

XVII O herói recebe umha marca. *Marca.* Designada por I.

XVIII O agressor é vencido. *Vitória.* Designada por J.

XIX A malfeitoria inicial é reparada ou a carência colmada. *Reparaçom.* Designada por K.

XX O herói regressa. *Volta.* Designada por ↓

XXI O herói é perseguido. *Persecuçom.* Designada por Pr.

XXII O herói, auxiliado. *Socorro.* Designado por Rs.

VIII bis Os irmaos tiram a Ivám o objecto que leva ou à pessoa que transporta *(Malfeitoria A).*

X-XI bis O herói volta a partir, volta a emprender umha busca (C↑).

XII bis O herói padece de novo as acçons que o levam a receber um objecto mágico (D).

XIII bis Umha nova reacçom do herói perante as acçons do futuro doante (E).

XIV bis Pom-se ao dispor do herói um novo objecto mágico (F).

XV bis O herói é transportado ou levado perto do lugar onde se encontra o objecto da sua busca (G).

XXIII O herói chega de incógnito a sua casa ou a outra comarca. *Chegada de incógnito.* Designado por O.

XXIV Um falso herói reinvidica para si pretensons enganosas. *Pretensons enganosas.* Designado por L.

XXV Propom-se ao herói umha tarefa difícil. *Designado por M.*

XXVI A tarefa é realizada. Tarefa cumprida. Designada por N.

XXVII O herói é reconhecido. *Reconhecimento.* Designada por Q.

XXVIII O falso herói ou o agressor, o malvado, fica desenmascarado. *Descobrimento.* Designado por Ex.

XXIX O herói recebe umha nova apariência. *Transformaçom.* Designado por T.

XXX O falso herói ou agressor é castigado. *Castigo.* Designado por U.

XXXI O herói casa e ascende ao trono. *Matrimónio.* Designado por W°.

Elementos obscuros. Certas acçons dos heróis dos contos que nom se submetem a esta classificaçom, designadas por ϒ . (Cfr. *Morphologie du Conte,* o.c., pp. 35-80). Assim, pois, após a exposiçom da situaçom inicial (ε) umha personagem se ausenta (β). Esta situaçom implica umha desgraça, quer directamente quer indirectamente, porque umha proibiçom (τ) foi violada (δ). Um agressor surge, pergunta sobre a vítima (ζ), informa-se sobre ela e engana-a (ϸ) com intençom de prejudicá-la e esta ao seu pesar ajuda (θ) o seu inimigo.

Estas sete primeira funçons —que Propp codifica com as sete primeiras letras do alfabeto grego para distingui-las das seguintes codificadas com maiúsculas e em símbolos diversos— constituem umha «secçom preparatória do conto» (p. 42), enquanto a intriga se trata a partir da funçom oitava, no momento da malfeitoria.

Alguns contos começam directamente pola funçom oitava (1.ª funçom principal), que é a funçom mesma do agressor. Assim, o agressor fai umha malfeitoria (A) que pode traduzir-se em múltiplas formas: elevaçom de umha pessoa (A1), vó de um objecto mágico (A2), feridas, extorsons, substituiçons, morte, tormentos, guerras... (pp. 42-45) de que se deriva umha carência (a), o herói entra em cena como mediador (B) e aceita ou decide actuar (C); sai (↑) à sua missom, encontra-se com um doador mágico (F). O herói é transportado ao lugar da sua intervençom (G), enfrenta-se numha luita (H), recebe umha marca (I) de identificaçom, vence o agressor (J) e a malfeitoria inicial é reparada (K) (pp. 42-69). Aqui termina a primeira seqüência do conto, para continuar com a segunda do modo seguinte:

O héroi volta (↓) mas é perseguido (Pr) por um inimigo ao qual escapa mercê a um socorro (Rs), ou por meio de um estratagema *(Morphologie du conte,* o.c., pp. 69-71).

Propp di que um bom número de contos terminam aqui com o regresso do herói e o matrimónio subseguinte (p. 71); mas nom som todos os casos. Outros contos começam entom a jogar o que autor chama umha segunda parte. Todo volta a começar como ao início: o agressor volta a fazer a malfeitoria (A), o herói volta a decidir actuar e volta a emprender a busca (C), padece de novo as acçons que o conduzem a receber o objecto mágico (D), volta a reagir às acçons do futuro doador (E) e volta a pôr-se ao seu dispor um novo objecto mágico (F), para voltar ao lugar onde se acha o objecto da sua intervençom (G), neste caso a sua morada ou reino *(Morphologie du conte,* o.c., pp. 72-73).

A partir deste momento o relato continua mas agora tomando esta nova direcçom: O herói chega de incógnito (O), o falso herói quer fazer valer as suas pretensons enganosas (L), impom-se-lhe ao herói umha tarefa difícil (M), a tarefa cumpre-se (N), o herói é entom reconhecido (Q), e o falso herói é descoberto (Ex), o herói verdadeiro recebe umha nova apariência (T), e o falso herói é castigado (V), por último, o verdadeiro casa e ascende ao trono (W°) *(Morphologie du conte,* o.c., pp. 74-79).

O inventário de funçons das personagens que acabamos de reunir inspira a Propp várias conclusons: a) O número de funçons é mui limitado, nom se podem isolar mais que 31 *(Morphologie du conte,* o.c., p. 79); b) As funçons implicam-se logicamente e esteticamente as umhas às outras, articulam-se todas sobre o mesmo, e nengumha funçom exclui a outra *(Morphologie du conte,* pp. 79-80); c) Certas funçons podem estar agrupadas em pares (proibiçom-transgressom, interrogaçom-informaçom, combate-vitória, perseguiçom-socorro, etc.) e outras em seqüências, assim o grupo: malfeitoria-chamada de socorro-decisom de reparar o mal - e saída para a busca (ABC) constituem um conjunto —o nó da intriga—; a posta a prova do herói polo doador, a sua reacçom e a sua recompensa (DEF) também constituem um certo conjunto. Outras funçons estám isoladas.

Mas, pares de funçons, seqüências de funçons e funçons isoladas, organizam-se num sistema invariante: verdadeira pedra de toque que permite apreciar cada conto particular, e de atribuir-lhe o seu lugar na classificaçom. Cada conto recebe destarte, a sua fórmula análoga às fórmulas químicas, que enumera, na ordem natural de sucesom, as letras —gregas e romanas— e os símbolos que servem para codificar as diferentes funçons. Quer às letras, quer aos símbolos pode juntar-se-lhes um expoente que denota umha variedade no seio de umha funçom específica. Assim, se temos, por exemplo, a seguinte fórmula de um conto simples resumido por Propp: $\alpha^{3}\ \delta^{1}A^{1}\ B^{1}\ C\uparrow\ H^{1}\text{-}J^{1}\ K^{4}\downarrow\ W3$, deveriam de ler-se os seguintes sinais como segue: Um rei e os seus três filhos situaçon inicial - a). As filhas saem para prometer-se (afastamento das rapazas - β^{3}). Retardam-se num jardim (rudimento de umha violaçom ou proibiçom - δ^{1}). Um dragom leva-as (malfeitoria - A1). O rei pede ajuda (chamada B1). Três heróis saem na sua busca (C $\uparrow$). Três combates contra o dragom e vitória (H1 - J1), libertaçom das jovens (reparaçom da malfeitoria - K4). Volta ($\downarrow$). Recompensa (W3). Cfr. *Morphologie du conte,* o.c., p. 154).

hoso) segundo o autor, só é um relato que explicita umhas funçons nas quais o número é limitado e que a sua ordem de sucessom é constante; e a diferença formal entre muitos contos resulta de eleiçom operada por cada conto das 31 funçons.

A análise de Propp é mais complexa porquanto as funçons se agrupam logicamente segundo determinadas esferas. Estas esferas correspondem às personagens que realizam as funçons. Som as esferas de acçom. No conto achamos as sete seguintes esferas de acçom que realizam outras tantas personagens principais do conto: a do Agressor (o mau), o Doador (o provedor), o Auxiliar, a Princesa (ou personagem buscada), o Mandador, o Herói, o Falso Herói. Fixando-se nestas personagens nas quais se concentram as esferas de acçom do conto, também podemos definir o conto como um relato com sete personagens, tendo cada umha umha esfera de acçom (52).

Propp tenta de proporcionar também umha classificaçom dos contos que fundamenta sobre um sistema de incompatibilidades das funçons, e segundo as variedades de funçons específicas que aparecem em todos os contos:

Só quatro pares das funçons que constata som incompatíveis: O par H—J, e o par M—N. Conforme a isto, distingue em princípio, quatro classes de contos:

1.ª: Os que utilizam o par H—J.
2.ª: Os que utilizam o par M—N.
3.ª: Os que utilizam os dous pares H—J e M—N.
4.ª: Os que nom utilizam os dous pares H—J e M—N.

E só duas funçons aparecem em todos os contos:

—A Malfeitoria: A.
—A Falta: (a).

Os contos serám entom distinguidos (classificados) segundo as variedades que revestem estas duas funçons no seio das quatro categorias precedentemente isoladas. Assim:

Distingue os contos que repousam sobre umha Malfeitoria A de aqueles que repousam sobre umha Falta (a).

---

(52) As esferas de acçom (funçons) das diferentes personagens (actuantes) som, concretamente, as seguintes:

1. O AGRESSOR (o mau) compreende: a malfeitoria (A), o combate e as outras formas de luita contra o Herói (H), a perseguiçom (Pr).

2. O DOADOR (o provedor) compreende: a preparaçom da transmissom do objecto mágico (D),a posta do objecto mágico ao dispor do Herói (F).

3. O AUXILIAR compreende: o deslocamento do Herói no espaço (G), a reparaçom da malfeitoria ou da falta (K), o socorro durante a perseguiçom (Rs), o cumprimento de tarefas difíceis (N), a transformaçom do Herói (T).

4. A PRINCESA (ou a personagem buscada) mais seu pai, compreende: o mandato de cumprir tarefas difíceis (M), a imposiçom de umha marca (J), o descobrimento do falso Herói (Ex), o reconhecimento do Herói verdadeiro (Q), o castigo do segundo agressor (U), o matrimónio (W).

5. O MANDADOR: nom compreende mais que o envio do Herói (momento de transmissom (B)).

6. O HERÓI compreende: a partida cara a busca (C) a reacçom às exigências do doador (E), o matrimónio (W). A primeira funçom caracteriza o Herói buscador; o Herói vítima nom cumpre mais que as outras.

7. O FALSO HERÓI compreende: a partida cara a busca (C), a reacçom das exigências do doador sempre negativa (E. neg.) e, em tanto que funçom específica, as pretensons enganosas (L). Cfr. Propp (Vladimir). *Morphologie du conte,* o.c., pp. 96-97.

Após a classificaçom continua-se segundo as variedades da Malfeitoria A^1, A^2, A^3, e assim sucessivamente.

A investigaçom de Propp, *Morfologia do Conto,* porá as bases indispensáveis, em opiniom de Meletinski, para a análise estrutural do folclore narrativo, e desde a sua apariçom em ocidente nengum estudo sobre os modelos estruturais pode já ignorar esta obra e deixar de colhê-la como base do seu trabalho (53). Seguramente seja por isto que tanto A. Dundes, como C. Bremond por similitude com el, ou Lévi-Strauss, ou A. J. Greimas por diferenciaçom com el, e os subseguintes investigadores a el junto aos enumerados, o tenham sempre muito em conta nas suas investigaçons diferenciadas.

b. *Aproximaçom Estruturalista: Claude Lévi-Strauss.*

Umha das pessoas que primeiro conheceu a existência do livro *Morfologia do Conto* foi o antropólogo estruturalista francês Lévi-Strauss. O livro de Propp traduziu-se para inglês em 1958, e em 1960 este autor fai umha excelente recensom do mesmo no seu trabalho intitulado: *A estrutura e a forma. Reflexons sobre umha obra de Vladimir Propp* (54) como meio de diferenciar o método de análise do formalismo, do estruturalismo que el pratica (55).

Mas já cinco anos antes, num artigo intitulado *O estudo estrutural do mito* (56) aparecido no «Journal of American Folklore» do último trimestre de 1955, Lévi-Strauss aplicava ao estudo do folclore os princípios da lingüística estrutural e desde entom progressivamente nas suas obras irá proporcionando uns exemplos concretos da forma de aplicar o seu método ao estudo do folclore, no seu caso a «os mitos». Mas Lévi-Strauss, temos de esclarecer, nom fai diferença do princípio entre mito e conto. O conto nom é mais que um mito legendário debilitado. Ambos os relatos tenhem a mesma *estrutura lógica* que é comum a todas as variantes do mesmo mito —ou, no seu caso, conto—, som instrumentos de um mesmo pensamento lógico primitivo e as personagens tenhem a mesma funçom.

Lévi-Strauss, em vez de se interessar como Propp polo *aspecto sintagmático,* quer dizer, polas partes constitutivas do relato, interessa-se sobretodo polo *aspecto paradigmático,* isto é, polo conjunto de elementos suceptí-

---

(53) Cfr. MELETINSKI (Eugéni). «L'étude structurale et typologique du conte». Em PROPP (Vladimir), *Morphologie du conte,* o.c., pp. 201-254, p. 221.

(54) Cfr. LÉVI-STRAUSS (Claude). «La Structure et la Forme. Reflexions sur un obrage de Vladimir Propp». Paris, 1960, 36 p., 22 cm. (Extracto de *Cahiers de l'Institut de Sciencie Économique appliquée,* (Serie M, n.° 7), N.° 99, Março, 1960).

(55) Lévi-Strauss inicia este artigo com as seguintes palavras: «Os partidários da análise estrutural em Lingüística e em antropologia som a miúdo acusados de formalismo. Isto é esquecer que o formalismo existe como umha doutrina independente de que, sem renegar o que lhe deve o estruturalismo, repara-se em razom das atitudes muito diferentes que as duas escolas adoptam cara o concreto». Lévi-Strauss, C.: «La Structure et la Forme...», o.c., p. 3.

(56) Refiro-me ao artigo: «The Structural Study of Myth». *Journal of American Folklore.* Vol. 68, n.° 720, X-XII, October-December, 1955. O artigo tem sido recolhido com o título «Structure des mythes» na versom original da obra do mesmo autor *Anthropologie Structurale.* Paris, Plon, 1958, pp. 227-255, obra da qual dispomos traduçom para castelhano.

veis de tomar o lugar de cada parte constitutiva. Por isso, ao aplicar o seu *método* ao estudo dos mitos, em lugar de escolher como objecto de estudo um só mito, escolherá o *conjunto de variantes* de um mesmo mito eliminando de um golpe o velho problema, em adiante superado, da visom «autêntica» ou «primitiva» do relato de tradiçom oral.

O método.

Lévi-Strauss pom em prática o seu método de análise estrutural escolhendo para exemplificá-lo o Mito de Edipo. O mesmo reconhece que nom é especialista do mito clássico e que se escolheu este mito para exemplificar o seu tipo de análise foi porque «oferece a vantagem de ser conhecido de todos os leitores». Mesmo se esforça por interpretar este mito, como el di, «à americana» orientándo-se sobre as particularidades dos mitos mais antigos dos Índios Americanos Povos, mitos aos quais Lévi-Strauss aplicou o seu método em grande detalhe nas numerosas análises que recolhem as suas grandes monografias teóricas consagradas aos problemas do pensamento primitivo, e à análise dos Mitos e da Gesta de Asdiwal (57).

O método de análise estrutural levistraussiano funciona, em síntese, como segue:

a) Descompor o relato mítico em segmentos narrativos resumidos em curtas frases.

b) Transportá-los sobre umhas fichas e compará-los. Verá-se entom aparecer trás a variedade de detalhe um certo número de «funçons» (Propp) que ele chamará «mitemas» (58). Cada «mitema» ou unidade constitutiva toma a forma de um sujeito mais um predicado, percebe-se igualmente que os «mitemas» tenhem um carácter de relaçom, quer dizer, que cada funçom ou qualificaçom é atribuída a um sujeito determinado.

c) Escrever os «mitemas» uns debaixo de outros. Obtém-se entom um quadro que se pode ler *horizontalmente* e *verticalmente* como umha partitura musical. Cada linha horizontal corresponde à leitura seguida, sintagmática, do relato. Cada coluna vertical permite compreender paradigmaticamente cada elemento do relato mostrando o que tem de comum com todos os demais elementos correspondentes da mesma coluna. Com efeito, as verdadeiras unidades constitutivas de mito nom constituem umhas relaçons isoladas mas uns «conjuntos» ou grupos de relaçons: e é só baixo forma de combinaçons de tais conjuntos que as unidades constitutivas adquirem umha funçom significativa.

d) Estabelecer um quadro parecido para cada umha das variantes do mito. Obtém-se entom um sistema de três dimensons que se pode ler de três manei-

---

(57) Cfr. LÉVI-STRAUSS (Claude). *La pensée sauvage.* Paris, Plon, 1962; LÉVI-STRAUSS (Claude). *Mythologuiques,* 4 vol. (1. «Le cru et le cuit»; 2. «Du miel aux cendres»; 3. «L'Origine des manières de table»; 4. «L'homme nu»), Paris, Plon, 1964, 1967, 1968, 1971. Dispomos de traduçom para castelhano desta obra em F. C. E.; LÉVI-STRAUSS (Claude). *La geste d'Asdiwal.* Anuaire de l'École práctique des Hautes Études, Section des Sciencies Religieuses, 1958-1959, pp. 3-47.

(58) Os «mitemas» som grandes unidades constitutivas que cumpre buscar a nível de frase.

ras: de esquerda a direita, de acima abaixo, de diante atrás. Comparando cada elemento com os elementos correspondentes de outras versons, e em particular, os enunciados das colunas verticais, entre eles 1 com 1, 2 com 2, etc., vê-se aparecer o que eles tenhem em comum, e obtenhem-se destarte umhas categorias opostas cada vez mais gerais e abstractas.

e) Estabelecer entom um quadro final para o conjunto de todas as versons, que se apresentará baixo a forma de muitas colunas homólogas entre elas e que compreendem cada umha um par de oposiçons lógicas.

f) Ordenar estas oposiçons lógicas numha série de tal forma que as variantes colocadas nas duas extremidades da série oferecem umha estrutura lógica mas inversa.

Relendo conforme este método as variantes do Mito de Edipo, Lévi-Strauss: a) primeiramente resume os principais acontecimentos do Mito de Edipo em frases o mais curtas possíveis; b) após isola da seguinte forma os «mitemas»: Cadmos busca Europa, a sua irmá arrebatada por Zeus / Cadmos mata o dragom / Os Espartanos exterminam-se entre si / Labacos, filho menor de Cadmos e pai de Laios significa «coxo» / Laios, pai de Edipo, significa «esquerda» / Edipo significa «pé inchado» / Edipo imola a Esfinge / Edipo casa com Jacoste, sua mai / Etéocles mata o seu irmao Polinices / Antígona enterra Polinices apesar da proibiçom de Creonte; c) a seguir dispom todos os mitemas em colunas colocando numha mesma coluna os que parecem constituir umha mesma funçom por pertencerem a umha mesma categoria mais ampla, e obtém destarte a seguinte estrutura:

1	2	3	4
CADMOS BUSCA SUA IRMÁ EUROPA			
		CADMOS MATA O DRAGOM	
			LABACOS = «COXO»
	OS ESPARTANOS EXTERMINAM-SE ENTRE SI		
	EDIPO MATA LAIOS (seu pai)		
			LAIOS = «ESQUERDA»
		EDIPO IMOLA A ESFINGE	
EDIPO CASA COM JACOSTE (sua mai)			
			EDIPO = «PÉ INCHADO»
	ETÉOCLES MATA SEU IRMAO POLINICES		
ANTÍGONA ENTERRA POLINICES (seu irmao, apesar da proibiçom do rei CREONTE)			

d) A seguir, comparando os mitemas de umha mesma coluna, Lévi-Strauss obtem as características de cada umha delas. Destarte:

— A coluna 1: Cadmos busca a sua irmá Europa, Edipo casa com Jacoste, sua mai, Antígona enterra Polinices, expressa «a sobreestimaçom», a hipertrofia das relaçons de parentesco.

— A coluna 2: Os espartanos exterminam-se entre si, Edipo mata Laios, seu pai, Etéocles mata Polinices, seu irmao, expressa «a subestimaçom» das relaçons de parentesco.

— A coluna 3: Cadmos mata o dragom, Edipo imola a Esfinge, personifica «a negaçom da autoctonia do homem» na medida em que se trata de umha vitória entre os monstros «chitons» que impedem aos homens nascer da terra e viver.

— A coluna 4: Os homens dos antepassados de Edipo indicam um defeito físico que impede caminhar direito, tem umha relaçom positiva a respeito da Autoctonia, na medida em que os homens que na mitologia nascem a partir da terra como as plantas, e nom a partir de um homem e numha mulher, nom chegam a caminhar durante os primeiros tempos (59).

Após esta análise, o sentido geral do Mito de Edipo vê-o Lévi-Strauss na impossibilidade para a humanidade que professa a crença na Autoctonia humana —como o fam aparentemente os gregos arcaicos e os índios americanos povos— de passarem desta teoria a reconhecerem o facto de que o homem nasce do homem e da mulher, portanto que «o mesmo nasce do mesmo e nom de um outro», que o «um» nasce de «dous».

---

(59) A 4.ª coluna compreende-se por referência aos diversos mitos que tratam da *Autoctonia* dos homens, quer dizer, do seu nascimento a partir da terra e nom a partir de um home e umha mulher. Estes mitos representam a miúdo aos homens, no momento da sua emergência, como ainda incapazes em andar.

Por outra parte, a coluna 1 é à coluna 2, como a coluna 3 é à coluna 4. A relaçom de *contradiçom* entre as colunas 3 e 4 é análoga à relaçom de contradiçom existente igualmente entre as colunas 1 e 2. Em cumprimento da sua tarefa legítima, liberar Tebas da Esfinge, Edipo comete o duplo crime de parricida e de incesto. As suas suas acçons, heroicas e criminais estám intrinsicamente relacionadas. Nascido nom da terra (coluna 4) mas de um homem e umha mulher (coluna 3), o neno é destinado a destruir seu pai (coluna 2) e ao substituir (coluna 1). Com tal procedimento, a contradiçom inicial é superada ou, melhor dito, reempraçada.

Pola sua parte, ao analisar o mito «zuñi» da origem e da emergência, estima Lévi-Strauss que está centrado sobre a contradiçom aparentemente absoluta entre a *vida* e a *morte*. As diferentes variantes do mito tendem à mediaçom progressiva deste par de termos opostos que nom admitem intermediário, substituindo-os por um par equivalente mas que admitem intermediário, e assim de seguido; com isto consegue-se que a oposiçom inicial dos termos polares vaia diminuindo mercê à intervençom de toda umha série de termos mediadores. A reproduçom do esquema de análise deste mito dos Índios Povo expressa perfeitamente esta mediaçom. No caso concreto deste mito obtem-se umha estrutura de mediaçom do tipo seguinte:

PAR	PRIMEIRA	SEGUNDA
INICIAL	TRIADA	TRIADA
VIDA	AGRICULTURA	HERBÍVOROS
	Caça	«animais carniceiros»
MORTE	GUERRA	PREDADORES

Temos em princípio, tal como se observa, as três categorias: Agricultura, a caça e a guerra. A guerra trai a morte; a agricultura mantém a vida. Mas a oposiçom entre AGRICULTURA e GUERRA admite um intermediário, a *caça* que é fonte de vida para o homem mas trai a morte do animal. Numha segunda versom do mesmo mito podem-se fazer as outras três categorias de: Animais herbívoros, predadores e «animais carniceiros». Os herbívoros som a agricultura como os predadores a guerra, mas a oposiçom admite um intermediário, os «animais carniceiros» que se alimentam de cadáveres mas nom os matam. É por isto que o coiote ou o corvo constituem a miúdo os heróis dos mitos dos Índios Povo. Enquanto os «animais carniceiros», jogam um papel de mediadores entre a oposiçom «a priori» irredutível entre a *vida* e a *morte*.

Esta contradiçom filosófica é irredutível, mas o mito oferece umha espécie de instrumento lógico que estabelece umha analogia entre dous —ou muitos— conjuntos de termos contraditórios. Como a experiência social prova que os dous termos da contradiçom moral *sobrestimaçom das relaçons de parentesco* —por exemplo, o incesto— e *subestimaçom dos mesmos* —por exemplo, o parricídio, o fratricídio— coexistem de facto, os dous termos da contradiçom filosófica, afirmaçom e negaçom da autoctonia devem de existir. Deste modo, a correlaçom entre as quatro colunas vai ser o meio original de superar a contradiçom assinalada sem tê-la resolvido, mas eludindo os problemas por substituiçom.

O mito terá por funçom subministrar um modelo lógico para superar por substituiçom a antinomia assinalada mas eludindo o problema, pois que este, que é real, fica forçosamente por resolver.

Desta e demais análises sobre os mitos, a gesta de Asdiwal e o pensamento primitivo, Lévi-Strauss tirará a conseqüência de que todos estes mitos obedecem a umha mesma lógica em qualquer cultura que apareçam e que em geral o pensamento humano procede de uns universais lógicos comuns a todos os homens. Estes universais aparecem mais claramente nos povos primitivos porque entre nós estám mais ocultos polas lógicas especiais agregadas pola nossa educaçom e cultura tecnológica avançada. Assim, quer neste quer em qualquer outro mito, trás o sentido evidente do mito (o relato sintagmático), Lévi-Strauss descobre um *nom sentido,* umha mensagem oculta num código (a estrutura paradigmática) consistente, tal como o expressa Simonsen, na *tomada de consciência de certas contradiçons indesejáveis,* de certos paradoxos e a tentativa feita por as resolver (60).

Se V. Propp nas suas investigaçons da especificidade genérica do conto maravilhoso examina sobretodo o relato analisando o seu desenvolvimento cronológico e, por conseguinte, a sintagmática, a fim de esclarecer a significaçom de cada sintagma no interior do tema dado, e só numha etapa posterior representada no livro *As raízes históricas do conto* (61) as funçons recebem umha interpretaçom etnográfica sobre o plano genético, Lévi-Strauss também aborda o aspecto narrativo seguindo a coordenada horizontal, mas de facto concentra toda a sua atençom nos «feixes de relaçons» e a sua significaçom simbólica e lógica. O seu modelo nom é linhal como o de Propp, e por isso, embora julga positivamente o trabalho de Propp *Morfologia do conto,* fará-lhe abundantes matizaçons e críticas que tampouco surprendem em absoluto dadas as diferenças de aproximaçom destes dous autores que buscam as soluçons a um problema seguindo caminhos diferentes: a via Formalista (V. Propp) e a via Estruturalista (Lévi-Strauss).

Um conhecimento dos trabalhos fundamentais de Lévi-Strauss permite compreender a especificidade do seu contributo ao estudo do Mito, a força

---

(60) Cfr. SIMONSEN (Michèlle). *Le conte populaire française.* Paris. Presses Universitaires de France, 1981., p. 111.
(61) Cfr. PROPP (Vladimir). *Las raíces históricas del cuento.* Madrid, Fundamentos, 1987 (1.ª ed. 1972).

e a debilidade da sua metodologia estrutural. Lévi-Strauss considera o mito como um instrumento da lógica primitiva e é polo qual apesar das úteis consideraçons sobre o método de análise estrutural, os seus estudos concretos representam umha análise da estrutura do pensamento mítico, e *nom do relato mítico,* que ao fim e ao cabo é do que os autores até agora enumerados tratam.

C. *A aproximaçom semántica: Algirdas J. Greimas.*

A. J. Greimas, pola sua parte, aceita a leitura de Lévi-Strauss sobre os mitos que el estenderá explicitamente ao «conto maravilhoso». Na análise sobre a interpretaçom dos mitos (62) Greimas prossegue a análise dos «mitemas» descompondo-os pola sua vez em conjunto de «semes» (63). Pola sua parte, na sua análise sobre o conto maravilhoso (64), o autor junta a esta leitura paradigmática, outra inspirada em Propp e na qual se fai umha revisom dos esquemas Proppianos. Será da superposiçom destas duas leituras que segundo este autor surge o sentido do conto.

Indicarei só que para A. J. Greimas, o conto é a posta em cena de contradiçons, de eleiçons impossíveis e insastifactórias, o mesmo que para Lévi-Strauss era o mito. Ao final das suas análises, Greimas oferecerá umha divisom muito particular dos contos, classificando-os em:

a) Contos do presente aceitado: Tenhem como ponto de partida a constataçom de umha ordem existente que ultrapassa o homem e a necesidade de justificar e explicar essa ordem. A mediaçom do relato consiste em «humanizar o mundo», em dar-lhe umha dimensom individual e acontecimentual.

b) Os contos de ordem presente rejeitados: Neles a ordem existente é considerada como imperfeita, o homem como alienado, a situaçom como irreversível. O esquema do relato projecta-se entom como um arquétipo de mediaçom, como umha promessa de salvaçom; cumpre que o homem, o indivíduo tome ao seu cargo a sorte do mundo e que o transforme por umha sucessom de luitas e provas (65).

As investigaçons de A. J. Greimas, nom obstante exigir correcçons na opiniom de Melitinski (66), ou a sua divisom dos contos apresentada na opiniom de Simonsen «ser umha generalizaçom pouco segura» (67), a verdade é que inspirárom e seguem a inspirar muitos trabalhos nas investigaçons actuais que tratam de descobrir as leis de umha gramática narrativa universal, quer dizer, de umha matriz geral das articulaçons do relato de transmissom oral.

---

(62) Cfr. nomeadamente: «La mitología comparada», in GREIMAS (Algirdas Julien). *Du Sens. Essais Sémiotiques.* Paris, Ed. Seuil, 1970, pp. 117-134, in ID: *Su Sens...,* o.c., pp. 185-230.

(63) «Semes» - Traços distintivos de significaçom.

(64) Concretizadas nos artigos intitulados: «Reflexiones sobre los modelos actanciales», in Greimas (Algirdas Julien). *Semantique Structurale. Recherche de méthode.* Paris, Larousse, 1966, 263 p., pp. 172-191; «A la búsqueda de los métodos transformacionales», in ID. *Semantique Structurale...,* o.c., pp. 192-221; e «La colecta del miedo», in ID.: *Du Sens...,* o.c., pp. 231-242.

(65) Cfr. Sobre o expressado: GREIMAS (Algirdas Julien). *Semantique Structurale...,* o.c., pp. 112-113.

(66) Cfr. MELETINSKI (Eugéni). *L'étude Structurale...,* o.c., in PROPP (Vladimir). *Morphologie du conte...,* o.c., p. 230.

(67) SIMONSEN (Michèlle). *Le conte populaire français...,* o.c., p. 123.

d. *Aproximaçom psicanalítica: Bruno Bettelheim.*

Exprimirei também que ademais de para os filólogos, etnólogos e lingüistas, a mitologia e o folclore constituírom um material privilegiado de estudo para os psicanalistas. Tanto a profundidade das análises como nas formas de aproximaçom ao tema variam muito. Aqui deixamos fora a aproximaçom clínica, o mesmo que a aproximaçom teórica e diremos só umhas palavras da aproximaçom texto-analítica que aborda o estudo dos contos entanto tais, tratando de dilucidar o seu sentido com ajuda dos conceitos psicanalíticos.

Esta aproximaçom texto-analítica está representada, à margem do seu fundador S. Freud, de quem todos os seus continuadores colhem os instrumentos de estudo postos a ponto por el, por Otto Rank (68), Karl Abraham (69), Teodor Reik (70) para os mitos, e por Geza Roheim (71) e Bruno Bettelheim para os contos (72). Só me fixarei um pouco sobre este último, professor na Universidade de Chicago, hoje retirado, dado que o seu livro *Psicanálise dos contos de Fadas* distingue-se dos outros livros sobre o mesmo tema, em que trata de ver que efeito produz o conto sobre o neno que o escuita. De outra parte, este autor conhece muito bem as colecçons de contos europeus o mesmo que os trabalhos dos folcloristas.

Na obra mencionada, Bettelheim fai umha crítica ao veto posto aos contos maravilhosos por parte dos educadores modernos sob o pretexto de que dam umha imagem traumática e falsa da realidade. Na realidade acontece todo o contrário segundo o autor. A sua opiniom é que estes contos nom só aportam umhas ensinanças muito úteis ao neno e nada traumáticas, senom que mesmo os tranquiliza ao lhes evidenciar que os próprios fantasmas a primeira vista violentos, nom som nem únicos nem monstruosos. Em expressom do autor, os contos «contribuem de umha forma importante e positiva ao crescimento do neno» (73).

VI. APRESENTAÇOM DE UMHA SELECÇOM DA COLECÇOM E ALGUMHAS CONSIDERAÇONS GERAIS À MESMA

Em base às orientaçons que tenho explicitado na primeira parte, creio que evitaríamos um número de repetiçons e mesmo as confusons que aparecem nalguns estudiosos deste tema, se utilizássemos para classificar os nossos contos populares de tradiçom oral o modelo de classificaçom que nos pro-

(68) RANK (Otto). *Contributions psychanalytiques à l'étude des mythes.* 1922; ID: *Le Mythe de la naissance du heros.* Paris, Payot, 1983.

(69) Cfr. ABRAHAM (Karl). *Rêve et mythe.* 1909.

(70) Cfr. REIK (Theodor). *Mythe et culpabilité: crime et chantiment de l'humanité.* Paris, P.U.F., 1979. (Bibliotheque de Psychanalyse).

(71) Cfr. ROHEIM (Géza). «Psycho-Analisis and the Folk-Tale». *Journal of the Royal Anthropological Institute,* III, 1922, pp. 180-186.

(72) Cfr. BETTELHEIM (Bruno). *Psychanalise des contes de féés.* Paris, Ed. Robert Laffont, 1976. Existe versom em espanhol em Ed. Crítica, Barcelona, 1977.

(73) BETTELHEIM (Bruno). *Psychanalise de contes...,* o.c., p. 23.

ponhem Aarne-Thompson na sua classificaçom universal de contos-tipo. Estou-me a servir do índice geral que apresenta a obra para organizar a *colecçom de contos* que me proporcionárom nos três anos últimos um bom número de «contadores» residentes nas nossas paróquias e aldeias ourensanas e que se conservam no Arquivo do «Laboratório Ourensano de Antropologia Social».

Umha selecçom de 100 contos extraídos desta colecçom para elaborar esta segunda parte e a sua organizaçom de acordo com o esquema proposto por Aarne-Thompson, é a seguinte:

	N.º DE CONTOS SELECCIONADOS
I. OS CONTOS DE ANIMAIS:	
Ciclo do lobo	14
Ciclo do raposo	15
Ciclo «outros animais»	6
II. OS CONTOS PROPRIAMENTE DITOS:	
Ciclo Contos maravilhosos	8
Ciclo Contos legendários	7
Ciclo Contos de religiosidade popular	10
Ciclo Contos épicos	7
III. OS CONTOS DIVERTIDOS E CHISTOSOS:	
Ciclo histórias sobre temas matrimoniais	8
Ciclo histórias sobre mulheres que tentam casar	2
Ciclo histórias sobre homens a quem se lhes atribuem umhas características e pretensons especiais	6
Ciclo histórias sobre curas, pessoas e acontecimentos relacionados com eles	6
Ciclo contos sobre outros grupos de pessoas	6
IV. OS CONTOS FÓRMULA	6

Por se tratar de um esquema aberto, a medida que nos aparecem mais dados de campo, é fácil situá-los no seu lugar correspondente perfeitamente contextualizados.

Como se pode observar, o sector mais numeroso desta selecçom é o que corresponde aos *Contos de animais,* compreendendo 35 relatos. Mas nom se trata do sector da colecçom que conta com o número de relatos mais elevados; essa maior quantidade de relatos seleccionados deve-se só a que nos serám necessários para os posteriores comentários que fagamos deles.

A selecçom apresentada de *Contos propriamente ditos* já é menor. Trata-se de 25 contos na sua maioria conservados em fita gravada polos contadores. A respeito do *Ciclo contos maravilhosos,* do qual fôrom recolhidos só 8 relatos, de acordo com os contributos legados por V. Propp pudemos descobrir neles algumhas características que nos parecem de interesse mencionar, a saber:

a. A personagem central do relato é apresentada pola tradiçom como um herói-vítima cujo afastamento do fogar se deve a ser um filho ilegítimo, um órfao, ou bem a um rejeitamento do fogar paterno, ou objecto de um rapto do agressor, etc.

b. Em vários deles, a transgressom da proibiçom que recai sobre os protagonistas chega a ser severamente castigada, como acontece naqueles intitulados: «A fita encantada», «Isabelinha e a fada moura», etc., e no melhor dos casos, a transgressom da proibiçom implica a perda de todos os prémios que aportariam um fiel cumprimento do mandato, geralmente concretizados em ouro, isto é, em dinheiro do qual sempre estivérom carentes os nossos camponeses «contadores» ourensanos.

c. Também os nossos contos apresentam ao *Doador* do objecto mágico como umha mulher velha que pode ser umha «moura» (nuns), umha «mulher velha» (noutros), ou simplesmente umha «velha» sem especificar (noutros).

d. De umha visom de conjunto dos mesmos —dos seleccionados e daqueles sem estruturar ainda— deduze-se umha constante preocupaçom —fortemente enraizada na nossa tradiçom oral— por fazer triunfar os espíritos débeis sobre os fortes, a bondade sobre a maldade. Esta ideia firmemente exposta em todos eles, aparece-nos ainda mais explícita naqueles que os contadores intitulárom: «A gaita encantada do Roquinho» ou «A nena orfa». etc.

A respeito do *Ciclo contos legendários,* dos quais aparecem seleccionados sete relatos e do *Ciclo contos de religiosidade popular,* de que temos seleccionado dez relatos, aparecem-nos em quase todos eles, as vicissitudes de Jesus, a Virgem, ou os Santos sobre a terra. Apresentam-no-los pedindo cousas ou demandando hospitalidade e premiando ou castigando segundo a natureza negativa ou positiva da resposta. Quando aparecem Jesus-Cristo ou a Virgem nos relatos, a tradiçom oral apresenta-no-los como uns desconhecidos e pobres; e no que diz a respeito de Jesus-Cristo, a nossa tradiçom oral costuma apresentar-no-lo como um ser humano que recompensa muito positivamente o bom comportamento, mas que também castiga o mau.

De outra parte, naqueles contos em que se pede hospitalidade resulta difícil distingui-los das legendas etiológicas. Dispomos de um bom número de relatos em que se nos explica a formaçom de um lago, de um lugar, como sendo devidos ao castigo de umha falta de hospitalidade ou de caridade cara

---

(74) Com efeito, quando se observa a produçom galega do último meio século sobre o sector «A literatura tradicional oral» mui pronto nos dá a impressom de que apenas si se tem superado o que já V. Risco nos aportou em 1928 no seu «Ensaio d'un programa pr'o estudo da Literatura popular galega» (NOS, N.º 56, 1928, pp. 142-155). Quer o seu desenho organizativo do material recopilado quer os seus comentários ao mesmo, irám-se repetindo mais ou menos ocultamente durante o meio século que nos separa daquela magistral —para entom— conferência. E se nos referimos, mais especificamente, ao conto popular de tradiçom oral, o esquema metodológico de Risco de organizaçom do material sobressai sobre qualquer outro grupo que se poda utilizar; facto que contribui a apoiar a ideia de que nom se quijo, ou sabido, avançar no estudo científico do género a partir das bases propostas naquela data por el. No estado actual da investigaçom mais que continuar assumindo que «a y-alma galega na literatura popular, é tema doado para tratar líricamente, mais imposible po-lo d'agora de tratar científicamente» («Ensaio d'un programa...», o.c., p. 142) precisamos reiniciar a tarefa do seu estudo científico na actualidade já possível e urgente de realizar.

(75) Omitimos neste esquema os epígrafes da obra dos quais nom dispomos neste momento expoentes seleccionados de «contos populares de tradiçom oral» com que exemplicá-los.

um pobre desconhecido que nom é outro que Jesus-Cristo, ou a Virgem. Em tais casos a realidade fai-se complexa porque ao lado de puras legendas etiológicas locais aparecem-nos outras narraçons (contos) que menos polarizados pola sua funçom etiológica, introduzem uns motivos milagrosos em que se fai claramente manifesta a natureza divina de Cristo, da Virgem, ou dos Santos.

Com relaçom à selecçom apresentada d'*Os Contos divertidos e chistosos,* fôrom escolhidos principalmente para identificar os principais epígrafes do Índice Aarne-Thompson; e, por último, também fôrom seleccionados do conjunto da colecçom seis relatos que a tradiçom oral utilizou para nos propocionar uns bons conselhos práticos, ou com o propósito de nos transmitir umhas ilustrativas ensinanças; som os denominados por Aarne-Thompson «contos fórmula».

VII. APRESENTAÇOM DO SECTOR «CONTOS DE ANIMAIS» DA SELECÇOM

Após estas consideraçons de carácter geral sobre o conjunto dos contos seleccionados da nossa colecçom de contos disponíveis, vou retornar ao sector d'*Os contos de animais* a fim de os observar um pouco mais detidamente para descobrir aqueles elementos constantes que aparecem na sua organizaçom interna. Dada a dificuldade que implicaria a apresentaçom das versons completas dos relatos, limitarei-me a apresentar tam só os temas evocados em cada um deles, o que nos será suficiente para prosseguir o nosso comentário. Eis, nas Tabelas de dados, a relaçom desses temas evocados:

ESQUEMA-RESUMO DA COLECÇOM «CONTOS DE ANIMAIS» DE TRADIÇOM ORAL RECOLHIDOS EM OURENSE

Classe	Sub-classe	TÍTULO	N.º col.	TEMA
CONTOS DE ANIMAIS	a) CICLO DO LOBO	O lobo e o raposo	1	O lobo e o raposo vam cavar ao monte e levam mel para comer. Simulando ir a três baptismos o raposo consegue comer todo o mel. Novo engano que monstra culpável ao lobo.
		O lobo e o raposo	2	O lobo e o raposo buscam comida. Na leira de patacas o lobo come a rama e o raposo as patacas; na leira de centeo o lobo come as raízes e o raposo as espigas.
		O lobo e a raposa	3	O lobo e a raposa vam aos peixes ao rio. Ao lobo toca-lhe arrastar a cesta com as pedras que deposita a raposa, enquanto esta come os peixes. Novo castigo.
		O lobo e a raposa	4	Por mandato do raposo o lobo baixa a um poço por um troço de carne. Depois de comê-la quer sair, mas nom pode. A raposa nega-lhe a ajuda e morre no poço.
		O lobo e raposa	5	Lobo e raposa proponhem-se roubar comida. A raposa logra roubar manteiga e o lobo nada. Ponhem-se a prepará-la e a raposa consegue enganar o lobo para comê-la ela só.
		O lobo e a raposa	6	O lobo propom-se comer um boi a um labrego. A raposa ajuda ao labrego a liberar-se do lobo a cámbio de umha rolada de pitos. Mas o home em vez de dar-lhe os pitos, botará-lhe os cans.
		O lobo, as ovellas mais e filha	7	O lobo propom-se comer umha ovelha que pastava com sua mai. A ovelha mai consegue enganar ao lobo e livrar do perigo à cria metendo-a na corte.
		O lobo, a ovelha e a anhinha	8	Repetiçom do tema anterior. Depois, o lobo tenta enganar à ovelha sem consegui-lo.
		O lobo e os sete cabritos	9	O lobo aproveita a ausência da mai para comer-lhe os cabritos. À volta da viagem a cabra mai logra tirar-lhe da barriga os cabritos metendo-lhe pedras no seu lugar. O lobo morrerá a causa das pedras.
		Os lobos, o carneiro e o gato	10	Um carneiro e um gato vam caminho de Roma cumprindo umha promessa de confissom. Durante o trajecto conseguem matar um lobo, apoderar-se da casa dos lobos e livrar-se deles utilizando diferentes estratégias.
		O lobo pelado	11	O lobo propom-se comer um home mas o home consegue livrar-se por meio de umha falsa promessa. Novo intento ajudado por outros lobos e novo engano.
		O lobo, o burro e o home	12	O lobo que se crê o animal mais valente do mundo escuita um burro que lhe di que o mais valente é o home. O lobo pom-se a buscar un home e topa primeiro com um neno que lhe confirma a sua crença, e logo com um home adulto que lha refuta pondo-o a bom recato.
		O lobo e a arma mais temível	13	O lobo vai ser objeto de umha caçada por parte da gente do povo, trata de saber a perigosidade do «pénis», única arma da qual nom conhece o perigo. Quando se inteira, marcha-se assustado.
		O muinheiro que acha o lobo e demais animais	14	O lobo e outros animais vam-se achando com um muinheiro caminho do muínho. Os animais pedem-lhe que os leve com el ao que acede voluntarioso. Os animais cumprem obedientemente os mandatos do muinheiro e este depois de servir-se deles, paga-lhes com castigos, e até com a morte.
	b) CICLO DO RAPOSO	A raposa e a cigonha	15	A raposa convida a sua comadre cigonha a cear e consegue enganá-la depositando a comida num recipiente vantajoso para a raposa; mas a cigonha devolve o convite e consegue vingar-se duplamente da raposa.
		A raposa e a cigonha	16	A raposa aceita o convite da comadre cigonha de irem a umha boda ao céu. A cigonha deixa caír desde o alto à raposa.
		A raposa e a cigonha	17	Variante do conto n.º 15, no qual agora se especifica o tipo de perfia empregado pola cigonha, além da classe de comida (umhas papas).
		A raposa e a cigonha	18	Variante do conto n.º 15, no qual se especifica o tipo de perfia favorável a cada protagonista: um penedo (raposa), um tarro estreito (cigonha).
		A raposa e o corvo	19	A raposa aceita o convite de um corvo a umhas bodas ao céu. O corvo deixa caír desde o ar a raposa.
		A raposa e o galo	20	A raposa topa com um galo num caminho e tenta comê-lo. O galo mediante umha falsa promessa consegue enganá-la e salvar-se.
		A raposa e o galo	21	A raposa entra num galinheiro e rouba o galo. Este fai-lhe pronunciar umhas palavras e consegue soltar-se da boca voando até um carvalho. Novo intento de caçá-lo por parte da raposa, mas a notícia da chegada duns cans fará marchar à raposa, quedando o galo livre.

Classe	Sub-classe	TÍTULO	N.º col.	TEMA
CONTOS DE ANIMAIS	b) CICLO DO RAPOSO	A raposa e o pito	22	A raposa pilhou um pito numha eira. O pito fai falar à raposa e consegue sair da boca voando até a ponta de um pinheiro.
		A raposa e o sapo	23	A raposa e um sapo sementam num monte mainço. Quando reparte o fruto a raposa propom-lhe levar a palha em lugar do grao. O sapo nom aceita e a raposa fai-lhe outra proposta que considera vantajosa para ela. O sapo aceita a proposta e, servindo-se da sua astúcia logra enganar a raposa conseguindo que o reparto lhe seja favorável.
		A raposa e o sapo	24	A raposa e um sapo fam umha aposta. O sapo por meio de umha trampa consegue ganhar-lhe a carreira à raposa.
		A raposa e o sapo	25	Variante do conto n.º 24, no qual agora o lugar da carreira é um campo.
		A raposa e o sapo	26	Variante do conto n.º 24, no qual agora o lugar da carreira, situa-se num monte, e a raposa morre de cansaço.
		A raposa e o labrego que que queria acabar com o lobo	27	A raposa ajuda a um labrego a matar o lobo mediante a promessa de umha recompensa. O labrego umha vez servido, em lugar de dar-lhe a recompensa, botou-lhe os cans.
		A raposa e a cobra	28	A raposa ajuda um home a livrar-se de umha perigosa cobra. Umha vez servido o home, em vez de pagar-lhe o estabelecido, bota-lhe os cans.
		A raposa e o leom	29	A raposa e um leom proponhem-se comer um falso queijo que vem num poço. A raposa baixa primeiro e comprova que nom há tal queijo. Servindo-se da sua astúcia fai baixar o leom ao poço como meio de sair ela. O leom morrerá no fundo por nom poder sair.
	c) CICLO «OUTROS ANIMAIS»	O rato do campo e o da cidade	30	Um rato do campo convida um rato da cidade a passar umha temporada com el. O excesso de confiança do rato do campo é a causa de ser pilhado polo gato, enquanto o rato da cidade, mais vigiante, logra escapar.
		O rato do monte e do muínho	31	Variante do conto n.º 30, no qual os protagonistas som agora um rato do muínho e outro do monte, sendo o rato do muínho o caçado.
		A tartaruga e a lebre	32	Umha tartaruga e umha lebre vam numha carreira. A tartaruga, mais constante, ganha.
		A tartaruga, o leom e o cavalo	33	Umha tartaruga, um leom e um cavalo tratam de ir por água para saciar a sede. As bestas maiores tentam mandar o pequeno animal, mas este, fazendo ouvidos surdos, consegue nom ir.
		O sapo e a pega	34	Um sapo e umha pega ponhem-se a transportar um pinheiro. A pega vai comodamente instalada numha pola, enquanto o sapo transporta a ambos.
		A formiga e o merlo	35	Um merlo famento vai pedir-lhe comida a umha formiga. A formiga em vez de atendê-lo, recrimina-o.

Logicamente, numha província predominantemente rural e montanhosa como é a de Ourense, desde sempre dedicada ao cultivo agropecuário nos vales e abas dos montes; ao cuidado das suas aves de curral ao redor das suas casas, do seu gado bovino nos campos, prados e chouças, e do ovino e equino nos sectores de altitude mediana e elevada dos seus montes, o lobo e o seu constante competidor, o raposo, erigem-se como os dous protagonistas básicos deste sector da literatura popular relativo aos contos de animais e contos cujos protagonistas principais som animais.

Mas quigera centrar a atençom no papel que a tradiçom veu atribuindo a estes protagonistas, e como tal papel nom é fruto de umha disposiçom ao azar no desenvolvimento do relato. Muito polo contrário, as suas personagens e papéis assinalados aparecem dispostos de um modo fixo, inalterável. As personagens do relato, sejam selvagens ou domésticos, terráqueos ou voadores, humanos ou animais, pequenos ou grandes, todos aparecem como fixados no interior de umha estrutura fixa de acçom, e cujos papéis atribuídos

a cada um, de nengumha maneira som transmutáveis seja qual for o tema do relato em questom.

Se passamos a observar a forma na qual se encontra organizada a estrutura interna dos que entram neste sector de contos de animais seleccionado da colecçom, nota-se como todos os relatos incluídos no sector, apresentam-se organizados sobre a base de um esquema único e muito simples que se emprega sempre igual, isto é, de umha maneira inalterável, fixa: *Trata-se, muito freqüentemente, de umha trampa pondo em cena dous actores: o enganador e o enganado.* Esta trampa desenvolve-se de maneira imutável segundo um sistema de oposiçom binário. O enganador é sempre o ser fisicamente débil mas intelectualmente dotado e o enganado é, polo contrário, forte más estúpido. A esta vem a somar-se-lhe umha nova oposiçom: animal doméstico oposto a animal selvagem. Assim, os contos valorizam-nos a inteligência e a domesticaçom e denigram a força brutal e a «selvajaria». É esta umha das essenciais mensages que nos oferecem.

Esta é umha primeira leitura que podemos fazer dos nossos contos e que aparece do todo clara para quem saiba lê-la. Vejamo-la nestes relatos do sector relativo aos contos do *Ciclo do Lobo* e do *Ciclo do Raposo.*

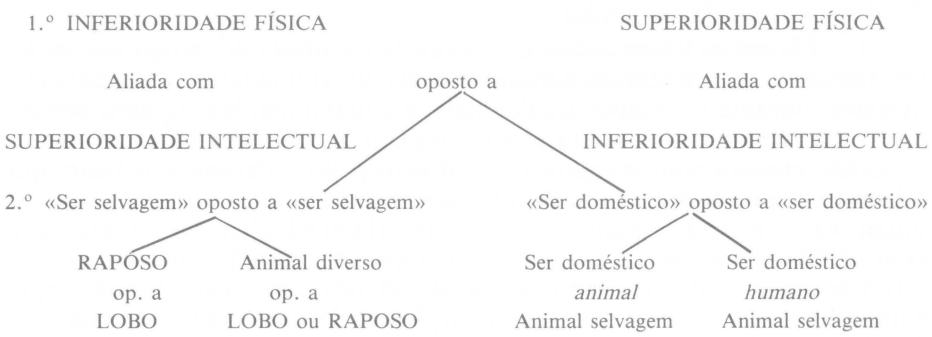
—Nos nossos contos de Ourense o animal selvagem por excelência é o *lobo,* ao qual se opom o *raposo* quando ambos os dous se encontram na trama do conto. Nestes casos, o lobo é apresentado como o mais forte mas também como o mais torpe, enquanto o raposo aparece-se-nos como mais débil e mais listo. De outro lado, o lobo é o «selvagem» enquanto o raposo é o equivalente a «doméstico». Disto segue-se que o lobo sempre será enganado polo enganador raposo, ou por qualquer outro animal doméstico da espécie que for. Isto deve acontecer por conformaçom ao princípio de oposiçom binária, e assim acontece.

—Mas o panorama muda por completo quando passamos a observar os relatos do ciclo do raposo e é agora este animal o que se encontra com os outros na trama do conto. A sua anterior debilidade e inteligência transformárom-se agora em fortaleza e torpeza; a sua precedente domesticidade transforma-se agora em «selvagismo». Ao ter que se ajustar ao esquema único enumerado da organizaçom interna do relato, este animal que sempre saía vencedor nos seus encontros com o lobo em todas as aventuras que relacionam ambos tratando de calmar as suas fames felinas sempre renascendo e nunca satisfeitas, será agora vítima dos mais pluriformes enganos das suas vítimas preferidas (galinhas, polos, galos), de promessas incumpridas polos seres humanos desagradecidos (homens).

—É em base a este esquema bipolar identificado, que também no ciclo de contos aparecem na trama do relato «outros animais» relacionados, as tartarugas permitem-se desobedecer os mandatos de leons e cavalos, ou bem ganhar as carreiras às velozes lebres, e de igual modo que um preguiçoso e lento sapo se imporá à ágil e veloz raposa nas suas carreiras com aposta por meio.

Partindo do que até agora se leva expressado sobre este sector de contos seleccionados da nossa colecçom, já dispomos dos suficientes dados para que

fique logrado o 2.º objectivo que nos propúnhamos: *O descobrimento dos princípios básicos que aparecem organizando e contendo a trama interna discursiva deste sector de contos populares de tradiçom oral da província de Ourense.* Tais princípios organizativos do conteúdo semántico que se detectam por detrás do relato manifesto ou explícito, podem ficar constatados de um modo muito sintético no seguinte esquema-resumo:



Sobre a base destes princípios de oposiçom semántica binária ao que comprovamos aparecem submetidos os nossos contos de animais —os apresentados e os demais disponíveis—, a nossa inventiva popular pudo permanentemente trabalhar, criar, transmitir, transformar.

VIII. A MENSAGEM CULTURAL DA SELECÇOM DE CONTOS DE ANIMAIS: O CICLO DO LOBO

O investigador social e, em especial, o Antropólogo, ao tempo que deve de procurar o estudo da estrutura sintagmática do conto popular de tradiçom oral descompondo-o nas suas partes constitutivas com ánimo de descifrar a sua estrutura discursiva tal como recomenda o formalista Propp, ou de preocupar-se do seu estudo paradigmático tentando descobrir o conjunto de variantes de um conto susceptíveis de tomar o lugar de cada parte constitutiva da qual as demais som variantes, para conseguir umha mais ampla compreensom do conto, do modo que sublinha Lévi-Strauss, deverám interessar-se ademais, tal como temos ensaiado fazer aqui, por delimitar aqueles princípios estruturais que aparecem organizados e sustendo a trama interna de um sector ou um conjunto de contos populares relacionados, assim como de relacioná-los com o contexto em que se conservam tentando desvendar a mensagem que a colectividade que os legou nos quijo transmitir por meio deles. A busca desta mensagem é a tarefa que me proponho nesta última parte deste trabalho.

Umha busca eficaz dessa mensagem que o grupo dos contos seleccionados trata de nos transmitir por meio deles, implicaria a análise exaustiva das circunstáncias e das personagens que intervenhem na elaboraçom, conserva-

çom e transmissom dos relatos, e umha tarefa de tal natureza cai fora de propósito e margens de espaço deste trabalho.

Limitarei-me portanto a esboçar o caminho a partir dos contos seleccionados que constituem o denominado «ciclo do lobo», por ser este o nosso animal selvagem mais típico e como tal o protagonista de numerosos contos e portador de um bom conjunto dos elementos de cultura que a tradiçom oral nos quijo transmitir servindo-se del. Eis os primeiros resultados deste ensaio de abrir-se caminho ao andar.

1.º Fôrom os testemunhos que levamos escuitado do perigo que os lobos famentos representárom para os animais dos camponeses, e até para eles mesmos, durante os tempos tradicionais; e como animais e homens presentem a sua proximidade mesmo sem tê-los visto já que quando passam perto, di-se-nos, embora nom se vejam «eriçam-se os pelos». Perante este facto, que nos foi transmitido mui a miúdo polos nossos informantes e que nos amostra umha situaçom tradicionalmente real, pareceria-nos lógico que a nossa tradiçom oral apresentasse ao popular lobo como um animal astuto e cruel, ao estilo de como o fai a tradiçom escrita nas versons, por exemplo, de Carapuchinha Vermelha de Pierrot e de Grimm. Nom obstante, nada mais longe de fazê-lo assim. Em todos os contos que dispomos mesmo os seleccionados apresentados nos quais nos aparece como protagonista, nom há nada de feroz no animal. Muito polo contrário, a nossa tradiçom oral recria-se apresentando-no-lo como um ser repetidamente enganado como revelam os contos 1 e 2 (76) da colecçom; como um ser servil tal como fam os contos 1 e

---

(76) Conto N.º 1: *O lobo e o raposo:*

Um dia o lobo e mailo raposo fôrom cavar ao monte, e levárom umha ola de mel para comer ao rematar o trabalho. Cando se puxérom a trabalhar díxo-lhe o raposo ao lobo:
—Oes oh! chamaróm-me para assistir a um bautizo.
—Pois si te chamárom vai, diixo-lhe o lobo.

O lobo quedou cavando mentras o raposo em vez de ir ao bautizo foi-se comer o mel, já que o bautizo era umha mentira. Cando voltou ao trabalho preguntou o lobo:
—Eh oh!, e logo como lhe puxérom?
—Empezadinho, contestou-lhe o raposo.

Continuárom trabalhando, e dentro dum cacho volveu-lhe a decir o raposo:
—Oes ho! vinhérom-me chamar para outro bautizo.
—Pois se te chamárom, vai, volveu contestar o lobo.

Entom o raposo voltou comer outro chisco de mel e cando regressou ao trabalho o lobo preguntou-lhe:
—Eh oh! e logo como lhe puxestes?
—Medianinho, dixo-lhe o raposo.

Seguírom cavando de novo pero o nugalham do raposo volveu-lhe decir ao lobo:
—Sabes oh! vinhérom-se chamar para outro bautizo.
—Pois nom os fagas esperar, contestou-lhe o lobo.

E o raposo foi outra vez todo contento comer o mel hasta que o acabou. Cando voltou, o lobo dixo-lhe:
—Eh oh! e logo agora como lhe pugérom?
—Acabadinho, contestou-lhe o raposo.

Cando acabárom de trabalhar marchárom os dous a comer o mel pero atopárom-se a ola vacia. Entom o rapoxo dixo-lhe ao lobo:
—Ai condenado!, lambom! e comiche-lo mentras eu fum aos bautizos.
—Disso nada larpeiro, fuches tu quem vinheches cando dixeches que ias aos bautizos.
—Pois, imos fazer o seguinte, contestou-lhe o raposo. Deitémo-nos a ver a quem lhe suda o traseiro; porque aoque lhe sude o traseiro foi quem comeu o mel.

E deitarom-se os dous, pero como o lobo etava moi cansado de trabalhar quedou-se dormido decontado. Ao ver que dormia foi o raposo mejar-lhe no traseiro ao lobo, e despois de meja-lo despertou-no e dixoilhe:
—Eh oh! mira a quem lhe suda o traseiro.

E assim foi como logrou enganha-lo. (Contado por D. Benito Blanco; Santa Cristina de Vilarinho (Pereiro de Aguiar), ano 1985).

Conto N.º 2: *O lobo e o raposo:*

Dumha vez saírom juntos o lobo e o raposo a buscar comida. Chegárom a umha finca de patacas e o raposo dixo-lhe ao lobo:

—Tu comes da terra para riba e eu da terra para baixo.

O raposo fartou-se de comer patacas e o lobo cando estaba farto de rama dixo-lhe:

—Pero tu enganháches-me.

Entom o raposo levou-no a umha terra de centeo e dixo-lhe:

—Bueno pois agora para que nom rifes, ti come da terra para baixo e eu da terra para riba.

E foi assi como o zorro conseguiu enganhar outra vez ao lobo. (Contado por D. Alexandre. Santa Maria de Vilar de Vacas (Cartelhe) ano 1985).

3 (77), em que vê bem quedar trabalhando duramente enquanto a raposa se vai de baptismos, ou arrastar-lhe a cesta cheia de pedras enquanto a sua «amiga» raposa se enche de peixes; e como um ser obediente, conformista e até massacrado por qualquer outro ser menos selvagem ca el, como nos amostram com fidelidade os contos 4, 5, 6, 10, 12, 14 (78) e outros que se recolhem

---

(77) Conto N.º 3: *O lobo e a raposa:*

Umha vez era um lobo e umha raposa que eram moi amigos. E entom a raposa dixo-lhe ao lobo:
—Oiches, imos aos peixes ao rio.
—Bueno pois vamos —contestou o lobo.
Entom fôrom e cumha cesta pugérom-se colher os peixes. Entom a raposa dixo-lhe ao lobo:
—É melhor que atemos a cesta ao teu rabo porque é grande, e os peixes que vaiamos atopando vou-nos botando eu na cesta.
—Bueno, já esta, até logo —dixo o lobo.
Pero a raposa todos os peixes que atopava iba-os comendo e as pedras botava-as na cesta. Chegou um momento que a cesta estava tam chea de pedras que o lobo nom se podia mover. Entom o lobo dixo:
—E moito pesam os peixes, moi grandes devem ser.
—É que som moi grandes, respondeu a raposa.
Nestes intres ela saíu do rio e escomenzou a chamar aos vezinhos decindo-lhes:
—Vecino, que haceis, que pensais, el lobo está comiendo vuestros peces en el río».
Entom os vezinhos fôrom ali todos correndo e matárom ao lobo. (Contado por Doña Justa. Santa Maria de Vilar de Vacas (Cartelhe), ano 1985).

(78) Por razons de espaço só incluimos três: Conto N.º 4: *O lobo e a raposa:*

O lobo e a raposa fôrom a um poço donde havia um troço de carne. Entom o lobo dixo-lhe à raposa:
—Baixa e colhe a carne.
—Eu nom baixo, baixa ti, dixo-lhe a raposa.
Foi o lobo, baixou ao poço e comeu a carne. Despois que acabou dixo-lhe à raposa:
—Da-me umha mam que vou subir.
Entom a raposa respondeu:
—Si foras honrado como es bárbaro, miravas a salida antes da entrada.
E lobo nom poido sair, e quedou no poço hasta que morreu ali. (Contado por Doña Justa. Santa Maria de Vilar de Vacas (Cartelle), ano 1985).

Conto N.º 5: *O lobo e a raposa:*

Umha vez eram um lobo e umha raposa que formavam um matrimónio. À raposa chamavam-lhe Maria e era mais fina mentras que o lobo era mais bruto e mais burro.
Como tinham fame e queriam comer, sorteárom a ver quem ia roubar a manteiga e quem o anho. A raposa, que era mais lista, dixo que ela ia roubar a manteiga. E ao lobo, que era mais forte, mandou-no roubar o anho.
A raposa conseguir roubar a manteiga entrando polo buraco do gato; colheu a manteiga e todo lhe saiu bem. Pero ao lobo, ao abrir a porta do curral para colher o anho, foi um cam grande e trabou-lhe no rabo. Cando volvérom os dous ao monte dixo-lhe ao lobo:
—Deita-te a dormir ao sol mentres preparo a manteiga para comê-la.
Pero a raposa em lugar de preparar a manteiga, pujo a ferver umha tarteira de água, e mentras se quentava a água comeu a manteiga. Depois, cando o lobo já estava roncando ao sol, a raposa colheu a água fervendo e ceibou-lha polo lombo ao lobo. A água levou-lhe todo o pelo ao lobo; só lhe quedou o da cabeça e o das patas. Ao notar preguntou-lhe à raposa Maria:
—Oiche Maria, quem é aquel cavaleiro que nas mans leva guantes e na cabeça um sombreio? (178).

Conto N.º 6: *O lobo, o home e raposa:*

Umha vez andava um home arando no monte com dous bois e um arava-lhe mal. Entom o home dixo:
—Ara boi ara, ¡malos lobos te comam!
O lobo, que estava escoitando, acercou-se e dixo-lhe ao home:
—Dime logo cal é o boi que queres que che coma.
—Como o roxo, pero deixa-me acabar de arar, sénta-te aí, déita-te si queres, que ao acabar já cho solto e come-lo.
Dali a um pouco chegou a raposa e dixo-lhe:
—E logo, cal é o boi que che vai comer o lobo?
—Pois é o roxo. E eu nom sei como se poderá fazer para que nom mo comera.
Entom a raposa respondeu-lhe:
—Vamos fazer bem. Mira, eu vou-me ponher naquel coto co rabo revirinchado e ti cando remates de arar dis-lhe: Oes velaí está um caçador, deixa-te estar quieto que eu coa machada fago como que eres um cepo e ao ver que pico vai-se e deixa-te. senom mata-te.
Assi foi. Empezou a picar como que era um cepo pero cando viu que tal pegou-lhe um machetaço na cabeça e matou-no.
Entom vai a raposa e dixo-lhe ao home:
—Bueno, que me has de dar agora por salvar-che o boi do lobo?
—Pois dou-che umha pita que tenho com pitinhos na palheira.

Pero o home o que tinha era umha cadela com catro cancinhos metidos debaixo dumha cesta. E cando chegárom à palheira dixo-lhe:
—Ponte firme que esta pita é moi mala e nom sei si a colherás.
—Levanta o cesto que a mim nom se me escapa.

Ao levantar o cesto saliu a cadela a correr trás a raposa, e esta mentras escapava dezía:
—Ajudade-me chanchas que neste mundo nom hai mais que trampas! (Contado por D. José Gonçález. Sam Martinho de Berredo (A Bola) ano 1985).

la colecçom. Em todos eles o lobo é-nos colocado como inferior, como se a nossa tradiçom oral quigesse minimizá-lo, precisamente como umha reacçom do povo a esse perigo que sempre supujo a fera aos povoadores de um meio rural isolado carente tradicionalmente de caminhos abertos e de un sistema de luz artificial, para melhor proteger-se e até escapar-se das continuadas ameaças que lhes proferia. De outra parte, o camponês que tem que deslocar-se de noite e a obscuras polos caminhos e sendeiros que comunicam com os diferentes assentamentos distribuídos polo seu território tem de exorcitar o medo real que sempre tivo a um possível encontro com a fera. A melhor forma de fazê-lo é apresentando-o precisamente como um ser medroso infantil e sempre burlado polos seres mais pequenos ca el. Polo demais, esta exorcitaçom do mesmo por meio da representaçom dulcificada do animal até neutralizá-lo e convertê-lo num objecto de irrisom, nom vai ser um obstáculo para que a fera siga conservando entre os homens da zona todo o seu carácter de animal selvagem e feroz. Tal como se nos expressa no conto 11 (79) ante a visita inesperada os homens sobem às árvores, ou como se narra no 13 (80)

---

(79) Conto N.º 11: *O lobo pelado:*

Andava um home na roça e apareceu-lhe o lobo e dixo-lhe:
—Vout-te comer.
E o home contestou-lhe:
—Nom me comas que che hei dar um aninho cando cheguemos cerca da minha casa.
O lobo quedou esperando e o home marchou à casa e quentou um pote com água, atá que ferveu, e logo ao chegar cerca do lobo botou-lha e quedou pelado.
Outro dia que volveu para a roça, apareceu-lhe o lobo pelado, e el subiu-se ao carvalho; pero o lobo pelado berrou e fôrom aparecendo mais lobos que se fôrom ponhendo um encima do outro hasta que só faltava um para chegar ao home. Entom o home dixo:
—Maria, trae um caldeiro de água fervida que aqui está o lobo pelado.
O lobo pelado ao oir esto, saltou como um tolo e como era o primeiro que encabeçaba a fila de lobos, caírom os outros todos; e com tanta maçadura nom soupérom mais que escapar para que nom os escaldaram. Desta maneira o home puido-se salvar burlando-se dos lobos. (Contado por D. Benito Blanco. Santa Cristina de Vilarinho (Pereiro de Aguiar) ano 1985).

(80) Conto N.º 13: *O lobo e arma mais temible:*

Era umha vez que o lobo rondava a miúdo a aldeia e juntou-se toda a gente do povo para ir mata-lo. Pero o lobo já estava afeito e como conhecia as armas, nom lhe tinha medo a arma nengumha. Entom juntarom-se todos e perguntavam-se umhos aos outros:
—E ti que armas vas levar esta vez?
—Eu levo umha escopeta.
—Bueno, fai-lhe tanto caso à escopeta como a nada.
Perguntava outro:
—E ti que vas levar?
—Eu levo umha pistola.
—E ti que vas levar?
—Eu levo um pau.
—E ti que vas levar?
—Eu um coitelo.
—E ti que vas levar?
—Eu anque seja umha picaranha.
E fôrom caminhando assi hasta chegar ao palastrám do povo, que também lhe dixérom:
—E ti que vas levar?
—Eu levo «o caralho».
O lobo estaba escoitando e conhecia todas as armas e nom lhes dava importáncia. Ainda se ria de todas elas. Pero resulta que ao escoitar o nome desta arma nom a conhecia e pujo-se a pensar em que arma seria essa do caralho. Marchou polo caminho adiante e atopou-se cumha mulher:
—Senhora, dixo-lhe, e vostede poderia-me dezir que arma é essa que se chama «o caralho»?
Entom a mulher levantou-lhe a saia e respondeu-lhe:
—Mira para aqui o que me fijo a mim essa arma vai fazer nove meses; mire o golpe que me dérom com ela fai tanto tempo e como em vez de me passar, incha-se cada dia mais a barriga, e atopo-me mais mal.
O lobo mirou, e todo assustado continuou o seu caminho dezindo:
—Menuda arma deve ser essa do caralho! (Contado por um paroquiano. Na paróquia de Santa Maria de Cenlhe (Cenlhe) ano 1984).

as freqüentes baixadas ao povoado induzem a expediçons de caça com o propósito de eliminá-lo. Destarte, esse símbolo ocidental de «selvajaria» detentado polo temível animal, permanece indene ao tempo que se lhe fai fracassar umha e outra vez na consecuçom dos seus objectivos propostos aos dos demais interlocutores com os quais os contos o relacionam. Este papel catártico de libertaçom de tensons psíquicas e de exorcitador de medos e perigos, desvenda-se-nos como um primeiro sentido inerente a estes contos, e que a tradiçom oral servindo-se deles, nos quer transmitir.

2.º Tratando de aprofundar um pouco mais nesta busca de conteúdo interno dos contos seleccionados, perguntamo-nos também por esse factor ou factores capazes de explicar-nos a preferência da tradiçom por colocar o selvagem animal sempre como um animal inferior. A este respeito, nos contos aparece que a condiçom mais determinante da sua inferioridade é por tratar-se de um animal selvagem. Tal é a razom essencial das suas constantes derrotas nos seus encontros com os diferentes animais domésticos incluindo os mais débeis, que nos contos aparecem sempre como superiores precisamente polo seu carácter menos selvagem, isto é, mais doméstico e portanto próximo ao homem: com umha tal estratégia, possivelmente o que a nossa tradiçom oral nos esteja expressando é essa necessidade de preocupar-se por preservar os gados de qualquer perigo em benefício dos interesses económicos do fogar. Em favor desse desejo e desses interesses, a feliz fera cairá vítima dos mais ingénuos enganos das suas vítimas preferidas tais como ovelhas, cabritos, cordeiros, vacas, etc., que som precisamente aqueles animais domésticos de cujo extermínio das feras selvagens há que preservar.

3.º Mas ainda achamos outra ensinança se agora examinamos o modo como os contos nos apresentam os encontros destes animais domésticos nos contactos que estabelecem com os seus interlocutores selvagens. Simplesmente polo facto de serem domésticos, e portanto mais civilizados, vam sair vencedores. Mesmo em ocasions fai-se que perigue a sua integridade física como acontece com as aves do curral nos seus encontros com a raposa, e até a sua vida como nos confirma o conto (9); mas também nestes casos, o seu resgate de entre os dentes ou do interior do ventre das feras, nom se fai esperar por esse explícito desejo da colectividade camponesa de que nada lhes suceda. Agora bem, à afirmaçom deste desejo acrescenta-se-lhe umha chamada

---

(81) Conto N.º 9: *O lobo e os sete cabritos:*

Era-se umha vez umha casa na que viviam sete cabritos coa sua nai. Um dia tivo que sair de viage e avisou aos cabritos que nom lhe abriram a ninguém a porta.

Cando a nai marchou acercou-se o lobo a petar à porta e dixo-lhes:

—Abride-me a porta que som vossa nai.

—Ti nom es nossa nai, que tes a voz moi ronca; mete a pata por debaixo da porta, dixo-lhe um cabrito.

O lobo marchou correndo a comer ovos para clarejar a voz e, ao mesmo tempo, untou umha pata com farinha. Volveu de seguido petar à porta dos cabritos e eles ao sentir que tinha a voz mais clara, e ao ver que a pata era blanca abrírom-lhe a porta.

O lobo pujo-se a comer aos cabritinhos e só se salvou um. Cando a cabra nai chegou à casa o cabritinho contou-lhe o que lhes passara co lobo. A cabra chamou polos homes e quitárom-lhe os cabritos da barriga ao lobo, metérom-lhe pedras no sítio e volverom-no coser.

O lobo tivo moita sede e baixou ao rio a beber. Cando se agachou todas as pedras lhe baixárom para cabeça e afogou. (Contado por D. Avelino. Sam Joám de Seixadas (Cartelhe) ano 1985).

de atençom sobre a convivência por parte dos membros do grupo, de estarem sempre prevenidos e de ter em todo momento «posta a guarda» para evitar que animais indefensos, pessoas inocentes e desvalidas, nomeadamente os nenos, nom caiam nos perigos. Nom fiar-se em desconhecidos é um bom conselho a seguir para evitar surpresas desagradáveis. Tal é o que nestes elementos dos contos parece querer transmitir-nos a tradiçom.

4.º Umha observaçom em profundidade deste sector de contos que nos ocupa, desvenda-nos igualmente que quando a tradiçom nos apresenta os contactos do lobo com outros animais selvagens, por exemplo, o raposo, o conteúdo simbólico mais genuíno do termo selvagem segue achando-se também agora no raposo. Nestes casos a tradiçom oral apresenta-no-lo muito mais afastado à natureza, às tebras exteriores, enquanto o raposo aparece-se-nos mais próximo ao doméstico e ao civilizado. Destarte no conto 1 o raposo acodindo três vezes a baptizar o seu afilhado está afirmando a sua integraçom nos ritos da comunidade cristiá, e portanto humana, enquanto o lobo, incapaz de perceber o facto do estrangeirismo dos homens —se o som— cristaos, fica à margem rejeitado no mundo exterior, quer dizer, no monte ou o mundo do selvagem como o seu habitat natural.

De outra parte a nossa tradiçom apresenta-nos ambos os animais constantemente atarefados em bucar comida para calmaren umha fame sempre resnacendo e nunca satisfeita, traço em que é possível ver evocada essa situaçom de carências e mesmo de fame física que desde a antigüidade até as últimas datas nunca faltou entre os habitantes dos nossos campos. Como lhes acontece a ambas as personagens nos contos em que entram em relaçom, também aos nossos camponeses a consecuçom do sustento diário foi sempre umha tarefa difícil, fruto sempre de um pesado e continuado esforço que tivo que realizar e de cujos resultados nom participa plenamente. Tal parece ser o sentido e a nova mensagem que também aqui a tradiçom oral com estas histórias nos quer transmitir. Como no mundo animal, também no humano há fame e nom todos participam por igual dos escassos recursos disponíveis.

5.º Achamos, ademais, nos nossos contos de animais umha nova preocupaçom centrada em *dar à casa todo o seu valor.* Bastará que os animais do conto 7 (82) e do conto 8 (83) se introduzam na corte para que nada lhes

---

(82) Conto n.º 7: *O lobo es as ovelhas, nai e filha:*

Num dia frio de inverno estavam umha ovelha coa sua filha pacendo no monte. Neste medio dixo-lhe a ovelha filha à ovelha nai:

—Minha nai, vaiamo-nos que vai vir por aí o da pelhiça torda e vai-nos levar.

—Come filha, come, que manham ou choverá, ou nevará, e nom podemos vir acá.

De pronto presentou-se o lobo e dixo-lhes:

—Comadre, e vostede dara-me a sua filha?

—Darei, si senhor, dixo-lhe ela. Pero antes tem que fazer umha cousa que eu lhe mandarei.

—Farei, si senhora, pero nom me irá enganar —respondeu-lhe o lobo.

—Pois mire, corra ali arriba e mire como corre a água polo cubo do muínho —dixo-lhe a ovelha.

E o lobo foi correndo, e mentras tanto escapárom-se as ovelhas e metérom-se dentro da corte, e cando se cerrárom bem dixo-lhe a nai à filha:

—Vaia, vaia, que desde que som velha rufa nunca levei maior escaramuça.

E o lobo, que já volvia do muínho, dando-se conta de que lhe escaparam, contestou-lhe desde fóra:

—E eu desde que som velho nunca levei maior carreira em vano! (Contado por D. Benito Blanco. Santa Cristina de Vilarinho (Pereiro de Aguiar) ano 1985).

(83) Conto N.º 8: *O lobo, a ovelha e a anhinha:*

Umha vez umha ovelha e umha anhinha fôrom-se ao monte a pacer e cando andavam no monte dixo-lhe a anhinha à nai:

—Ai nai, vamo-nos que vai vir o lobo e come-nos.

—Nom come, nom, ti pacica, pacica que manham choverá, nevará, ou sabe Deus o que fará.

Nestes médios chegou o lobo e dixo-lhe à ovelha:

—Eu vou-te comer.

E a ovelha contestou-lhe:

—Ai nom me comas! Primeiro tes que ir botar um padrenuestro detrás daquel outeiro.

O lobo foi botar o padrenuestro detrás do outeiro, e mentras tanto a ovelha e a anhinha escapárom para a casa. O lobo correu, correu e correu trás elas pero cando chegou donde elas, já estavam dentro da corte. Entom o lobo dixo-lhe:

—Ai ovelhinha da-me um biquinho por iste buraquinho.

Ao que lhe contestou a ovelha:

—Ai si, para me comer o meu fucinhinho.

E entom o lobo tuvo que se marchar sim comer. (Contado por umha dona. Sam Joám de Trasmiras (Trasmiras) ano 1984.

aconteça. Tal será o valor atribuído à casa, que quando os animais domésticos mais apetecidos polos lobos conseguem introduzir-se na própria casa das feras, como consta no conto 10, os seus residentes habituais marcharám para que a integridade física dos novos inquilinos fique a salvo. Assim, a tradiçom apresenta-nos a casa centro culturizado por excelência, como o centro seguro por antonomásia e oposto ao mundo natural e selvagem carregado de perigos. Sob o teito e o calor do fogar, cremos estar lendo nestes contos, nengum dos perigos habituais do mundo exterior vam sobreviver. Este parece ser o pensamento da populaçom de um território marginal e marginado do qual deveu sair de contínuo cara à emigraçom da Península Ibérica e de ultramar, e cara à emigraçom estacional praticando os diferentes ofícios ambulantes característicos —afiador, correeiro, serralheiro, etc.—. Em tal situaçom tradicional, a potenciaçom da casa e do fogar conserva todo o seu valor que ainda nom perdeu na actualidade.

6.º Também achamos nestes contos umha apresentaçom do homem como animal doméstico por excelência e portanto também o mais civilizado. A tradiçom apresenta-no-lo continuamente enfrentado ao seu pior inimigo, o lobo, animal natural por excelência e portanto também o mais selvagem. Nos contos, ambas as personagens acham-se imersas numha «coabitaçom» difícil por nom dizer impossível; em todos eles, ao homem se lhe atribui o papel de mau, de abusom, e de castigador. Depois de apresentar-nos o conto 12 ao lobo como o animal mais valente do mundo, será vítima de umha solene sova dada polo ferreiro, máximo representante rural da força humana adulta; e o conto 13, após ter-nos apresentado novamente o lobo cheio de valentia e sem medo nengum, subitamente fai-se-lhe partir assustado perante o perigo que encerra o pénis, órgao transmissor da vida humana e com ela da cultura da qual som expoentes as armas culturais capazes de eliminar a selvagem fera. Precisamente neste conto 12 sublinha-se aquilo que no ser humano se impom ao ser selvagem: *a sua capacidade de manejar uns úteis,* uns intrumentos culturais , ou o que é o mesmo, a sua capacidade de acrescentar os seus poderes naturais mediante a produçom cultural. Do que se trata com isto é de afirmar-nos a vitória da cultura sobre a natureza e da civilizaçom sobre a barbárie. Esta constataçom da superioridade humana sobre a animal cremos que é a principal mensagem deste formoso conto popular; e ainda, para mais louvar o humano quando se está a utilizar esta oposiçom animal-homem, e a superioridade humana, a tradiçom vai colocar-nos os animais domésticos sobre o mesmo nível dos animais selvagens. Todos, sem excepçom, serám enganados e maltratados de forma parecida polo homem, quem para fazê-lo afirmar melhor a sua superioridade sobre o reino animal, permite-se-lhe pagar com contínuas ingratitudes a gratitude animal.

7.º Assinalarei para finalizar que por meio dos contos de animais, a nossa tradiçom oral nom pom em evidência os principais problemas humanos de natureza material (fames), sociais (emigraçom), psíquicos-mentais (temores, inquietudes, medos), ideológicos (ideias sobre o triunfo da bondade sobre a maldade, os espíritos débeis sobre os fortes, a inteligência sobre o instinto, a cultura sobre a natureza, a civilizaçom sobre a barbárie e, sobretodo, essa

contraposiçom entre os dous ámbitos da realidade nos quais ambas as espécies de seres, animais e homens, se acham). Trata-se dos ámbitos Natureza e Cultura. A este respeito, quando o lobo se afasta do seu ámbito natural acercando-se ao cultural, repetidamente fracassa; mas, quando o homem se afasta do fogar, centro doméstico e cultural por excelência, também é objecto de intranquilidades, sobressaltos, medos, etc... No meio, os demais animais e nomeadamente o raposo que na tradiçom no-lo apresenta como um intermediário entre «domesticidade» (animais domésticos) e «selvagismo» (lobo), para melhor poder dar razom do esforço que houvo de despregar a humanidade no seu passo da natureza à cultura. Polo demais nos contos de animais aparecem imersos na vida real, dialogando, obedecendo e servindo ao homem. A medida que nos afastamos do ámbito humano no qual tem a sua sede o homem, o cenário da acçom dos contos que integram este ciclo também se vai transformando em cada vez menos culturizado (animais domésticos), mais selvagem (raposo) até que fica situado num espaço selvagem por antonomásia —o monte— como habitat natural do nosso símbolo mais genuíno de «selvagismo». Neste mundo de ficçom dos contos populares os nossos animais mais comuns falam, e nom das suas cousas, mas das nossas: dos nossos medos e perigos, das nossas preferenças e interesses económicos, das nossas prevençons obrigadas, das nossas dificuldades económicas e desigualdades sociais, das nossas tendências de fogar, da nossa identidade humana qualitativamente superior à animal. Pode que nom consigamos ressolver os temas e problemas humanos que nos apontam, mas, como aponta Lévi-Strauss a respeito dos mitos, o que fam é nos ajudar a eludi-los: o mítico e popular lobo.

Como final desta introduçom à análise dos nossos contos de animais apontarei que dos contributos teóricos revisados nom se deduz umha única teoria geral de interpretaçom dos géneros da literatura popular, nem ainda dos diferentes sectores compreendidos num género só, como o do *Conto popular* de que nos estamos ocupando. Enfim achamos modelos de análise que compreendem o seu estudo de forma atomizada analisando cada conto por separado, ou de forma sectorial relacionando umha série de contos que parecem compreender elementos comuns e transmitir umhas mensagens semelhantes.

NOTAS

Bases para um espaço comunicativo comum Galiza-Norte de Portugal (1)

Pedro FERNÁNDEZ VELHO

1. *Umha história comum multimilenária.*

No passado todo o amplo território que vai sobretodo desde o Douro até o Návia tivo umha unidade cultural inegável, apesar das diferentes matizaçons locais (2).

Na paisagem actual deste espaço imponhem-se claramente dous tipos de elementos arqueológicos: os castros e os túmulos. As construçons megalíticas mais antigas datam-se na metade do quarto milénio antes de Cristo. Outras, polo contrário, no terceiro milénio e algumhas fôrom construídas ou ficárom em uso até a primeira etapa da Idade do Bronze.

A **sociedade megalítica** estaria formada por muitas pequenas comunidades agrícolas pouco hierarquizadas espalhadas por toda a regiom, um modelo de organizaçom que em grande parte desde aquela chegou até nós (3).

Até o final deste mundo nom achamos pegadas claras de umha hierarquizaçom social e de umha actividade bélica importante. O carácter religioso dos sepulcros e dos mortos fica reforçado pola presença das gravuras e pinturas no interior de algumhas cámaras funerárias em que se patenteia um complexo simbolismo ligado com o tema da fecundidade-vida-morte.

Para a Idade do Bronze (1800-1600 antes de Cristo) umha das peculiaridades desta área é a presença de umha rica e variada arte rupestre que apresenta semelhanças nalguns temas com o de Inglaterra, Irlanda, os Países Nór-

---

(1) Este texto foi redigido e apresentado em Abril de 1991 na **Conferência Internacional de Barcelona sobre o plurilingüismo em Europa.**

(2) Vázquez Varela, J. M., «Galicia del paleolítico a la romanización», in Acuña Castroviejo, F. et. al., *La Prehistoria y arqueología en la actualidad,* ed. Publicaciones del Museo Municipal Quiñones de León (Castrelos), Vigo, núm. 7, p. 37.

(3) Ibid., p. 49.

dicos e a zona dos Alpes (4). Aqui prevalecem caçoletas, combinaçons circulares, animais (designadamente cervos), seguidos de longe em percentagem por cavalos e serpes, pás, esvásticas ou labirintos.

Com a metalurgia vai adquirindo importância, como assinalávamos, o bélico e a hierarquizaçom social.

O Bronze Final situa-se por volta de 1200 e o seu remate será polos séculos VIII-VI antes de Cristo no início da **cultura castreja.** Esta é umha variante mais das numerosas culturas do Bronze Final e da Idade de Ferro da Europa ocidental, embora com perfis próprios. Caro Baroja singulariza-a no quadro peninsular como umha cultura **fundamentalmente agrícola,** que ao nom permitir amplos excedentes, vai gerando também umha ideologia guerreira para apreender gado, mulheres e metais das populaçons vizinhas. Os seus períodos de formaçom, consolidaçom e esplendor vam desde os séculos VIII-VI antes de Cristo até o século segundo da Era.

Para além do núcleo central, assentado sobre a regiom que definíamos inicialmente, contém umha zona de influência que baixa até o Mondego polo Sul e alastra até Ávila e o Sela polo Leste e o Norte respectivamente. As bases económicas som a agricultura de cereal de inverno e de primavera à par de leguminosas, complemetada com a recolheita de bolotas e de outros frutos. A cabana de gado está constituída por ovelhas, cabras, porcos, vacas e cavalos. Tem importância a actividade mineira e também a pesqueira e marisqueira. Surpreende a densidade de populaçom inusitadamente alta, provavelmente devido a um fenómeno de dessecamento que alterou as mesetas centrais pola metade do terceiro milénio (5).

Consoante as diferentes fontes, parece que existia umha certa relaçom de equilíbrio entre homens e mulheres, já que talvez estas seriam as proprietárias da terra que se transmite por via feminina e aqueles teriam outro tipo de bens com que dotar suas irmás à hora de estabelecer alianças matrimoniais (6). «É evidente a similitude sócio-cultural (dos galaicos) com os lusitanos situados na faixa ocidental à outra beira do Douro» (7).

É por isso que Tovar afirma a existência de umha **comunidade lingüística** entre a Lusitánia e a Gallaecia bracarense, ficando aparentada a sua língua com a dos vetons, astures, carpetanos e pelendons.

No entanto desde o estado actual dos nosos conhecimentos apenas podemos falar de umha língua celta senom, en todo caso, de falas celtizadas (8). Neste período Galiza, como em todas as etapas da sua pré-história, nom agiu como um «Finisterrae» senom como um centro peculiar mas ao mesmo tempo dinámico e aberto ao mundo exterior.

---

(4) Cfr. *Historia de Galicia,* dirigida por Ramom Vilhares e editada em fascículos (com o patrocínio de Caixa Vigo e a Junta de Galiza) por Faro de Vigo (1991), p. 54.

(5) Avilés Fernández, M. et al., *Nueva Historia de España,* ed. Edaf, Madrid, 1979, vol. 2, p. 141.

(6) Vázquez Varela, J. M., art. cit., p. 54.

(7) Vid. *Cántabros, Astures y Galaicos —bimilenario de la conquista romana de norte de España—,* editado pola Subdirecçom geral de Arqueologia, Madrid, 1981, p. 10.

(8) Vázquez Varela, J. M., art. cit., p. 53.

2. *Gallaecia vs Galiza.*

Num primeiro momento Galiza fez parte da Lusitánia; mais adiante passou à Hispánia Citerior ou Tarraconense, para, com Caracalla, constituir a Hispánia Nova Citerior Antoniniana. Afinal com Diocleciano estabelece-se a província de Gallaecia que segundo alguns autores chegaria até Cauca (¿Segóvia?). Naquela altura o Noroeste peninsular dividia-se em três áreas administrativas, denominadas **conventus,** que correspondiam às actuais províncias de Lugo, Corunha e parte de Ponte-Vedra **(Lucensis);** resto de Ponte-Vedra, quase todo o Norte de Portugal, entre o Douro e o Minho e a província de Ourense, salvo o vale do Sil **(Bracarensis);** e finalmente o **Asturicensis,** que compreendia Astúrias a partir do rio Návia, Leom e Samora e zonas de Trás-os-Montes e o citado vale do Sil. «Os conventos lucense e bracarense tenhem umha especial unidade que já vem da época castreja» (9). A sua populaçom aproximada era 1.273.000 habitantes.

A acçom de Roma, embora relativamente seródia, foi decisiva e intensa, sobretodo desde a construçom de umha rede viária, vital para os trocos económicos e culturais. Decerto que os núcleos urbanos galaicos nom fôrom os mais numerosos nem os mais evoluídos da Península. Bracara —capital da província no Baixo Império— e Lucus, no entanto, oferecem mostras de avondo de um incontestável esplendor urbano. No atinente ao habitat romano camponês o número e a disposiçom de jácigos é imensa, ultrapassando com freqüência à dos castros (10). No religioso pervive umha constelaçom de antigas divinidades às quais muitos romanos tributam também culto público. No lingüístico a latinizaçom completa nom se atingiu até época avançada e devido sobretodo à acçom da Igreja no ámbito camponês.

Con a acçom romanizadora começa a mostrar-se a consciência do galaico e de Gallaecia. Mas esta consciência, resultado inicialmente da afinidade entre homes e terras deste *finisterrae* atlántico, é administrativamente obra de Roma.

Os escritores galaico-romanos do século V constituem *o primeiro despertar cultural de Galiza* (11). Sentem a sua terra como algo próprio face aos bárbaros, que semeam a guerra e a destruiçom, e face aos romanos, que afligem o povo com impostos. Em certo sentido som os primeiro porta-vozes de um proto-nacionalismo galeciano e na sua obra, em alguma medida, esboça-se o destino político deste povo europeu (12). Estamos a falar de Idácio, bispo de Chaves, do frade teólogo Baquiário e de Orósio, um dos grandes historiadores da antigüidade, quem nos seus *Historiarum adversus paganos libri septem* orgulha-se do heroísmo dos cántabros e astures e da façanha dos galai-

---

(9) Ibid., p. 60.

(10) Vid. *Historia...*, p. 158.

(11) López Pereira, X. E., *O primeiro espertar cultural de Galicia,* ed. Serviço de Publicaçons da Universidade de Santiago de Compostela, 1989.

(12) López Pereira, X. E., «Primeiros xermolos para unha historia do pensamento galego», in *A Trabe de Ouro,* t. III, Ano 1, 1990, ed. Grupo Sotelblanco, Santiago de Compostela, p. 64.

:os que lutárom no Monte Medúlio até a morte ou o suicídio antes de submeter-se ao poder romano.

Mas o motor que pujo a andar esta primeira literatura de pensamento na Gallaecia foi sem dúvida Prisciliano no século IV. Os galeguistas mais significados, desde Murguia a Castelao, salientárom o alcance histórico da sua figura. A modo de exemplo, faremos citaçom de umhas palavras de Otero Pedraio: «...Como se trás a sua figura de teólogo cristao arrastasse o enorme perigo panteísta de umha antigüidade milenária sempre pronta para devir outra vez fecunda, sempre latejando indomável no coraçom dos povos ocidentais» (13).

A **colonizaçom lingüística** tivo afinal um sucesso pleno. O latim deslocou totalmente as falas indígenas pola sua condiçom de língua escrita e polo seu prestígio como instrumento de umha civilizaçom e de umha concepçom política. Joseph-Maria Piel salienta a existência de um acervo léxico importante herdado do passado pré-romano, indoeuropeu ou outro, ao tempo que sublinha a dificuldade de saber se o galego-português mantivo outros caracteres ou tendências conseqüência do substrato lingüístico (14).

Porém mais significativo para o nosso propósito é comprovar a «individualidade lexical inconfundível» do território que constituia a Gallaecia lucensis e bracarensis, embora umha parte dessas palavras nom fossem integradas no português estandard (15). Sílvio Elia coincide com Carvalho Calero em que o «galego interamnense» é ainda hoje a base da língua escrita portuguesa, apesar de alguns de seus rasgos devir dialectais ao afastarmonos para o Sul, centro da vida nacional (16).

Para E. Coseriu (e também para Lindley Cintra) a única isoglossa significativa que realmente separa os «dialectos galegos» dos «dialectos portugueses setentrionais» é o ensurdecimento das sibilantes sonoras. Traduzimos: «No léxico as diferenças som por vezes perceptíveis, mas, em puridade, nom som maiores do que entre o português de Portugal e o português popular do Brasil. (...) Contudo, apesar de durante séculos nom haver contactos efectivos, o galego e o português continuam a pertencer ao mesmo conjunto, ao mesmo continuum lingüístico. (...) Historicamente, o português é o galego da Reconquista e é até hoje, em todas as suas formas, a continuaçom desse galego» (17).

Esta realidade histórica e actual ficava recolhida na primeira das conclusons do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza:

---

(13) Otero Pedraio, R., *Ensaio Histórico sobre a Cultura Galega*, ed. Galaxia, Vigo, 1982, p. 65.

(14) Piel, J. M., *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa*, ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1989, pp. 67 e 70.

(15) Ibid., pp. 55 e 176. Vid. também Rivas Quintas, E., *Lingua galega —historia e fenomoloxía*, ed. Alvarelhos, Lugo, 1989, pp. 18-20.

(16) Elia, Sílvio, «O galego-português matriz do mundo lingüístico lusobrasileiro», in *Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, ed., AGAL (Associaçom Galega da Língua), A Corunha, 1986, p. 185.*

(17) *Coseriu, E., «El gallego en la historia y en la actualidad», in Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*, ed. AGAL, A Corunha, 1989, p. 800 e Cintra, L. F. Lindley, «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses», in *Boletim de Filologia*, XXII, 1971, Lisboa, pp. 81-116.

«O Congresso reafirma que as duas formas do galego e do português constituem um mesmo sistema lingüístico, umha mesma língua» (18).

Para Carvalho Calero «Galiza (a Galiza espanhola e a Galiza portuguesa) existe desde que existe o galego, porque o galego é o espelho em que Galiza se reconhece. A Galiza románica é, pois, a primeira Galiza, pois a Gallaecia romana é ainda umha Galiza intrauterina de Roma. (...) Somos pois um povo latino, porque a nossa cultura é latina, e a colonizaçom romana deu-nos um idioma comum» (19).

Um juízo, no entanto, que pode funcionar como prudente contrapeso a esta declaraçom, é o de Cláudio Sánchez Albornoz: «Sería no obstante desfigurar la realidad atribuir a la romanización una acción decisiva en la mudanza del talante ancestral, de la psiquis, de las inclinaciones pasionales, del estilo de vida de las gentes que habitaban Gallaecia. Se ha sostenido la conservación por ellas de sus viejas estructuras sociales, me permito añadir, que también perduró su milenario talante» (20).

3. *Desintegraçom vs reintegraçom.*

O primeiro fruto granado desta comunidade multimilenária foi sem dúvida a eclosom cultural dos séculos XII e XIII. O esplendor porém deste momento comportava também o virus da desintegraçom (proto-)nacional. E se a Reconquista das terras islamizadas foi o factor decisivo da sua desmembraçom, aqui e agora também a reconquista do nosso milenário europeísmo constitui um desafio para a nossa reintegraçom.

Na fronteira entre Romantismo e Realismo inicia-se o Ressurgimento da literatura galega. Por volta de 1850 já eram conhecidas as primeiras poesias de Camino, Anhom, Valladares e Turnes, vultos que podem ser considerados expoentes do novo espírito. Em 1853 aparece o primeiro livro deste Ressurgimento temporao: *a Gaita Gallega,* de Pintos. Os iniciadores da etapa nom conheciam a literatura galega medieval. Mas fôrom os primeiros de umha tradiçom, a de Murguia e a Academia Galega, a de Risco e a revista *Nós,* a de Vilar Ponte e as Irmandades da Fala, a de Otero Pedraio e o Seminário de Estudos Galegos, a de Castelao e Carvalho Calero, que propugnam a normalizaçom do galego na Galiza espanhola como um objectivo irrenunciável, ao entenderem que nom podia haver descolonizaçom económica sem descolonizaçom lingüística. A dignificaçom e alargamento de usos de umha língua multissecular, decerto estagnada no ámbito camponês e vítima da hibridaçom polo contacto com o castelhano, embora utilizada pola maioria da populaçom para os usos nom formais, era instrumento necessário para optimizar as melhores energia espirituais de umha comunidade maltratada pola sua insularidade geostratégica e pola marginalizaçom discriminadora de um estado-naçom ineficaz como instrumento de modernizaçom.

---

(18) *Actas do I Congresso...*, p. 815.

(19) Carvalho Calero, R., *Da fala e da escrita,* Galiza Editora, Ourense, 1983, p. 19.

(20) Sánchez Albornoz, C., Orígenes de la Nación Española. El Reino de Asturias, ed. Sarpe, Madrid, 1985, p. 48.

A reintegraçom idiomática e cultural da Galiza espanhola com Portugal foi um lugar comum do galeguismo dos últimos cento quarenta anos. O celto-atlantismo ou pangaleguismo funcionárom como mito de vertebraçom colectiva, como alternativa de cultura (espiritual) face à falência da Europa industrializada (Murguia e Risco). Em Castelao o binómio iberismo-lusitanismo tentava concretizar a velha aspiraçom de umha relaçom cooperativa entre as línguas e culturas peninsulares. A convergência idiomática e cultural de Portugal e Galiza acabaria com a hegemonia de Castela e socavaria os fundamentos do estado centralista. (21).

Nos últimos quinze anos o reintegracionismo, de base lingüística, foi configurando-se como resposta coerente e global à política institucional, estatal e autonómica. O valenciano isolado do catalám ou o andaluz afastado do castelhano só teriam um futuro de reserva etnográfica. A mesma sorte correriam os «dialectos galegos» à margem do português na Europa do próximo milénio, pois que os critérios de competência e rentabilidade entravariam o vigoramento e a normalizaçom do galego-português nesta área, ameaçado pola perda progressiva de falantes.

O desígnio do micro-regionalismo do poder autonómico, coincidente com a nom assunçom de um estado plurilíngüe e plurinacional polo poder central, concretizou-se numha política lingüística intervencionista (já veremos em quê sentido) e glotofágica: «A Galicia s'ha institucionalitzat la dialectalització del gallec com a pas previ a la seva «confusiò» amb el castellà i,doncs,la seva substitució pel castellà a un termini més o menys llarg» (22).

Esta filosofia sobre a língua, endonormalizadora e bilingüísta, que nega a utilidade e a necessidade de o galego devir no idioma de instalaçom cultural e de relaçom internacional sem o castelhano como «idioma interposto», gerou um intervencionismo lingüístico negativo obsessionado pola proscripçom de qualquer manifestaçom do ideal reintegracionista. Polo contrário tenta impor umha filosofia e um modelo «plebeísta» da língua estandard que torne impossível à populaçom das quatro províncias da Galiza espanhola auto-reconhecer-se no idioma e na cultura da Galiza portuguesa. Substraiu ao povo galego um debate público em que todos os cidadaos sejam informados, participem e se sintam representados na definiçom e decisom dos objectivos finais do planeamento lingüístico, independentemente da pluralidade de estratégias ou da possibilidade de que esses objectivos finais podam efectivar-se no curto praço. Destarte e complementariamente bloqueia a necessária dinámica popular para a recuperaçom e dignificaçom da nossa língua e impede a tomada de consciência de que os «dialectos galegos» ou o «codialecto gale-

---

(21) Fernández Velho, P., «Conceito de língua em Manuel Murguia e praxe idiomática em Rosalia de Castro», in *Actas do Congreso Internacional de Estudios sobre Rosalía de Castro e o seu tempo,* ed. Serviço de Publicaçons da Universidade de Santiago, Santiago de Compostela, 1986, t. II, pp. 373-383; id., «Língua e naçom em Castelao», in *Actas Congreso Castelao,* ed. Serviço de Publicaçons da Universidade de Santiago, 1989, t. II, pp. 27-39; Fernández Velho, P.-Domínguez Castro, L., «Análise semiótica comparada da ideologia nacionalista: Prat de la Riba e Murguia», in *Estudios de Historia Social,* núms. 28-29, ano 1984, ed., Instituto de Estudios Laborales y de la Seguridad Social, Madrid, pp. 181-195.

(22) Vid. Ferrando, A., et al., *Invitació a la Llengua Catalana,* ed. Gregal Llibres, Valéncia, 1987, p. 215.

go» é umha realizaçom do galego-português peninsular, idioma «extenso e útil» na perspectiva de Castelao.

Mas a entrada de Espanha e Portugal na CEE impom em certa medida um desafio novo para todos os sectores dinámicos da sociedade galega: a re-articulaçom a todos os níveis da regiom, historicamente milenária, Galiza-Norte de Portugal sobre a base da sua homogeneidade antropológica e sócio-económica. Este facto tem a virtualidade de fazer emerger as contradiçons do micro-regionalismo, do micro-nacionalismo e do espanholismo imperantes na Galiza espanhola.

A realidade mais imediata é que a Galiza de Aquém-Minho está a ser umha das áreas mais adversamente afectadas pola adesom de Espanha à CEE. Desta óptica o «núcleo central» da Gallaecia histórica (Galiza e Regiom Norte de Portugal) constituem periferia geográfica e económica em relaçom aos estados peninsulares (embora os apologetas da área metropolitana portuense talvez com razom já nom admitam este asserto) e a própria Comunidade, de modo que os benefícios que a adesom poda conlevar polo seu carácter de regions transfronteiriças nom som óbvios nem se produzirám espontaneamente.

Dito aproximadamente com palavras de López Suevos, tanto Galiza como a Regiom Norte som áreas economicamente carenciadas, internamente pouco articuladas, e todo isto no contexto de umha dinámica económica e de um processo de integraçom numha Europa que polo de agora nom soubo desenhar umha política capaz de corrigir efectivamente os desequilíbrios regionais.

A constituiçom de um eixo económico Vigo-Porto, que compense a atracçom que exerce a zona Lisboa-Setúbal reequilibraria a vida económica na área ibero-ocidental, mudaria as condiçons sócio-políticas quer da Galiza quer da Regiom Norte.

As semelhanças globais e os problemas comuns conformam a base objectiva para umha trasformaçom conjunta e coordenada: habitat disperso, ruralismo, predomínio numérico das pequenas exploraçons agrícolas, insuficiência de infraestruturas de transportes, vocaçom para a produçom de gado, riqueza florestal, dissimetria litoral/interior... A Gallaecia histórica totaliza 50.000 quilómetros, é assento de 6,5 milhons de habitantes. Por conseqüência os reptos som comuns: umha reforma agrária em profundidade, a cooperaçom no campo do turismo, a comercializaçom externa conjunta de alguns produtos, a melhora das comunicaçons inter e intra-regionais (23).

ECO —Revista de Economia Atlántica— (editada em Santiago) nasce em Abril deste ano com vocaçom transfronteiriça, pois, segundo lemos no núm. 1, Galiza e a Regiom Norte de Portugal, duas regions periféricas, estám condenadas a entender-se para encarar conjuntamente o ano 2.000.

Fraga Iribarne, presidente da Junta de Galiza, abria a secçom de opiniom do núm. 15 de *Gente de Mundo,* dedicada monograficamente à Gali-

---

(23) Cfr. López Suevos, R., *Portugal no quadro peninsular,* ed. AGAL, 1987; vid. também Pimenta, C., «Notas a propósito do desenvolvimento conjunto da Galiza e do Norte de Portugal», in Agália, núm. 12 (Inverno, 1987), pp. 433-437.

za-Norte de Portugal, com umha declaraçom solene em que lemos: «A pertença geográfica a um mesmo espaço físico, a herança cultural com raízes comuns e de um património cultural multissecular, umhas instituiçons que nos unírom e nos homogenerizárom durante o passado e umha história que lembra o nosso convívio, em alguns casos conflituoso e no trato ordinário pacífico e complementar, som traços bem definitórios do que é e representa a relaçom entre Galiza e a Regiom Norte de Portugal. (...) O nosso futuro está ligado ao Atlántico e às comunicaçons com Europa» (24).

Assim mesmo José A. Orza Fernández, conselheiro de Economia e Fazenda da Junta de Galiza, sentenciava: «Entiendo que la **cultura,** la **lengua,** el intercambio social de información se revelan como **instrumentos de alcance estrátegico** en la medida en que contribuirán a desmantelar las fronteras sociológicas que aún nos separan» (25).

Mas voltemos para as contradiçons: se o poder institucional galego tem assumido o desafio de impulsionar a colaboraçom económica (tentando criar já um instrumento nom normativo como a Comunidade de Trabalho Galiza-Regiom Norte de Portugal) e admite a dimensom estratégica da cooperaçom cultural, por quê a sua política lingüístico-cultural (inexistente como projecto de futuro) deriva quase exclusivamente em práticas folclorizantes e na asfíxia e neutralizaçom das distintas manifestaçons do reintegracionismo? Fraga nom perde ensejo solene para desqualificar o reintegracionismo idiomático como um vírus extranho ao corpo social galego. De momento, pois, demagogia, esquizofrenia e provincialismo de campanário arruinado.

Porque enquanto se utiliza o europeísmo para legitimar certos interesses do «lobby» económico, ignoram-se sistematicamente as medidas e os instrumentos previstos polas instituiçons comunitárias para o desenvolvimento das línguas ameaçadas. Faremos citaçom só da *Resoluçom do Parlamento europeu sobre a política regional comunitária e o papel das regions* (1988) que «considera essencial facilitar a cooperaçom lingüística e cultural transfronteiriça quando existam patrimónios históricos e culturais comuns que ultrapassem as divisons administrativas actuais» (parágrafo 22), assim como a *Declaraçom final da quarta conferência europeia de regions fronteiriças* (Zaragoza, 1987), a *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* (1988) —aprovada pola Conferência Permanente dos poderes locais e regionais, do Conselho de Europa— ou a *Carta de Paris,* entre outros documentos (26).

Yvo J. D. Peeters, experto do Conselho de Europa, advogara em 1987 pola constituiçom de umha **Uniom da Língua Galego-Portuguesa,** inspirada

---

(24) Cfr. *GENTE de Mundo,* núm. 15 (Junho, 1991), p. 6.

(25) Ibid., p. 8.

(26) Para um estudo de relatórios e documentos sobre a problemática lingüística emanados das instituiçons comunitárias som de grande utilidade os dous volumes elaborados por Santiago Petschen Verdaguer e editados polo Parlamento Basco sob o título *Las minorías lingüísticas de Europa Occidental: Documentos (1492-1989),* Gasteiz, 1990.

na *Uniom da Língua Neerlandesa,* como projecto viável de alcance histórico (27).

Em qualquer caso, a aceitaçom da filosofia das instituiçons comunitárias exige umha tarefa mínima e imediata: a articulaçom de um **espaço mediático comum entre a Galiza de Aquém-Minho e a Galiza de Além-Minho.** É a condiçom necessária para conjurar o malefício histórico desta euro-regiom multimilenária que ficou condenada a viver em edifícios separados por umha fronteira artificial.

(27) Peeters, Yvo J. D., «A Uniom da Língua Neerlandesa como exemplo para a língua galego-portuguesa», in *Actas do II Congresso...*, ed. AGAL, A Corunha, 1989, pp. 645-656.

«O SERENO» (Um guerrilheiro em Estalinegrado)
—2.ª edição—

«SEGUINDO O CAMINHO DO VENTO»

«LUZIA, OU O CANTO DAS SEREIAS»

«CONTOS DE FADA EM DO MAIOR»

São os livros publicados do José-Ramom Rodrigues F. (Moncho de Fidalgo)... Um autor vilipendiado por um tal X.G.G., recensionado com respeito por D. Ricardo Carvalho Calero (M.D.) na «Agália» e louvado por Carlos Durão em «Cadernos do povo-revista internacional».

O leitor terá a derradeira palavra.

Estes, ou qualquer outro livro galego ou português, pode-los pedir sem gastos de envio a:

«ALEM-OCOBRIX, S. A.»
Rua do Príncipe, 9
36630 CAMBADOS (GALIZA)
T. 52 09 93

Lugris Freire: «Umha pátria, um idioma»

Manuela RIVERA CASCUDO

Na nossa história literária é mui difícil separar a defesa do idioma de um impulso nacionalista veemente e de um amor ardente à pátria, a Galiza. Assim podemos abordar a época e a personalidade de Lugris Freire. Em múltiplas ocasions se tem falado e polemizado sobre a «história clínica» do nosso idioma e da nossa cultura, mas à hora de prosseguir umha trajectória espiritual entroncada com o nosso passado glorioso ou decadente, actuamos com temor, vergonha e indecisom para reconhecermos a nossa identidade.

Era Lugris Freire um homem romántico, segundo o confirma o seu próprio neto (1), um homem que estivera a ponto de suicidar-se no momento em que perdeu a sua primeira mulher.

Mas nom só este feito o define como um romántico. Também da sua obra poética se desprende a saudade, a melancolia, a nostalgia de aquele que emigra, entra em contacto com outras culturas e se reafirma na dele própria. Por este motivo, funda em Cuba, a finais do século XIX, o primeiro jornal galego na América intitulado «A gaita gallega» o 5 de Agosto de 1885. A sua duraçom foi breve: até o 30 de Setembro de 1889.

De regresso à terra em 1896, desempenha o cargo de empregado administrativo de águas da Corunha. O seu fervor patriótico acentua-se ao encontrar-se com umha sociedade galega onde os grupos nacionalistas incipientes revalorizam a auto-identidade sob o princípio do Regionalismo levado a cabo já polos nossos clássicos Rosalia, Curros e Pondal.

Deles herdou o saudosismo rosaliano coincidindo com o seu coetáneo Ramom Cabanilhas. Em *Ardencias,* o poeta apresenta umha chamada à mocidade galega e exprime com impetuosidade a redençom da pátria, o amor que pode sentir por ela qualquer nacionalista romántico enriquecido por umha visom saudosa da natureza. Os poemas «Amor», «Fonte de amor» som um

(1) *Agália,* número 23, «Outono» 1990, página 320.

claro reflexo da tradiçom rosaliana e de Cabanilhas. Nesta colecçom de poemas emprega o alexandrino modernista e o eneassílabo, metros próprios da poesia Rubeniana. Nom se pode dizer que na cultura galega existisse umha escola modernista como as que se desenvolveram em outras literaturas ocidentais. As nossas condiçons sociais e económicas ao serviço de umha política centralizadora nom eram propícias para fomentar umha cultura de salom adaptada a umha burguesia já assentada económica e politicamente na sociedade. Por isso, nós, na nossa história literária, nom podemos falar de umha escola modernista como a de Rubén Dario em Hispano-América a quem seguírom os autores castelhanos ou a de Baudelaire na França seguido polos simbolistas Rimbaud e Verlaine.

Com que panorámica conta a literatura galega a princípio de século? A resposta é fácil: o estádio de língua dessa época, reduzida a um ámbito rural dá-nos a resposta. Os nossos autores quando pretendem inovar vem-se obrigados a fixar-se nas pautas marcadas polas outras literaturas porque nom existe tradiçom literária. Desta forma também se acham em um «Barco sem luces» à hora de representar graficamente o seu idioma e de eleger as formas mais correctas para o registo culto da linguagem.

Quais som as possibilidades de um autor modernista numha sociedade profundamente agrícola e com um material lingüístico dialectalizado? Mui poucas. Assim se explica que Carvalho Calero na sua *História da literatura contemporánea* (p. 569) afirme:

> «Unha escola modernista en galego, que houbera sido a solución histórica normal, non se produciu, pois o espíritu cosmopolita do modernismo, e a sua orixe hispano-americana, determinábano a empregar a língua de Rubén Dario. Así, a literatura en língua galega, imaxinable sen un fundamento ético de servicio a Galicia, e a tendencia modernista, na que dominaba o esteticismo, desenvolvéronse independentemente».

A prova de que estávamos ante umha sociedade feudal na época de Lugris, temo-la num poema intitulado «O pazo de Amil» onde nos diz o autor.

> Naquel sobrado senhorial —que outrora
> recendia a camoesas— ainda tiñan
> o retrato de Xácome de Andrade,
> podente e xeneroso cabaleiro;
> e no seo das huchas de castaño
> durmia o traxe da fidalga dona
> co bobiné de rendas vaporosas
> e o seu adrezo de feitura persa
> que das fidalgas terras lusitanas
> trouxera un cabaleiro namorado». (2)

(2) M. Lugris Freire: *Ardencias*, páginas 18-19. Zincke Hermanos, Corunha, 1927.

Os versos recordam as passagens de Otero Pedrayo em *Camiños da vida,* onde ele lamenta a queda da fidalguia, e associa esta decadência a umha ruptura definitiva com o mundo rural para abrir caminho a umha sociedade mercantilista. A desapariçom do mundo rural em favor de umha economia baseada na indústria, quer dizer, urbana, significa para os nossos autores pós-românticos a perda de identificaçom com a terra e em conseqüência o olvido progressivo do idioma dos nossos labregos e marinheiros. *Ardencias* acaba com três prosas:

Unha pantasia céltiga
A crónica de unha mareira
O discurso sobre Camões.

Este final mostra claramente a ideologia dos nossos autores em aquela época. Se bem nom temos umha escola modernista, sim temos umha escola celtista com os seus mitos, a ambientaçom cavaleiresca típica do mundo feudal em que está imersa e todos os ideais que ela sugere. O que se pretendia com o celtismo a partir de Pondal e nas literaturas europeias (francesa, irlandesa, escocesa) era argumentar umha postura de defesa das culturas minoritárias face às maioritariamente estendidas e centralizadoras politicamente. «A crónica de unha mareira» é o reflexo do costumismo exaltado por ele em numerosos poemas.

Lugris além de ser um poeta nostálgico e amante da terra, foi um canto à pátria, à sua terra natal: Sada e a ria de Betanços. Os nossos autores vem-se sumidos num entorno progressivamente castelhanizado. Isto explica a exaltaçom, a louvança das nossas paisagens campestres e marinheiras tentando revelar nas suas descriçons umha comunhom panteísta entre o homem galego e a terra.

A terceira prosa, «O discurso sobre Camões», fora um discurso pronunciado no teatro Rosalia de Castro, na Corunha, o 27 de Novembro de 1924, em comemoraçom do IV Centenário do nascimento de Camões. Esta última parte, é outra das inquietudes dos nossos nacionalistas: a uniom do espírito galaico-português. No poema «O pazo de Amil» já havia umha clara referência: a fidalga trouxera das fidalgas terras lusitanas um cavaleiro namorado. Igual que os filhos de Breogám devem tender os braços amigos à nobre Lusitánia em Pondal as fidalgas de Lugris namoram cavaleiros lusitanos.

«O discurso sobre Camões» é umha mostra mais do espírito lusista das «Irmandades da Fala» e da «Geraçom Nós». Lugris Freire é contemporáneo de Ramom Cabanilhas e seguidor dele em muitas facetas poéticas. Vejamos o que diz Cabanilhas em umha entrevista feita no «Diário de Notícias» de Lisboa no ano 1929, quando o autor ingressava na Real Academia Espanhola (3):

---

(3) Ramón Cabanillas: *Obras completas,* tomo 3, Akal, Madrid, 1981, páginas 565-566.

«Portugueses e galegos vivimos cara ao mar. Cando o sol vermello do horizonte desce sobor das ágoas do Atlántico, neses místicos instantes vesperais de recollimento interior nos que se forman e moldeian as almas e florecen as arelas divinas, é a mesma nosa oración. E entón cando vemos a semellanza do noso destino sobor da Terra, pois que xuntos agardamos ver no horizonte a branca vela dunha nave que non estamos certos si nos trai o Ben soñado ou nos ven a buscar para un longo viaxe»...

«...A fala galega que ten que lembrar os portugueses balbuceos, xiros, berros e canturias que a sua tivo nos anos de nena, e a fala portuguesa que nos abre ós galegos certos e seguros camiños na evolución da nosa agora en ridente mocidade, están tan fortemente trabados que abondarian, por si soias, para faguer espiritualmente inseparables os dous pobos».

«Irmandades da Fala» foi o movimento que começou a defender o idioma e dignificar o seu estado social e político concebendo-o como emblema de umha naçom.

Como fazer teatro numha sociedade carente de burguesia para apreciá-lo e fomentá-lo?

José Ramom Barreiro (4) afirmou que «no Rexionalismo do ano 1890, soio quedaban os artistas, os poetas, os intelectuais e os idealistas». Agora, a partir do ano 1915, um grupo de intelectuais presididos por Aurélio Ribalta funda em Madrid a revista «Estudios Gallegos». O seu objectivo era denunciar os problemas económicos da Galiza e assegurar a sua personalidade regional assumindo a defesa do idioma. Antom Vilar Ponte lança um manifesto à opiniom: «Nuestra afirmación regional» ressaltando o valor da língua e propugnando a fundaçom de associaçons do cultivo do idioma. Em 1918, celebraria-se em Lugo a primeira «Assembleia Nacionalista Galega». Abandona-se o termo «regionalista» por «Nacionalista».

Lugris Freire contribuiria com o seu esforço e labor teatral a realizar o projecto lingüístico de «Irmandades da Fala». O nosso autor representaria umha figura ponte entre a Escola Regional de Declamaçom desaparecida em 1915 e o Conservatório Nacional de Arte Galega fundada polos homens da «Irmandade da Fala» corunhesa em 1919. Galo Salinas e Lugris Freire foram os que se consciencializaram da necessidade dum género dramático no nosso idioma e na história da nossa literatura, conscientes de que a sua difusom oral podia penetrar na burguesia castelhano-falante e consolidar a ideologia nacionalista de «Irmandades da Fala».

A denúncia social e política do grupo tampouco passa desapercibida na obra teatral de Lugris. A desconsideraçom social, o desprezo polo idioma ver-

(4) Como assinala F. Pilhado Mayor: «A Escola Regional de Declamaçom», in *Agália*, número 23, «Outono» 1990, página 294.

náculo, as liortas entre os intelectuais, a falta de altruismo e patriotismo verificam-se quando desaparece definitivamente a Escola Dramática Galega. É a sua umha obra que responde ao gosto da pequena burguesia incipiente naquela época. Em todas as histórias da literatura as publicaçons didácticas foram destinadas a esta classe social, respondendo assim às suas ambiçons de triunfo sobre a aristocracia. Na sociedade galega de inícios do século XX, o teatro fora utilizado polos nossos autores dumha maneira similar à dos autores do século XIV quando escreviam prosa didáctica na França, em Portugal, etc...

0 18 de Julho de 1903, Lugris estreia o primeiro drama em prosa *A ponte.* Compreende dous actos e desenvolve-se nas marinhas de Betanços. As suas personagens actuam no ambiente social vigente naquela época. O autor elege um vinculeiro que representaria o caciquismo senhorial. As apetências do vinculeiro nom som outras que a conquista inobre dumha mulher da aldeia casada e com filhos. A perdiçom do cacique é devida à sua imoralidade. O autor apresenta-nos um cacique perverso, um aldeao instruído em questons sociais ou que em todo o caso professa ideias avançadas, figura simbólica de umha classe burguesa incipiente. Nom podia faltar a miséria dos camponeses explorados polos caciques, nem a velha supersticiosa.

Estas mesmas coordenadas acharemo-las em outro drama intitulado *Minia,* mulher aldrajada polo cacique Reinaldo apodado «o raposo». O desenlace destas peças responde ao desenlace do drama social e sentimental: o aldeao acuitela o cacique com umha faca.

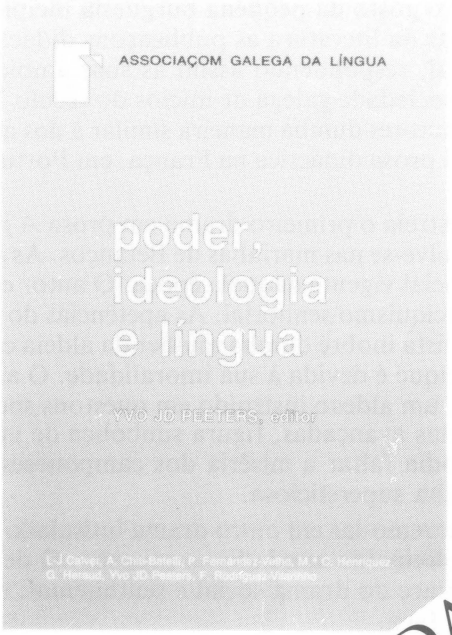
Com *Mareiras,* drama em três actos, o autor depois do sucesso de *A ponte,* quijo demonstrar que o público aturava em galego nom só drama senom também drama longo. A ambiçom literária e lingüística leva-o a introduzir nos diálogos entre marinheiros, frases sentenciosas próprias da oratória oficial da burguesia espectadora. Lugris disfarça assim as suas personagens, marinheiros de Sada que ele conhecia na realidade.

A Escola Regional de Declamaçom nom chegou a representar outros dramas de Lugris: *Esclavitú, O Pazo, Estadeíña.*

Lugris com a sua actividade teatral fijo ressurgir o teatro galego. A sua intencionalidade social e lingüística respondia basicamente à ideologia de «Irmandades da Fala», da «Geraçom Nós», movimentos nacionalistas que suplantam os regionalistas do século XIX.

Na sua obra poética aparece como um continuador dos seus antecessores románticos: Rosalia, Curros, Pondal.

Igual que os seus contemporáneos, Cabanilhas, Otero Pedrayo, Lugris é um autor ao serviço de umha naçom e um idioma.


ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA
poder,
ideologia
e língua
YVO JD PEETERS, editor

NOVIDADES

Ernesto Guevara da Cal
LUA
DE ALÉM-MAR
RIO DE SONHO
E TEMPO
CAPA:
José M. Aldea

ANTOLOGIA

Eternidades

Rita CARVALHO DE DIOS

I

A Arturo André

Criança
e toda a vida se abre
Os olhos, um ponto só de começo e final
O sorriso
um infinito aceno de reencontro
Sons sem sílabas,
sussurros de deuses lembrando-te em sonhos
Criança
levo-te em mim desde o rompente primeiro
e quando te penso
a alma cheia se me fai umha borbulha
que estoupa
a colher todos os perfumes
de todos os sois
e de todas as luas.

II

Era umha flor belíssima.
A forma nom podia dar-lhe nome,
a cor era exquisita e inconcreta,
o recendo inspirava sales de aurora e rocio,
danças ocultas de sol-pores maduros.
Podia colhê-la. Romper o seu cordom de seiva
e adornar o meu cabelo acompanhando o sorriso expressivo.
Era tam só minha naquel instante de glória.
Podia ser minha. Minha? Já nom
desde que quebrara os seus braços longos
e assi chegara o vento seco que
arrasta os moribundos cansos.
Fiquei ali surprendida,
palpitando a sua beleza nas minhas pupilas verdes.
Beijamo-nos profundamente.
Conhecim o amor e embriagamo-nos em segundos de eternidade.
Era um segredo de amor profundíssimo, repito.
Tam só nos goçamos quando a Providência nos concede tal dom
mas, cada madrugada, quando ainda o sol dorme, e todos
dormem, os nossos braços alargam-se tanto
como o desejo dos coraçons vivos e
deixamo-nos ser, irremediávelmente,
amantes secretos.

III

Retorno às salgadas águas do Mar imenso
com mais ondas que afogar
e a face molhada de sangue e abismos.
Reconheces-me de novo, caro Eterno?
Se soubesse onde mora
a minha alma em ti para eu
reconhecer-me!
Enquanto, sigo a ser
o vagabundo ferido
que eternamente volta a Ti
com as maos perdidas e magoados gestos.

VI

A José Luis

Tinha os olhos de mais de cem anos
e a Vida contava-lhe trinta e dous,
a pele de criança belíssima
e a fronte, como a minha,
cara um incerto final.

V

Detrás dum alto penedo
erguem-se chamas vermelhas
como pintando na noite
um quadro ferinte em vela.
E berra o carvalho e o pinho,
e berram as uzes e a fraga,
carpaços e tojos berram
sentindo o lume que se espalha.
Ouveiam os lobos na serra,
choutam medrosas as lebres,
os coelhos fogem à pressa
sem saber se é para sempre.

Longo gemido na noite,
longa ferida na serra,
desde o alto dun penedo
esvaram bágoas da Natureza.

Castelao (*)

José Jorge LETRIA

Passado está ao papel com estrelas de fogo
polvilhando os panos da tragédia
o homem que experimentou o exílio da fala
no exílio da terra, o que tingiu de orvalho
o eco das manhãs e se declarou insurrecto
quanto até o sonho era rebelde.

Escreveu exílio ou esílio, galiza ou galicia?
A que portos rumou por não poder aportar
ao verde e à paz cantante das veredas,
por não lhe ser consentido o retorno
ao recanto mártir, à casa mãe dos homens perfilados
nos dibuxos, das cousas esvaídas
no tumulto navegante de nunca mais voltar.

Repartido está o homem por esperas e por falas
convocando os outros homens para a praça
larga, lancinante das comuns pelejas, letras de água,
materiais de vento, sinais de lume que da obra
fazem alma e da alma porta de vozes
onde o sol devagar se acoita.

Chamava-lhe troveiro ou trovador, jogral talvez,
e assim deixava quase tudo dito, que lírico
é também o impulso da mão que rasga na página
a viagem do homem exilado de si nos exílios da terra.

Menino igual a neno, pobo igual a povo,
vocábulos gémeos de seiva e água mansa.
Rianxo, coruñesa vila, Buenos Aires ancoradouro
da derradeira ânsia de dizer. Imóvel está agora
a mão que escreve o homem à altura do homem.

Retorna o coração à casa e com ele a boca
que disse liberdade e nela se cumpriu,
o galego universal que teimou em soletrar luz
onde apenas sombra havia a castigar os dias.

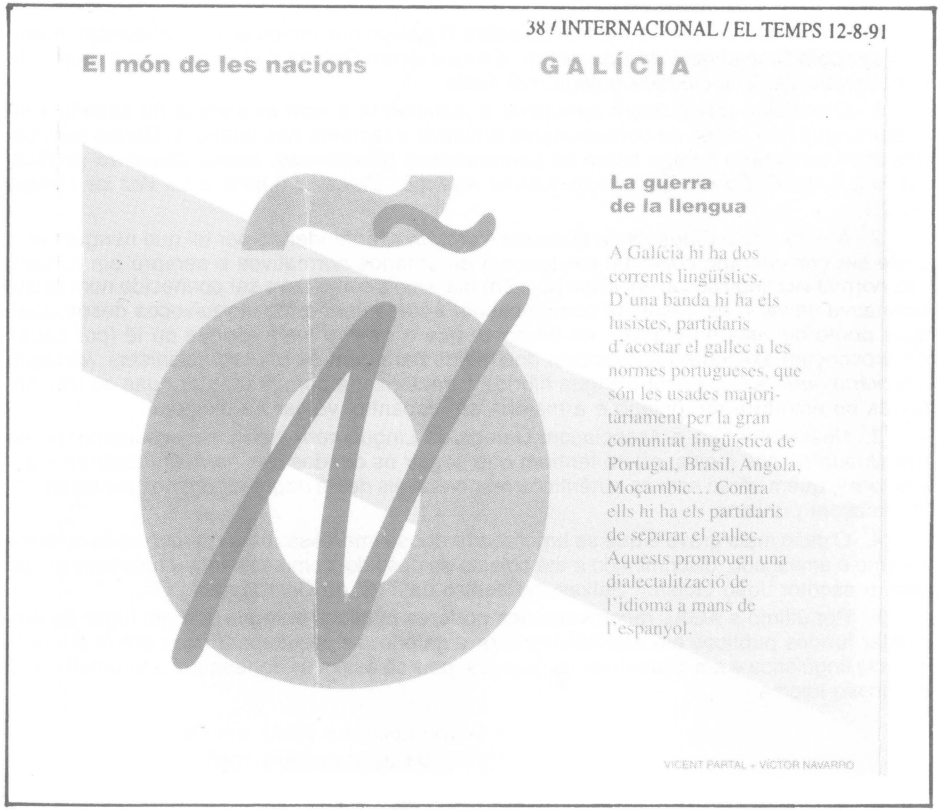
(*) Ver «Nótula» de Ernesto Guerra da Cal, pág. ???

DOCUMENTAÇOM E INFORMAÇOM

A GUERRA DA LÍNGUA

Embora na Galiza se tenta silenciar e mesmo negar o forte conflito existente a respeito da situaçom do galego, já começa a ser freqüente a publicaçom de titulares ou comentários em semanários ou jornais editados longe da Galiza que utilizam o vocábulo guerra para informar sobre a «questione della lingua» (Ver titular em jornal português com este título neste mesmo número).

Um leitor de Alcalá (Madrid) fijo chegar a referência aparecida o dia 12 de Setembro de 1991 em *EL TEMPS,* na secçom internacional, em página 38. De um modo gráfico bem



38 / INTERNACIONAL / EL TEMPS 12-8-91

El món de les nacions

GALÍCIA

La guerra de la llengua

A Galícia hi ha dos corrents lingüístics. D'una banda hi ha els lusistes, partidaris d'acostar el gallec a les normes portugueses, que són les usades majoritàriament per la gran comunitat lingüística de Portugal, Brasil, Angola, Moçambic... Contra ells hi ha els partidaris de separar el gallec. Aquests promouen una dialectalització de l'idioma a mans de l'espanyol.

VICENT PARTAL + VÍCTOR NAVARRO

significativo, a emblemática letra «Ñ» espanhola, pode esclarecer os dous posicionamentos situados em pé de guerra na Galiza. Os lusistas, partidários de aproximar o galego às normas portuguesas, que som as mais usadas maioritariamente pola grande comunidade lingüística de Portugal, Brasil, Angola, Moçambique... Contra eles, os partidários de afastar o galego. Estes promovem umha dialectalizaçom do idioma a maos do espanhol.

Para que logo se afirme nos meios de comunicaçom e em actos, nos quais falam só membros do «ILG» que na Galiza nom há conflito e que as teses isolacionistas, promovidas polo «Instituto da Língua Galega» ja tenhem ganhado a batalha...

No desenho que reproduzimos o leitor pode ver como para a comunidade lingüística que denominamos ibero-románico oriental, no mundo das naçons os problemas do galego também provocam interesse e compreensom.

□ □ □

O GALEGO NOS MEIOS DE COMUNICAÇOM: OU NOM EXISTE OU EXISTE COM GRAVES ERROS

Perante a celebraçom das jornadas sobre *O galego nos meios de comunicaçom,* patrocinadas pola Conselharia de Educaçom, a Associaçom Galega da Língua com o ánimo de consciencializar à sociedade galega manifesta:

1. O primeiro que cumpre denunciar é justamente a *nom existência* ou ausência da nossa língua nos meios de comunicaçom privados e também nos públicos. Dados publicados num semanário galego falam de percentagens baixíssimas, assim: *Diario 16 de Galicia,* o 3,67%; *El Correo Gallego,* o 5,84%: *Atlántico Diario,* o 0,83% e *La Voz de Galicia* o 2,21%.

2. Atendendo à *Cláusula de Garantia Normativa,* entendendo por tal que nengum erro pode ser considerado como tal em funçom de critérios normativos e sempre em funçom das normativas lingüísticas em litígio hoje em dia —pois como deve ser conhecido nom existe normativa oficial— os meios de comunicaçom apresentam erros inequívocos desde qualquer ponto de vista normativo, até tal ponto que o que se mais escuita ou lé (por causa da proscriçom existente na direcçom dos meios para com os reintegracionistas, *(excepto um diário ourensano)* é umha língua híbrida caracterizada por apresentar duas ou três palavras ou estrutura em galego e a maioria em espanhol vulgar ou dialectal.

3. Nesta denúncia a Associaçom Galega da Língua *nom inclui,* necessariamente, os trabalhadores dos meios, quem tenhem que seguir os ditados dos *normativizadores e assessores,* quem afinal som os autênticos responsáveis desta degradaçom nos meios de comunicaçom públicos.

4. O caso mais grave é que se um trabalhador se interessar pola correcçom idiomática mesmo é ameaçado, discriminado e até objecto de despido, como aconteceu há pouco tempo com o escritor João Guisám Seixas, no centro da *TVE* de Compostela.

5. Por último a AGAL recomenda aos poderes públicos galegos que em lugar de empregar fundos públicos em actividades cara a galeria, se preocupem mais em criar consciência lingüística e em alfabetizar os galegos, pois só assim se conseguirá a sobrevivência do nosso idioma.

O Grupo Local da AGAL em Ourense
21 de Setembro 1991

O DESENCONTRO DE ESCRITORES GALEGOS E PORTUGUESES

Organizado polo «Consello de Cultura Galega», a «Universidade de Santiago de Compostela» e com a colaboraçom da «Fundação Calouste Gulbenkian», os días 12-15 de Setembro na cidade de Compostela tivo lugar o *Encontro de escritores galegos e portugueses,* que mais que *Encontro* se converteu num *Desencontro,* tendo como questom de fundo o reintegracionismo. Que aquelas pessoas da organizaçom após consagrarem os seus esforços a tentar separar a mesma língua falada a umha e outra beira do rio Minho, venham agora a tentar «aproximar» as literaturas evidentemente nom é umha atitude e facto coerente.

Neste Desencontro as intervençons eram ordenadas em «Narradores portugueses», por exemplo de 17,00 h. a 20,00 h. e os «Narradores galegos» de 10,00 h. a 13,00 h., esta divisom era a mesma para a poesia, as mulheres e a literatura, teatro e jornalismo e jornalismo literário. A mesma cenografia do velho parlamento galego servia para marcar a distinçom: os assistentes galegos sentados num lado das bancadas e os portugueses no outro, sem

La Voz de Galicia, lunes, 16 de septiembre de 1991

Una mesa redonda sobre periodismo literario cerró el «I Encontro de Escritores galegos e portugueses»

Santiago (Redacción). Con una mesa redonda sobre el periodismo literario y crónica se cerraron a primeras horas de la noche de ayer las sesiones del «Encontro de escritores galegos e portugueses», que reunió desde el pasado jueves en el pazo de Fonseca de Santiago a intelectuales y profesionales del mundo de la cultura de ambos lados del Miño.

El reintegracionismo lingüístico puso la nota discordante en la última sesión de este encuentro, con la lectura de un comunicado por parte de un asistente al coloquio, que argumentó que su ortografía lusista había sido la causa de su despido como ayudante de realización en el centro regional de TVE.

Tras el revuelo inicial por lo que unos pocos aplaudieron y la mayoría rechazó, incluyendo a los portugueses, que dejaron claro que en Galicia lo que debe hablarse y escribirse es el gallego, el debate se centró básicamente en el periodismo cultural gallego, con opiniones encontradas y, cuando menos, críticas con respecto a la situación de los medios y sus profesionales. Estas críticas se reflejaron sobre todo en las ponencias del escritor Xosé Luis Méndez Ferrín y el periodista Gustavo Luca de Tena.

Las intervenciones de los periodistas Manuel Rivas y Luis Álvarez Pousa se centraron en cuestiones de índole más profesional y de diversos análisis de la situación periodística.

Sus experiencias personales sirvieron a Manuel Rivas para analizar la situación actual del periodismo cultural gallego, sobre todo en cuanto a la necesidad de libertad creadora y de motivación profesional.

En ese sentido, el autor de «Un millón de vacas» se refirió a las tensiones que a él personalmente le causan su doble situación de escritor y periodista.

Se lamentó Manuel Rivas, también con conocimiento de causa en una doble dirección, de la mala imagen que los periodistas y la prensa en general tienen entre buena parte de la intelectualidad de este país.

Las consideraciones que expresó Luis Alvarez Pousa reflejaron el panorama que en general ofrece la prensa gallega a nivel cultural, tanto desde el punto de vista del modelo como del profesional.

mistura nem contaminaçom. E o que é mais grave, os galegos a falarem para os galegos e os portugueses a falarem para os portugueses. Eram monólogos endogámicos, rotos em ocasions polas intervençons e perguntas de professores como a Dra. Elvira Souto, a Dra. Aurora Marco e D. António Gil Hernández. Um único traço parece unir os escritores galegos e portugueses convidados para participar nas palestras: a sua incapacidade de fugir às forças centrípetas de um universo fechado de interesses gremiais, de lutas subterráneas, de miopia intelectual e vital. Parecia um Encontro de advogados, notários, ou inspectores de contas que, tendo sido eliminados nos seus correspondentes concursos, se tivessem dedicados às letras com a mesma atitude que aos documentos notariais ou estado de contas. Parecia como se se sucedessem intermitentemente aulas da Faculdade de Filologia de Santiado e da Faculdade de Letras de Lisboa. Só a modorra e o fastio fôrom comuns. Às vezes, mesmo, ao entrar e ao sair pola porta da sala, os escritores galegos e portugueses encontravam-se de facto, saudavam-se e seguiam cada um o seu percurso. A nota «discordante» do reintegracionismo era recebida portanto com incomodo, com umha queixa geral das molas das poltronas de Fonseca.

Neste Desencontro sublinemos os incidentes acontecidos na Mesa-redonda, celebrada o último dia dedicada ao «Jornalismo Literário/Crónica na Galiza de hoje» na qual si havia coerência com a nota de imprensa publicada no jornal «La Voz de Galicia» e que reproduzimos e o conteúdo (apesar de que algum dos presentes a denominou «táboa», porém podia-se comprovar que se tratava de umha mesa autêntica, e boa, e nom umha táboa posta de qualquer maneira sobre os joelhos dos participantes) e nom precisamente porque a nota reproduza fielmente o que naquela última sessom aconteceu.

Tendo girado a sessom de encerramento ao redor do jornalismo e tendo falado todos os intervenientes, teórica e ampulosamente, da manipulaçom informativa, a nota que comentamos parece tratar-se de um exercício prático para confirmar a teoria exposta. Um exemplo revelador da manipulaçom informativa, por se nom tinha ficado no decorrer das intervençons em que consistia. Basta dizer que todo foi tam certo como que «Tras el revuelo inicial... el debate se centró básicamente en el periodismo cultural gallego». Após o «revuelo inicial» ocasionado polo escritor João Guisám Seixas (sobre cujo caso informamos noutras páginas deste mesmo número) nom houvo debate nengum, e ainda menos sobre o jornalismo galego. As ponências sobre este tema, polo contrario, ocuparam a primeira parte da sessom. O Desencontro acabou numha cena própria de filme italiano ou de Ópera bufa: o público em pé, o moderador (do «Instituto da Língua Galega») tentando dar por finalizado o acto, com decoro, impedindo o uso da palavra ao escritor João Guisám Seixas, escritor reintegracionista discordante. No meio do tumulto e «sotto voce» um representante da delegaçom portuguesa leu um acordo por que se concedia nom sabemos que mençom oficial à Doutora Pilar Vázquez Cuesta que mesmo chegou a verter «duas bágoas» que trazia preparadas da sua morada, embora ninguém reparasse já em gesto tam comovedor.

Com anterioridade um dos escritores em grafia espanhola da posguerra, Xosé Luís Méndez Ferrín, tinha abandonado a sala após ter tentado, sem o conseguir, fazer calar o escritor reintegracionista discordante, em nome nem mais menos da «liberdade de expressom». Méndez Ferrín manifestou que el nom tinha ido ali falar de temas ortográficos, nem da discriminaçom e perseguiçom contra um escritor/trabalhador da TVE por causa das suas concepçons lingüísticas. Antes de sair, porém, este magnífico usuário da letra «ñ», deu como umhas palmadas nas costas do jornalista portuense Viale Moutinho, sentado ao pé dele. O público nom chegou a compreender o alcanço deste gesto: estava a lhe dar corda. Destarte Méndez Ferrín conseguiu umha façanha épica: continuou a falar mesmo depois de ter abandonado a sala. O jornalista portuense foi o único português que expressou a sua opiniom (e nom em nome de todos os portugueses presentes ou ausentes).

Em resumo: nom é com actividades promovidas por pessoas como Pilar Vázquez Cuesta e Henrique Monteagudo como se pode conseguir «aproximar» as literaturas; nom é com a exclusom de determinados escritores (entre os silenciados estavam Jenaro Marinhas del Valle, Henrique Rabunhal, César Morám Fraga, Ernesto Guerra da Cal, etc.) como se pode abordar a problemática das literaturas galega e portuguesa; nom é ocultando o conflito sobre a língua dos escritores como se abordam nos países democráticos os problemas da Literatura.

Extraordinária repercusom nos meios de comunicaçom portugueses tivo este *Desecontro de escritores.* Temos que salientar que o jornal *PÚBLICO* de Lisboa nos días 14 e 15 de Setembro dedicou umha página inteira a informar sobre o decorrer do *Encontro,* recolhendo com clareza o conflito existente na Galiza sobre a norma, texto que reproduzimos:

> visto pelo poder, seja ele galego. Ainda assim, a discussão muito interessante que se estabelecera foi abafada por uma outra: a dos problemas da língua galega: "O galego é uma língua 'oculta'", dizia alguém. Que quer isto dizer? Que nas cidades não é falada. É de facto uma situação anormal. Por isso se fala aqui tanto em "normalização" da língua. Mas, mais uma vez, a política se sobrepôs à vida. Porque o Governo autonómico se preocupou mais em criar normas para a escrita, do que em proteger o uso "normal" da língua. "E ainda por cima, as normas são castelhanizantes", disse um assistente. Enfim, uma discussão em parte provocada por um grupo de contestatários galeguistas da Associação de Amizade Galiza-Portugal, que distribuiu também um comunicado em que consideram este Encontro uma interferência das instituições do Estado numa matéria que deveria ser uma organização cívica.

No Domingo dia 16 também informou sobre a troca de pontos de vista entre o escritor Xavier Alcalá e a Professora Dra. Elvira Souto, incluída mesmo umha sugestom de agressom física, como os nossos leitores podem ver:

> Mais uma vez ficou provado que os problemas da língua adulteram a discussão especificamente literária na Galiza: uma troca de pontos de vista entre Xavier Alcalá e a escritora Elvira Souto — autora de "Viagens na Literatura, uma colectânea de ensaios, em que "O Mosteiro", de Agustina Bessa Luís e "O Ano da Morte de Ricardo Reis", de Saramago, não são esquecidos — ganhou calor e houve até uma sugestão de agressão física. Tais atitudes são incompreensíveis se não se souber que Alcalá defende a norma gráfica do Governo autonómico para a escrita do galego e Elvira Souto é "lusitanista", isto é, prefere uma aproximação ao português, considerando a norma governamental um "castelhanismo" encapotado.
>
> Os lusitanistas são aqui minoritários. Sentem-se marginalizados, também por este Encontro, e avançam as suas razões: quem escrever nesse galego mais próximo do português vê fecharem-se-lhe as portas dos jornais e os subsídios do Governo autonómico para a edição de livros — a compra de quatrocentos exemplares à cabeça.
>
> No final foi aprovada, por aclamação, uma proposta de Óscar Lopes: "Dada a íntima afinidade histórica e antropológica existente entre Galiza e Portugal, propõe-se que em todos os cursos de línguas e/ou literaturas que incluem a literatura portuguesa, funcione uma disciplina de cultura galega".

De grande interesse consideramos o artigo na Sexta-Feira, 27 de Setembro de 1991, de Torcuato Sepúlveda quem analisa com grande acerto a situaçom lingüística e a guerra da língua na Galiza:

GALIZA

A GUERRA DA LÍNGUA

TORCATO SEPÚLVEDA*

"Probe Galicia, non debes / chamarte nunca española, / que España de ti se olvida / cando eres, Ai! tan hermosa." Pobre Rosalia de Castro (1837—1891), que é bem o retrato do drama galego. A poetisa oitocentista utilizou tantas vezes, para expressar os seus sentimentos nacionalistas, um galego eivado de castelhanismos. Uma espécie de "castrapo", por extensão do sentido primeiro do vocábulo: um galego que se disfarça de castelhano. Hoje, como ontem, a língua continua no centro do nacionalismo galego.

O nacionalismo galego existe. Tem mesmo representação parlamentar. O Bloque Nacionalista conta com cinco deputados no parlamento regional; o Partido Socialista Galego, com dois. São ambos nacionalistas e reintegracionistas ou até lusistas. Isto é, mais ou menos moderadamente, defendem a reintegração da língua galega no seu "habitat" próprio, que é o do português, nas variantes europeias, africanas ou brasileiras.

Para entender as contradições da política galega é preciso perceber que os projectos sociais se misturam com os problemas linguísticos. É que, sendo aqui os nacionalismos praticamente todos de esquerda, as sùas divergências são tantas que a única coisa em que se entendem é a propósito da defesa da língua. O Bloque, que começara por ser a casa grande da esquerda radical, sofreu diversas cisões — a mais importante das quais foi protagonizada, em 1985, pelo Partido Comunista de Libertação Nacional (PCLN). O PCLN integrou depois, com Galiza Ceibe, Colectivos de Avanzo Popular e Colectivos Nacionalistas, a Frente Popular Galega, que desenvolveu acções armadas. Mas o PCLN acabaria por cindir também desta nova frente, que se recomporia sob o nome de Assembleia do Povo Unido.

Hoje, desta "mouvance" de extrema-esquerda resta activo o Ejercito Guerrilleiro do Pobo Galego Ceibe [Livre], que ainda há semanas deixou sem água e sem luz, com o rebentamento de uma bomba, a cidade de Ferrol — a antiga Ferrol del Caudillo, porque lá nasceu Franco. Recorde-se que a muito noticiada portuguesa Susana Poças militava no Ejercito.

A razão pela qual o guerrilheirismo, e até formas mais moderadas de esquerdismo, nunca gozaram de grande influência na Galiza — os partidos com mais força parlamentar têm sido o PSOE e agora o Partido Popular, do direitista Fraga Iribarne — foi a mesma que impediu a hegemonia da língua galega nesta nação sem

Estado: a falta de uma burguesia que sustentasse com o seu dinheiro e o seu pundonor nacionalista a causa da cultura galega e de um proletariado urbano que fosse o seu braço armado. Ao contrário do que se passou na Catalunha, em que a burguesia tinha, e tem, orgulho nas suas raizes, e brandiu sempre o catalão como bandeira autonomista e até independentista contra Madrid, o galego foi, desde o século XIV — quando Portugal se virou definitivamente para o Atlântico e "assassinou" segunda vez uma mãe que já fora morta por Afonso Henriques —, uma língua falada por camponeses, de que a nobreza e uma burguesia pouco mais do que funcionária se envergonhavam. Daí que Rosalia de Castro, quando quis cantar a Galiza "na lengua gallega", tenha encontrado como ferramenta uma mera fala rural e a sua poesia esteja eivada de castelhanismos.

Norma polémica

Dir-se-á: existe uma norma para o galego escrito, votada no parlamento regional. Existe, sim, mas é contestada. Por quem? Precisamente pelos reintegracionistas. Porquê? Porque a consideram uma tentativa de castelhanização encapotada. A escrita é uma convenção, todos estão de acordo neste ponto. Mas o que os reintegracionistas afirmam é que, não sendo o galego uma língua completamente unitária — paroquializou-se devido à forte pressão castelhana, pressão que se acentuou com o franquismo, que proibia o ensino dos idiomas nacionais —, se escolheram, generalizando-as, as formas mais afastadas do português. Ora, na opinião desta corrente, o português é o futuro do galego. Por exemplo: a palavra irmão, na parte ocidental da Galiza diz-se "irmán"; mas na oriental já se diz "irmao". É apenas um caso, mas há muitos outros. A norma oficial escolheu "irmán" afastando-se da evolução lusitana. Para nós, nada disto parece muito importante, mas na Galiza a resistência a Madrid constitui uma guerra que lança mão não apenas de artilharia pesada mas também de paus e de pedras...

Ninguém, que desconheça a Galiza, pode imaginar a passionalidade que envolve estas polémicas: no encontro de Escritores Galegos e Portugueses — ocorrido em Santiago de Compostela, entre os passados dias 12 e 15 de Setembro —, quase ocorreu um confronto físico por causa destas matérias entre o ficcionista Xavier Alcalá (defensor da norma oficial) e a ensaísta Elvira Souto (reintegracionista e ex-secretária-geral da União do Povo Galego, organização comunista que integra o Bloque); um dos debates do mesmo Encontro foi interrompido por um ajudante de realização da TVE galega, João Guisan Seixas, que leu um manifesto em que acusava a TVE de o ter despedido por ser um conhecido "lusista"; entretanto, fora já distribuída aos participantes, pela Associação de Amizade Galiza-Portugal, um manifesto em que se protestava contra o facto de o Encontro não ser aberto a todas as tendências literárias e linguísticas galegas. No "dossier" distribuído, era também anunciado um "I Congresso Internacional de Literaturas Lusófonas", a realizar entre 19 e 21 do mesmo mês de Setembro, organizado pelas Irmandades da Fala da Galiza e Portugal. Adiante-se que a maior parte dos debates — quer tratassem de poesia, ficção, teatro ou jornalismo — eram atravessados pelo eterno problema linguístico.

Obsessão? Talvez, mas não só. Os escritores que, a partir do século XIX, quiseram recriar o galego como língua literária, encontraram-no ruralizado e pouco capaz de responder às necessidades e solicitações urbanas. Nas cidades, o galego pouco era falado, e quando o era não passava a maior parte das vezes de um "castrapo". Tentaram libertar a língua de impurezas castelhanas, tentativa que era acompanhada por desígnios autonomistas ou independentistas mais ou menos abertamente formulados. O franquismo veio travar este processo. A luta pela língua — à semelhança do que se passou também na Catalunha e no País Basco — tornou-se sinónimo de antifranquismo. Não admira, por isso, que os autonomistas e independentistas galegos lançassem um olhar guloso para o outro lado do rio Minho, quando se deu em Portugal a revolução do 25 de Abril.

Ainda hoje, nos bares do "casco" histórico de Santiago de Compostela, passam com frequência canções de José Afonso, Fausto ou Vitorino. Mas Portugal esteve sempre mais ocupado com outros problemas, da descolonização à entrada na CEE, para se aperceber do drama dos seus irmãos. Em todo o caso não convém irritar Madrid... Esta indiferença não impede que Portugal seja amado na Galiza. Às vezes demasiado. Ouvem-se protestos quando se diz mal de Portugal ou se reproduzem as ironias com que Eça de Queiroz mimoseou a sua pátria...

Que futuro?

As pressões do castelhano sobre o galego aumentaram entretanto, na opinião dos reintegracionistas. Segundo Elvira Souto, a televisão e a rádio cas-

telhanas bombardeiam a Galiza, tudo agravado pelo facto de os meios de comunicação audiovisuais autonómicos veicularem um galego péssimo e de não haver imprensa regional escrita em galego. O vosso combate pode ser considerado romântico, Elvira? "Sim. Romântico, desesperado e talvez condenado ao fracasso. Dentro de um século, se as coisas continuarem por este caminho, um linguista que se desloque à Galiza poderá concluir: 'Engraçado, fala-se aqui castelhano com influências de português!'"

"Não é assim, não é assim. As línguas não são feitas por linguistas, mas pelo povo que as fala", replica Pilar Vázquez Cuesta, professora da Universidade de Santiago, organizadora dos já referidos Encontros de Escritores Galegos e Portugueses e defensora da norma oficial. "A Galiza constitui um espaço cultural próprio. E até pelo seu isolamento, aqui as pessoas deslocam-se de uma cidade a outra para participar em iniciativas culturais. A vida cultural é mais forte em Santiago do que, por exemplo, em Salamanca. Os camponeses que se transformaram em operários e se deslocaram para a cidade deixaram muitas vezes de falar galego, é verdade, porque o castelhano era a língua de prestígio. Mas os filhos, quando entram na universidade, revalorizam o galego, procurando muitas vezes os avós para o aprender com mais segurança."

Vázquez Cuesta concorda que a norma oficial é por vezes aplicada comrigidez, mas querer transformar o galego em português, através de normas gráficas, "é um disparate": "Basta dizer que o vocábulo português 'castelhano' é um castelhanismo que nós não usamos!" Elvira Souto, porém, persiste no pessimismo e argumenta com o facto de até o sistema de ensino não ajudar o galego, pois a maior parte das disciplinas são ensinadas em castelhano, o que ainda há pouco tempo acontecia também com a própria língua galega: "Está a dar-se um processo de erosão. Em vez de impor uma 'norma' escrita para o galego, os apoiantes da medida deveriam lutar para que o galego fosse 'normalmente' utilizado pelos cidadãos em todas as circunstâncias da vida." E há algo que a revolta sobremaneira: que quem não edite segundo a norma seja automaticamente afastado do acesso a um subsídio ao alcance de quase todos os escritores que a aceitam, 300 exemplares de cada título comprados à cabeça pelos organismos autonómicos; "e se se quiser publicar um artigo nas escassas páginas deixadas ao galego nos jornais regionais, ele só passa se cumprir a norma fatal."

Responsabilidade limitada

No mesmo sentido se pronuncia Fernandes Camelo, professor de português, latim e grego na Universidade Autónoma de Lisboa e antigo leitor de português na Universidade de Santiago. Este reintegracionista lusitano — para além de criticar a falta de qualidade dos chamados "cursos de habilitação ao galego" para docentes, curtos e ministrados por maus professores — faz incidir as suas censuras sobretudo em Portugal: fala da cadeira de língua e cultura galega criada por José Augusto Seabra, na Universidade do Porto, que os novos planos curriculares extinguiram; da RTP que não cobre a Galiza e quando transmite cá programas galegos, "muito maus", os traduz, como se se tratasse de um idioma completamente estranho; de, ao invés, a Sociedade de Língua Portuguesa, de que aliás é membro, ter ridiculamente outorgado dois prémios de tradução para galego a livros de Camilo Castelo Branco e Viale Moutinho; do caricato de o terem chamado à Presidência da República para servir de intérprete numa entrevista dada por Mário Soares à TV galega; de apenas uma universidade privada, a sua, ministrar um curso de literatura galega, seguido por 15 alunos.

Fernandes Camelo não concorda, no entanto, com alguns elementos do Associaçom Galega da Língua — de que faz parte — que gostariam de transformar o galego em português. "O galego é diferente do português, como o português é diferente do brasileiro. Mas todos nos entendemos." Nisto aproxima-se do escritor galego Alvaro Cunqueiro (1911/1981) que — polemizando com o português Rodrigues Lapa, para quem o futuro do galego residia só no português — lembrou ao "grande filólogo e venerado amigo" que "iso é tan grave e de tan funestas consecuencias para nós como ver os problemas de Galicia con módulos castelháns. Tan imperialista é unha actitude como a outra." "O brasileiro e o galego é que podem ajudar o português de Portugal a não 'comer' as vogais todas", remata Fernandes Camelo.

Sai-se cansado da Galiza, esmagado com a angústia deste povo que se quer reençontrar, reencontrando-se com a sua cultura e a sua História. Mas tudo se lhe perdoa quando, numa estrofe de Cunqueiro, nós próprios nos reencontramos nos ecos longínquos de uma poesia comum: "As mozas xogan á risa / no cristal loiro da carne, / ai sí! // As nenas xogan cristais / na carne loira da risa, / ai non!" ■

*COM FERNANDO DE SOUSA

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PLANIFICAÇOM LINGÜÍSTICA

Nos dias 25, 26, 27 e 29 de Setembro de 1991, o Conselho da Cultura Galega organizava o *I Seminário Internacional de Planificaçom Lingüística* em Compostela. Os coordenadores, os professores Antón Santamarina e Xosé Rubal, reconhecendo a conjuntura actual de estagnaçom do galego, manifestavam o desejo de o encontro devir num instrumento dinamizador de umha política lingüística impulsionadora do nosso idioma face à pressom do castelhano como língua hegemónica.

A programaçom do evento ficava articulada em três conferências plenárias, outros tantos relatórios, quatro palestras e cinqüenta e seis comunicaçons (vinte e duas apresentadas por galegos, das quais cinco fôrom elaboradas por sociolingüistas reintegracionistas, três ou quatro por membros de colectivos afastados dos posicionamentos oficiais e as restantes por pessoas na órbita do «Instituto da Língua Galega»). Entre os participantes era importante a presença de cataláns como o Prof. Jaume Vernet (Univ. de Barcelona) ou Joan Maria Romani («Institut de Sociolingüística Catalana») e bascos D. Inazio Marko Juanikorena (Secretário Técnico de EKB).

Entre o material entregado aos participantes temos que salientar um estudo em francês do Presidente do Conselho da Cultura Galega, Xosé Filgueira Valverde, intitulado «La résurrection d'une langue: le galicien d'hier à aujourd'hui», destinado a ser publicado no *Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes,* em que tenta apresentar umha história da língua galego-portuguesa —mas nom objectiva nem científica por partir de preconceitos— desde a sua origem até o momento actual. Bastante significativo é o apartado destinado a informar sobre «a contestaçom» às teses impostas polo poder, que reproduzimos textualmente, cujas ideias se contenhem em páginas 128 e 129:

La contestation: «lusismo» et «reintegracionismo»

L'acceptation générale des normes a été empêchée par l'attitude d'un ensemble de personnes qui critiquent ce rapprochement avec le castillan et le rejet des formes portugaises. C'est un groupe très actif, qui compte des personnalités prestigieuses, des associations comme l'AGAL (*Associaçom Galega da Lingua*) et les nouvelles *Irmandades*, ainsi que des organes d'expression et de publicité.

Leur point de départ est la recherche d'une harmonisation avec le portugais, mais sans en adopter complètement la graphie ni les particularités phonétiques et morphologiques. Ils soutiennent que la garantie de l'avenir est chez les millions de locuteurs de la langue sœur.

Leur thèse de départ, c'est que les différences entre le galicien et le portugais sont des castillanismes, que tous deux sont une seule et même langue, et que le portugais en constitue le niveau cultivé par rapport au dialecte rural parlé au nord du Minho. Ils cherchent une norme approximative qui ne soit pas non plus la norme actuelle. Le terme de *reintegracionismo* qu'ils emploient est très révélateur, car il s'agit surtout pour eux de revenir à des formes qui ont été communes au Moyen-Age et qui supposent parfois une restauration hypothétique sans fondement, comme par exemple quand ils prétendent qu'il faut écrire *padrom* au lieu de l'authentique galicien *padrón*, mais non *padrão*, qui serait la forme portugaise, forme qui n'a jamais existé ici.

El Correo Gallego. Miércoles, 25 de septiembre de 1991

Xosé Filgueira Valverde e Victorino Núñez inaugúrano hoxe no Auditorio

Máis dun cento de especialistas no seminario de planificación do CCG

El Correo Gallego. Viernes, 27 de septiembre de 1991

Antón Kaifer e Ioaquim Arenas plantexaron as situacións vasca e catalana

Ensino e desacordo ortográfico, eixes do debate no 'Seminario'

SANTIAGO. Redacción

Na segunda xornada académica do 'I Seminario de planificación lingüística' que organiza o Consello da Cultura Galega, a polémica estivo centrada na incidencia do proceso normalizador no ensino, e nas desavenencias no acordo ortográfico plantexados por estudiosos e escritores reintegracionistas como Miguel Anxo Fernán-Vello, María do Carmo Henríquez ou Angelo Brea. A xornada iniciouse ás 9.30 da mañá coa conferencia plenaria da doutora da Universidade de Pittsburg, Chirstina Paulston, quen falou da planificación lingüística no ámbito da educación. Na sección B, Anxo Lorenzo, da Universidade de Vigo, fixo unha análise dos fenómenos distorsionantes na transmisión do galego dunhas xeracións a outras a partir do estudio dunha comunidade concreta.

A comunicación do profesor Khleif, da universidade norteamericana de New Hampshire, abordou o tema da minorización das linguas no seu territorio histórico tradicional, para afirmar que "o estado/nación está en proceso de disolución e a sociedade monolingüe é un mito". Rematou asumindo que "nun mundo cada vez máis indiferenciado, un dos poucos rasgos que poden sobrevivir é o idioma".

Entre os participantes da sesión da tarde atopábanse Ioaquim Arenas, xefe do servicio de Normalización no Ensino de Catalunya e Antón Kaifer, director xeral de renovación pedagóxica do Goberno vasco, quenes compareceron nunha mesa sobre problemas e proxectos de normalización lingüística no ensino.

Arenas, socio e membro honorífico da MNL galega, reafirmou nunha entrevista coa redacción deste xornal "a existencia de intercambio constante de estudios e experiencias entre Catalunya e Galicia a través de encontros e publicacións".

A pesar desto, non se quere pronunciar sobre a situación neste país, e prefire gabar o proceso catalán afirmando que "os obxectivos para nacionalizar o país foron a lingua e a educación. Temos a sorte de que o noso presidente... Eu son un grande admirador de Pujol como persona, presidente e nacionalista. É un corredor de fondo que sabe o que quere e onde vai".

Pola súa banda, o representante vasco Antón Kaifer di que "temos unha lei de normalización aprobada por unanimidade por todos os grupos parlamentarios, e non se pode dicir —como no seminario se apuntou sobre Galicia— que haxa ningún movemento nin intencionalidade desvasquizador".

Como nas *Actas* teremos melhor oportunidade de valorizar o conteúdo, temática e valor dos trabalhos, nesta ocasiom informamos tam só sobre algumhas afirmaçons realizadas nas mesas-redondas e o seu tratamento nos meios de comunicaçom.

A segunda mesa-redonda dedicada a analisar os processos de normalizaçom lingüística na Catalunha, Euskal Herria e a Galiza, o Director Geral de Política Lingüística da Junta, Manuel Regueiro suscitou a polémica e mesmo a atençom dos meios de comunicaçom (como se poder ver nos fragmentos dos jornais que incorporamos), porque a diferença dos representantes basco e catalám, nom forneceu dados, respondendo com evasivas às perguntas. Perante umha pergunta formulada por umha estudiosa austríaca, esta assinalou que tinha claro qual era o posicionamento dos três governos autónomos, para questionar logo a que respondia que fosse tam tímido o posicionamento do governo galego, obtendo por resposta de Manuel Regueiro que «os galegos somo espanhóis e estamos dentro da unidade de Espanha». Um dos participantes qualificou a política lingüística da Junta de «cas-

La Voz de Galicia, domingo, 29 de septiembre de 1991

El presidente de la Oficina Europea para las Lenguas Minoritarias pidió a los gallegos que no pierdan tiempo en discusiones internas

Las minorías lingüísticas en el seno de la CE cuentan con 40 millones de hablantes

Santiago (Redacción). La promoción y protección de las lenguas minoritarias en el seno de la Comunidad Europea cerró las sesiones del primer Seminario Internacional de Planificación Lingüística, en el que 160 especialistas de todo el mundo debatieron desde el pasado miércoles los modelos y posibilidades de intervención sociolingüística en países conflictivos y con realidades bilingües o multilingües. Dos relatorios plenarios completaron las sesiones académicas, que fueron clausuras a última hora de la mañana por el presidente del Consello da Cultura Galega, Xosé Filgueira Valverde, con la asistencia del director general de Política Lingüística, Manuel Regueiro, y de los dos coordinadores del seminario, Antón Santamarina y Xosé Rubal.

El eurodiputado por Córcega, Max Simeoni; y el presidente de la Oficina Europea para las Lenguas Minoritarias de la CE, Donall O'Riagáin, expusieron sus experiencias legislativas y burocráticas, acompañados del sociolingüista catalán Miquel Siguan, que actuó como moderador.

Donall O'Riagáin felicitó el papel que desempeñan los líderes políticos en la defensa de las monorías socioculturales y lingüísticas, después de escuchar a Simeoni. Reconoció que cualquier iniciativa pasa por el apoyo del Parlamento Europeo y encuentra el mayor escollo, tal y como ratificaron sus compañeros, en el Consejo de Ministros y en las maniobras de «retaguardia» de estados como Grecia y Francia.

Carta del Consejo de Europa para las lenguas

El presidente de la oficina para las minorías lingüísticas, tras explicar el funcionamiento del Consejo de Europa a los asistentes que no pertenecen a la CE, expuso el plan que está en marcha para conseguir que la Carta del Consejo de Europa para las lenguas minoritarias tome cuerpo legal, con su transformación en una convención permanente. Tras augurarle muchas posibilidades, recabó apoyos y presiones dentro de los respectivos estados para que la propuesta tenga éxito.

O'Rigáin, que calificó el momento actual de crítico, dijo que la dotación económica para el organismo que preside alcanzó los 2.000 millones de ecus en el 91, de los que un 70 por ciento se dedica a los proyectos y programas para la promoción y protección de las lenguas en minoría. Consideró después que no se puede aceptar el papel de meros observadores, y que había que aprovechar el momento de debate sobre la Europa de las regiones y de los pueblos, teniendo en cuenta que son más de 40 millones los que hablan lenguas monoritarias en el seno de la Comunidad Europea.

«No existe una única lengua mayoritaria —afirmó—, y es preciso que se reconozca la diversidad y que esta no es conflictiva, si no más bien que existen ciertas personas que se niegan a aceptar esa diversidad».

Simeoni incidió sobre lo mismo, indicando que la ayuda económica por parte de la Comunidad Europea existe (en el presupuesto del 92 se destinan a la protección y defensa de las lenguas minoritarias 37 millones de ecus). Para el diputado corso, «diversidad no es sinónimo, como se pretende hacer ver, de nacionalismos radicales. Ese planteamiento no es serio, porque los nacionalismos exacerbados obedecen a la necesidad de dar la única respuesta posible. No veo por qué tiene que haber una oposición entre Estado y respeto a las minorías, sobre todo porque el principio de la democracia esta en el respeto a la diversidad».

Reintegracionismo

En el coloquio se matizaron cuestiones como la del reconocimiento oficial de las lenguas en minoría en el seno de la CE. Los ponentes reconocieron que no era operativo el funcionamiento de los organismos con más de dos o tres idiomas oficiales, y que los demás, con el reconocimiento y el respeto correspondientes, se utilicen para traducir el material escrito. El caos sería total de no ser así, indicaron, aportando el dato de que el 40 por ciento del presupuesto se destina a traducción e interpretación.

La cuestión reintegracionista salió a colación en este debate. Vide Fernández Velho acusó a Siguan de «afogamento» de la problemática gallega en la mesa. A continuación, expuso las dos filosofías que AGAL considera como las únicas salidas a ese problema. Una de ellas es llegar al modelo luxemburgués, con la exigencia de que la condición sea que el portugués forme parte del curriculum escolar. La segunda filosofía es la reintegracionista, que, según el miembro de AGAL, supone o bien que se llegue a una variante del portugués, o que este idioma sea la lengua oficial por un proceso de ósmosis.

Los miembros de la mesa evitaron entrar en polémicas y se limitaron a decir que, en todo caso, era una cuestión interna de Galicia. El profesor Ferro Ruibal pidió la palabra para decir que la mesa había sido muy amable hacia un sector de una lengua minoritaria «que pretende presentar unha visión discutible e distorsionada». Fernández Velho, acogiéndose al derecho de réplica, fue interrumpido por Siguan después de empezar diciendo: «Supoño que estará ben pagado (refiriéndose a Ferro Ruibal) pola organización polos servicios prestados». El coloquió se cerró con la petición de O Riagáin: «No perdais el tiempo en discusiones internas de Galicia», que lo hizo «en nombre de Dios».

telhanizadora» ou de inexistente e criticou duramente o desenvolvimento do processo de galeguizaçom no sistema educativo. As declaraçons de Regueiro nom eram fortuítas, pois mais umha vez na sessom de encerramento declarava que a Junta tentava aproveitar «todo o que de positivo há no bilingüísmo operante que hoje se vive na Galiza». Um micro-regionalista como Regueiro nunca poderá entender que só se pode aspirar a ser um cidadao genuinamente europeu desde o respeito e o esforço pola promoçom do pluralismo cultural e idiomático.

Um dos debates mais presente após as sucessivas comunicaçons era o relativo ao conflito lingüístico a respeito das «Normas ortográficas e morfológicas», apesar de que esta temática foi relativamente lateral nos textos apresentados polos reintegracionistas, enquanto

os defensores da política institucional dedicárom a terceira parte das suas comunicaçons para desenvolver questons relativas à norma. E apesar de as propostas reintegracionistas suscitarem grande compreensom e adesom em muitos congressistas, a pressom do *lobby* obstaculizou qualquer debate público desde a racionalidade científica, através do silêncio ou da desqualificaçom apriorística. Em qualquer caso, na sessom plenária anterior à de encerramento, ante a intervençom de M. Siguán, quem silenciou por completo a problemática galega, o Prof. Fernández-Velho, expujo a única saida ao problema, citando duas únicas vias: umha seria chegar ao modelo luxemburguês, com a exigência de que a condiçom seja que o português forme parte do currículo escolar e a segunda seria a reintegracionista, a defendida pola «Associaçom Galega da Língua», que supom que a norma galega seja umha norma dentro do diassistema «Galego-Português». M. Siguán e os outros membros da mesa nom entrárom na polémica, aludindo que era um problema interno dos galegos; quem entrou foi o Prof. Ferro Ruibal para defender os membros da mesa e dizer que tinham sido muito amáveis todos os moderadores perante as intervençons dos reintegracionistas «um sector minoritário que tenta apresentar umha visom discutível e mesmo distorsionada». O Prof. Fernández-Velho respondeu: «Suponho que estará bem pagado pola organizaçom e que lhe pagará polos serviços prestados», incidente que foi recolhido por LA VOZ DE GALICIA no seu número do Domingo, dia 29 Setembro.

O poder autonómico, mais umha vez, limitou-se a celebrar com grande dispêndio de meios económicos, magnos jogos florais para a galeria, neutralizando destarte a incidência social de colectivos e associaçons mais comprometidos com a promoçom do galego e adiando irresponsavelmente umha intervençom institucional (um real planeamento normalizador) orientada a reverter a deriva dos usos do galego para a sua fatal extinçom nesta comunidade.

Entre os factos positivos devemos salientar a boa organizaçom, a pontualidade no cumprimento do programa, a qualidade do serviço de traduçom simultánea (com poucos erros), o extraordinário ambiente de cordialidade entre os congressistas roto tam só no momento dos duros debates e o facto de ser a primeira vez que os reintegracionistas podem apresentar as suas teses num evento organizado e programado desde o Poder.

□ □ □

TERCEIRO CONGRESSO DE ESTUDOS GALEGOS

Os dias 3, 4 e 5 de Outubro de 1991 nos locais do «Graduate Center» e do «Hunter College» da cidade de Nova Iorque, organizado pola «Asociación de Estudios Galegos» celebrou-se o Terceiro Congresso, com um reduzido programa de trabalho e muitíssima menos participaçom de estudiosos do que no *Segundo Congresso,* que tivo lugar na «Brown University», em Providence, no ano 1988. A prática totalidade dos participantes tinham acodido desde a Galiza, com as excepçons de entre outros Ana Maria Spitzmesser, Vicente Almazán —quem abordou um interessante estudo sobre *Galiza através da toponímia—,* Xoán González Millán —coordenador deste Terceiro Congresso—, Kathleen March, César Oro, Mirta Camandone de Cohen, Kathleen Glenn e Amado Ricón. Todos os demais participantes, até um total de umhas trinta pessoas eram professores ou investigadores do «Instituto da Língua Galega», da «Associaçom Galega da Língua», de Institutos de Bacharelato, das Universidades de Santiago, Vigo ou Corunha e da Rádio e Televisom Galega.

O programa, entregado justo no momento do início das actividades aberto com umha conferência de Jesus Alonso Montero, estivo estruturado em grandes blocos como *O Ressurgimento; Cunqueiro* sobre o qual apresentárom comunicaçons a Dra. Luisa Blanco (Universidade de Vigo), Ana-Sofia Pérez Bustamante (Universidade de Cádiz), Dorinda Rivera e Romero Sacido; *Literatura espanhola* feita por escritores nascidos na Galiza como Emilia Pardo Bazán ou Valle Inclán; *Música; Identidade e Ideologia* em que participárom Matilde Albert Robatto com o título «Significado metafísico da saudade de Ramón Piñeiro», Vicente Almazán, a Dra. Maria do Carmo Henríquez (da Universidade de Vigo e membro da «Associaçom Galega da Língua») com o tema «Ideologia e Língua na Galiza» e Xavier Lama (locutor da televisom galega) com o tema «O problema da identidade cultural nos meios audiovisuais en galego: pasado, presente e perspectivas de futuro».

O segundo dia de trabalho, 4 de Outubro, o programa centrou-se no *Medioevo e Renacimento: Lingüística I: Morfologia e Sintaxe* em que tomou parte o Dr. Antón Palacio com o título «Nova contribución ó léxico de Alvaro Cunqueiro»; *Literatura do século XX:* em que se lérom as comunicaçons de Maria Teresa López «Notas para unha definición do neotrovadorismo»; a Dra. Maria Carme Rios Panisse «Otero Pedrayo e as escritoras» e Dores Vilavedra «A polifonía nas novelas da colección 'Lar': estudio dos emisores inmanentes»; *O galego na emigraçom* com os contributos de Benigno Fernández Salgado «Aspectos sociolingüísticos dos emigrados galegos en Londres» e Luís Pérez Rodríguez «Eduardo Blanco Amor, periodista en Hispanoamérica»; *Textos e Teoria* em que participárom Xoán González Millán com o título «Por unha crítica de marxinalidade literaria»; Kathleen March com o tema «Por un achegamento non-periférico á literatura galega», a Dra. Camino Noia Campos com «Muller, literatura e identidade en Galicia» e a Dra. Elvira Souto (da Universidade de Corunha) com o título «Alguns espaços na literatura galega».

No terceiro día de trabalho estudárom-se as *Artes plásticas; Lexicografia e dialectologia; Transmissom, recuperaçom e aprendizagem da língua* em que apresentárom comunicaçons o Dr. José Maria Dobarro Paz (da Universidade de Corunha) sobre o assunto «Critérios de edición de textos poéticos galegos decimonónicos»; a Dra. Aracéli Herrero Figueroa (da Universidade de Santiago e da «Associaçom Galega da Língua») o tema «Questons textuais. Plágio ou transtextualizaçom? Sobre a autoria de peça 'O Chufón'» e Olga López o título «Sobre traduçom de textos literários»; *Lingüística II: Fonética, ortografia e gramática geral* em que falárom o Dr. Manuel González «As ideas lingüísticas de Castelao»; o Dr. Ernesto González sobre «O galego diante dos procesos da reforma ortográfica a finais do século XIX»; Henrique Monteagudo sobre «Interferencias lingüísticas inglés-galego nos emigrantes segundo Castelao» e o Dr. César Oro sobre «Unha perspectiva diacrónica das inconsistencias dos sufixos [iΘjo/-iΘo] en galego». As sessons finalizárom com o estudo da *Literatura do século XX* com diversos temas apresentados polos professores Mirta Camandone de Cohen, Kathleen Glenn a Amado Ricón que falou sobre «A función do grotesco na narrativa de Castelao».

Todas as sessons apenas tivérom colóquio; salientar o suscitado a respeito dos critérios de ediçom de textos galegos e os relativos a debater a problemática de Identidade e Ideologia.

□ □ □

SIMPÓSIO INTERNACIONAL «MULHER E CULTURA»

Sob a coordenaçom e organizaçom conjunta do «Departamento de Didáctica da Língua e Literatura da Universidade de Santiago de Compostela» e a «Associaçom Galega da Língua», os próximos dias 27, 28 e 29 de Fevereiro de 1992, celebrará-se em Compostela, no salom de actos da Escola Universitária de Formaçom do Professorado de E.G.B. o *Simpósio Internacional Mulher e Cultura.*

A Comissom organizadora, coordenada pola Profa. Doutora Aurora Marco López, está constituída polas Professoras Helena Alvaredo Serrano (Santiago), Doutora Maria do Carmo Henríquez Salido (da Universidade de Vigo) e a Doutora Aracéli Herrero Figueroa (Universidade de Santiago).

Este Seminário responde à importáncia que o tema da mulher tem atingido nos nossos dias um lugar importante no debate social tanto nos aspectos que dim respeito às reivindicaçons de carácter sindical quanto no lugar e papel que a mulher lhe corresponde no entramado da sociedade. Bem é certo que, nesta altura, parece ter-se alcançado um certo acordo sobre a justeza da reivindicaçom feminista, mas isto nom significa que exista o mesmo grau de consenso quanto a aspectos concretos ou orientaçons deste debate. Por outra parte, estudar a forma em que se concretizam as reivindicaçons específicas da mulher no nosso país parece-nos interessante nom só nos aspectos gerais como também nos mais específicos da sua vigência na realidade galega.

Fôrom essas razons que animárom o Departamento de Didáctica da Língua e a Literatura da Universidade de Santiago e a Associaçom Galega da Língua a organizar um Simpósio sob o título génerico de *Mulher e Cultura,* para abrir nos ámbitos académicos a discussom destes temas.

VIDDA GALLEGA

A cántiga da aboa

Pra VIDA GALLEGA

Arrincan os dedos da velha co piano
as notas doentes d'un canto lonjano
que lembralhe tempos que mortos ja son
¡Esquencese a probe do seu pelo cano
na sua ilusión!

Coida que vive ainda os anos de moza,
esquence o presente lembrando o pasado.
Os seus dedos tripan o branco tecrado,
nos seus beizos murchos o canto retoza
de novo lembrado...

. . . . . .

Os netos na estancia se foron entrando,
—non viunos a aboa que sigue entoando,
feliz, a cantiga de sons morriñosos—
a ela quedinhol-os nenos, curiosos,
se van achegando.

—¿Que cantas? Perguntan con voces singelas.
S'ergue ela de súpeto; o espelho de prata
a face esquencida de velha retrata...
e roda unha bágoa nas suas meijelas.

JENARO DAS MARIÑAS

5-V-932

CARBALLO CALERO: POLÍTICA E CULTURA

Zivegna D'ASCOLI

Neste século XX que entrou já na recta final, poucas figuras deu a Galiza da categoria intelectual e humana do professor Carvalho Calero. Muitos dos trabalhos e artigos dedicados ao professor insistem nisto, porque, realmente, mui poucas personalidades tenhem abarcado tam amplo campo de actividades e despertado tam fortes e tam incondicionais adesons, e, talvez por isso, precisamente, poucas tenhem sofrido tam aberrantes silêncios. Estudioso de extremado rigor científico, no campo do lingüístico e no literário, home enormemente criativo e dotado de um muito desenvolvido sentido da estética, pensador político de aguda visom de futuro e profunda análise da realidade quotidiana, ameníssimo conversador, grande ironista... Dom Ricardo volve, mais umha vez, à nossa memória com a ediçom do volume *Carballo Calero: Política e cultura,* de C. Blanco (1).

Com certa emoçom lemos todo quanto fala do, para muitos entre os quais creio contar-me, mestre, professor e amigo. Está tam próximo o falescimento que parece que ainda está entre nós para comentarmos, como tantas veces fazíamos, novidades editoriais. E inconscientemente pensamos em qual seria a opiniom de dom Ricardo sobre este recente livro, um livro que também foi galano, mas agora com diferente dedicatória, diferente letra e diferente assinatura com que tenho assinados a maioria dos estudos do professor.

Carme Blanco tem a gentileza de enviar-nos o livro *Carballo Calero: Política e cultura,* que, como já sabíamos do projecto, esperávamos com verdadeiro interesse. Induvitavelmente o volume, a publicaçom, suporia um «alegrom» para dom Ricardo. Está muito na linha da investigadora: sagaz, inteligente e dotada de umha grande gentileza. Trata-se de um heterogéneo volume. Um volume de co-autoria: C. Blanco-R. Carballo, e por essa orde, que assim eram dom Ricardo. Se se lhe perguntar, portanto, a Carvalho, a sua opiniom, já sei que me diria, como nos dixo a Ramom Reimunde, a Joám Carlos Rábade e a mim numha entrevista há muito tempo publicada, ao falar da literatura da post-guerra:

Son o estudioso da literatura contemporánea galega que ten traballado mais nesa área temporal mas nunca teño traballado sobre as miñas próprias obras, porque un é mau juiz de si próprio [...] A miña obra non é importante senón oportuna.

E o mesmo, isto último podemos salientar no volume: a oportunidade, porque esperamos seja primeiro de toda umha série de trabalhos, de diferentes autores, sobre o professor e máxime quando sabemos vai dedicar-se a el o Prémio «Anxel Fole»: decerto, umha grande satisfacçom que a cidade à que está estreitamente unido por vínculos familiares honre a quem deve a formaçom de várias geraçons de lucenses.

---

(1) Ediciós do Castro, Sada, A Corunha, 1991.

Mas voltemos ao volume que temos nas maos. Qual é a nossa opiniom? Talvez esse senti-lo um pouco «collage» resulte surpreendente, mas na heterogeneidade está também o atractivo da leitura, atractivo ao que se soma o interessante apêndice fotográfico.

Um livro, portanto heterogéneo. Um livro recopilaçom de dous trabalhos da professora Blanco que já conhecíamos, aos quais se incorpora a recuperaçom de textos de Carvalho, e o que hoje resulta de mais «novidade», por muito que diversas incidências já nos foram referidas e muitos dados conhecidos: a «Memoria Galeguista». Realmente, a professora Blanco manifesta mais umha vez as dotes de entrevistadora que possui. Dotes que nom som tam comuns como poda parecer, e pensamos agora em certas publicaçons de entrevistas a gentes de actualidade, nas quais, desde logo, nom podemos reconhecer os entrevistados a quem decerto, nom se lhes fai grande favor.

Se *Conversas con Carballo Calero* (2) é um importantíssimo volume, esta parte intitulada «Memoria Galeguista» nom o é menos, como nom seja mais. Nom é que creamos aquilo de que um povo que esquece a sua história está condenado a repeti-la, mas cumpre revisar questons passadas, ou polo menos considerá-las, para rectificar opinions «peregrinas» que a transmissom defeituosa foi propagando.

Estamos ante textos complementares de um *corpus* ilustrativo para a História de Galiza. Esse é o propósito de «Ediciós do Castro», que bem se dá conta do valor da publicaçom. Remetemos às magníficas palavras da capa do volume. E remetemos ao título da colecçom: «Documentos para a história contemporánea de Galicia», título, abofé, definitório. E como nom é o nosso propósito ponderar esse apartado em detrimento das partes originais da entrevistadora, falaremos duas palavras dos estudos «A crítica literaria de Carballo Calero» e «Da vida e da obra de Carballo Calero».

Salientável trabalho o da crítica literária que lembro comentar com Carvalho já no seu momento, quando saiu na *Revista Grial.* Sobre o seu critério do que deve ser a crítica literária tenho falado muitíssimo com o professor, melhor dito, discutido, porque desde logo, se Carvalho era benóvolo para os ensaios dos alunos e discípulos, mesmo excessivamente, nom o era tanto para, sobretodo, aqueles que, com «prepotência» e sobérbia (às que era tam alheio o professor!) se autodenominavam ou autoerigiam em «críticos» e transmissores da verdade absoluta. E hoje vemos que na maior parte dos casos tinha razom. Ademais Carvalho era um magnífico leitor, e nom podia aturar que as gentes nom soubessem ler ou improvisassem, ou argumentassem «superficialidades».

Dom Ricardo, polo menos comigo, era um home extremadamente polémico, mas se estimulava o debate e a discussom, nom gostava das polémicas públicas. Nunca aprovaria que nos metéssemos nelas (eu figem-no recentemente, mas el já nom vivia para presenciá-lo) E, da mesma forma, proibía totalmente qualquer juízo de valor nos trabalhos que el dirigia. Isto rotundamente. Nom gostava de que nos metéssemos muito em elucubraçons críticas. Lembro reprochar-me, com ironia, a minha dedicaçom ao estudo do conto desde umha metodologia rigidamente estruturalista, como também me «comentava» ironicamente, a minha excessiva afeiçom à semiologia e aos diagramas. Nom obstante, o seu derradeiro regalo foi o *Dicionário de Narratologia* de Carlos Reis. Realmente, um convite para estudar a sua narrativa, dívida que mantenho e que assumirei.

Mas voltemos ao estudo de Carme, do qual realmente gosto evocando o meu velho professor: de acordo totalmente com o carácter literário de sua crítica. Há já anos, fazendo-lhes nesta mesma revista a recensom ao seu *Livros e autores galegos,* ao sublinhar esse aspecto, solicitei de dom Ricardo a autorizaçom para utilizar umha carta pessoal em que falava do volume, de 400 páginas, como umha série de 400 cartas de amor à Literatura Galega, que tam esquiva era com el.

Dom Ricardo, tal qual era, nom podia autocitar-se, e, decerto, a crítica literária na Galiza, como bem di Carme, foi obra del, a el remete, e, paradoxalmente, eliminou-no do recenseamento de autores. Dom Ricardo excluíra-se, e como muitos reproduzem (por certo, mesmo

---

(2) *Conversas con Carballo Calero,* Galaxia, Vigo, 1989.

ad pedem litterae) as suas opinions e trabalhos, excluírom-no também. Só aparece em *Galicia Eterna* onde el mesmo, segundo creio, aconselhou que se lhe considerasse como da segunda promoçom do Seminário.

Mas voltando ao que dizia, e do que se doeu especialmente ao final da sua vida, devemos reconhecer que razom levava ao queixar-se da «esquiveza»: Carvalho foi silenciado, e afastado, polos seus, antano, mais próximos, aos que apreciava e queria.

Eu discutim-lhe muitas vezes sobre o particular. Falávamos com freqüência sobre aquelas «ingratitudes» e sobre o «ostracismo» ao que dizia estar condenado, porque, ainda que logo se alporizava e lamentava de que eu em todo o contradizia («minha onte obediente discípula e hoje desobediente colega» é a fórmula com que encabeça muitas das cartas que conservo), gostava de que o contradizesse.

Nom houvo terceiro Carvalho nos trinta anos que eu o conhecim, houvo, si, o professor jubilado e o home doído de abondonos, ainda que acompanhado por alunos, discípulos e amigos, entre os quais se contam Carme e Cláudio. Nom há, pois, ao nosso juízo, três Carvalhos, Carme. E esse é o aspecto no qual dissinto da tua opiniom, mas talvez seja o meu critério, o critério equivocado. Falaremos disso algumha tarde.

* * *

Todo está ainda muito próximo. Nom temos talvez ainda perspectiva para analisar certas questons. A professora Blanco fijo um trabalho ditado polo seu próprio conhecimento do professor. E a pessoa humana autenticamente rica é, realmente, caleidoscópica. Talvez a diversidade de opinions, o debate, nom está implícito no pluridiscursivismo de *Aos amores seródios?* Esse ser polifacético do home nom está acaso indicado na eleiçom do ponto de vista, na modelizaçom, nessa polifonia narrativa de *Scórpio?*

A professora Blanco, induvitavelmente, abre com este livro o colóquio, a discussom sobre umha figura tam rica e complexa como o professor Carvalho. Um colóquio ao que deveriam assistir com os antigos alunos de Ferrol que, como Esperança Carnero, guardam as melhores lembranças para aquel entom tam castigado professor, Emílio Valiño (nom falas acaso da transcendência que supujo passar polas aulas do teu tam nostálgico Fingoi?), as irmás Fernández (especialmente Dores, aluna logo e ajudante na Faculdade), ou os Fernández Puentes, as irmás Truque ou Baamonde, os López-Acunha... E logo Lídia Fontoira e Carme Garcia... José Luís, Aurora Marco e Elvira Souto... M.ª do Carmo Henríquez... Aquela geraçom de licenciados de Galego-Português cuja orla adornou o despacho do professor... Francisco Pilhado... Vitória Armesto... Meus pais, velhos companheiros de viage de dom Ricardo e María Inácia... Eu... E ti... E todos levaríamos razom...

A Carvalho silencio-se-lhe, mas também se lhe quijo muito: eram as alternativas, derivadas, desde logo, da encoberta ou manifesta admiraçom, da inconsciente ou consciente valorizaçom. O tempo irá peneirando feitos ainda muito próximos. O tempo irá colocando cada cousa no seu lugar e a inexorabilidade será o mais severo analista. E o tempo, e só o tempo, demonstrará e fará evidente para todos o que vimos dizendo: que poucas, mui poucas figuras deu a Galiza da categoria intelectual do nosso inesquecível mestre, professor e amigo que, mercê este livro da professora Blanco, volta para falar com todos nós.

□ □ □

CASTELAO

José Jorge Letria. *Cartas de Afectos.* Lisboa, Livros Horizonte, 1989. (Colecção «Horizonte Poesia»). Prémio da Sociedade Portuguesa de Autores.

Este poema de José Jorge Letria aparece a págs. 14-15 do mais recente livro do conhecido escritor luso. Que é um homem multifacetado: poeta (com 12 poemários publica-

dos, metade dos quais —inclusivamente este último— receberam prestigiosos galardões), ensaísta brilhante, ficcionista, prolífico autor de literatura infantil e figura pública como criador e apresentador de programas de grande sucesso na TV portuguesa. Ao longo dessa série continuada de poemários, plenos de autenticidade artística, J.J.L. manifestou desde o início do seu «ofício lírico» dotes invejáveis de imaginação e de sensibilidade de captação dos mais íntimos e delicados latejos da paisagem vital do Homem e o Mundo, e de um aprimoramento progressivo da personalização dos seus instrumentos de expressão poética: Fugindo sempre ao perigo das «liberdades e licenças» com as que uma parte considerável da poética ao uso encobre, com um balofo e fácil hermetismo artificioso, a falta de ideias para o espírito, a falta de símbolos para a imaginação e a falta de melodias para o ouvido. A maneira de dizer de J.J.L., embora ricamente metafórica, é directa, e o seu canto é claro, certeiro e isento dos discursivismos retóricos com que tantos «vates de vanguarda» nos mimoseiam. A lírica de J.J.L. parece exemplificar o «dictum» do crítico americano W.C. Warnest, que afirmou : *«For Poetry to survive in today's World it must be brought back, by its ears, within a prismatic speaking distance of the People».*

O poema que hoje aqui reproduzimos é, neste sentido, paradigmático. Nele, o poeta português nos oferece um perfil lírico de ricas dimensões, do Homem de Rianxo e do seu apostolado nacionalista, cívico e artístico —no que, com fina obliquidade poética, se desenha a problemática da Galiza actual (inclusivamente no que tem a dizer com a pugna ortográfica). Todos os galegos cónscios da sua identidade nacional têm uma dívida de gratidão com J.J. Letria por esta oferenda à nossa pátria. Especialmente porque em Portugal, nos nossos dias, poucas pessoas se lembram da figura de Castelao. Cujo nome e obra eram bem conhecidos nos meios literários do País irmão, nas décadas de 30 a 50. O nosso Daniel entrara em contacto com Portugal muito cedo, em 1908, recém formado em Medicina, quando lá foi, como 'pandereteiro' da «Tuna Compostelana» da qual era porta-bandeira o pai de quem isto escreve. Depois manteve contacto e foi amigo pessoal de muitos dos homens *d'A ÁGUIA* [1902-1932] —órgão da «Renascença Portuguesa», que tão relevante papel teve na vida mental lusitana do primeiro quartel de século que agora finda— e com o grupo da *SEARA NOVA* [1921] que em 1974 mudou a sua significação democrático-pedagógica, e o seu prestígio, quando os comunistas se apossaram da revista. Consta-me que conheceu António Sérgio em Madrid, em 1932, e Jaime Cortesão, em Barcelona, em 1938, durante a Guerra Civil. Outro grande «seareiro», o inesquecível Mestre Rodrigues Lapa, depois de ouvir Castelao falar, em Lugo, num comício galeguista, em 1932, fez da aproximação galaico-portuguesa um ideal obsidente e uma causa vitalícia. Nesse mesmo ano publicou na *SEARA* um belo artigo sobre o patriota galego. E em 1951 organizou um número quádruplo de homenagem póstuma da revista (Fevereiro. Números 1.204-1.207).

Hoje, repetimos, o renome de Castelao tem pouco eco nas terras de além-Minho —se exceptuarmos as áreas nortenhas vizinhas da Galiza —e em grande parte por culpa nossa. Daí a muito especial significação deste preito lírico de J.J.L., desta «cantiga de bem dizer»— que ademais da emoção estética que como poema nos produz, comove-nos nacionalmente, pela sua exaltação «do galego universal que teimou em soletrar luz / onde apenas sombra havia a castigar os dias»; e «da mão que escreveu o homem à altura do homem».

E.G. da C.

LONDRES
20 de Setembro
1991

Publicaçons da Associaçom Galega da Língua

- *Colecçom «Universália»*

Lôpez-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais,* 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego,* 1983. 169 págs. (Esgotado).
2.ª Ed. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas,* 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego,* 1985. 318 págs.

Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

Lôpez-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural,* 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: *Contribuiçom ao estudo do romance iniciático galego,* 1987, 95 págs.

Haller, Michel, *Tratado de contraponto e de composiçom contrapontística.* Traduçom e adaptaçom de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados.* 1988. 128 págs.

Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1989. 928 págs.

Monterroso Devesa, J. M.: *Apelidos galegos.* 1989. 32 págs.

Morám Fraga, César-Carlos: *O mundo narrativo de Álvaro Cunqueiro,* 1990. 176 págs.

Associaçom Galega da Língua: *Poder, Ideologia e Língua* (Yvo JD Peeters, editor), 1991. 120 págs.

- *Colecçom «Clássicos»*

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón,* Ediçom, estudo e adaptaçom ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalia de Castro: *Folhas Novas,* Ediçom e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

- *Colecçom «Criaçom»*

Manuel Maria: *A luz Ressuscitada,* Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985),* 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura,* 1987, 170 págs.

Béjar, Julio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

Guisan Seixas, João: *Origem certa do farol de Alexandria* (re-ediçom), 1989, 88 págs.

Gómez, Joel R.: *Quando o sol arde na noite,* 1990. 115 págs.

Guerra da Cal, Ernesto: *Lua de Além-Mar* e *Rio de Sonho e Tempo,* 1991, 292 págs.

- Revista *AGÁLIA.* Publicaçom trimestral desde o ano 1985. 128 págs.

Revista *AGÁLIA.* Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo,* dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economia de Galiza,* dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

A G A L
ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA

Preço: 950 ptas. (sem IVA)
Número avulso